

2016

# Educação à Deriva

Roberto Boclin



## Roberto Boclin

Possui Graduação em Engenharia pela PUC-RIO e Doutorado em Educação, pela UFRJ. Participou de cursos de aperfeiçoamento no Instituto Internacional de Planificação da Educação, em Paris e de Avaliação Institucional na Harvard School of Education. É Avaliador Institucional do MEC/INEP, Há muitos anos participa do Conselho Estadual de Educação, tendo exercido a Presidência por quatro mandatos. Durante dezenove anos foi Diretor Regional do SENAI -RJ É Professor do Mestrado em Avaliação da Fundação Cesgranrio. Possui a Medalha da Ordem Nacional do Mérito Educativo da Presidência da República no Grau de Comendador; as Medalhas Pedro Ernesto e Tiradentes, a Medalha da Ordem do Mérito Naval; a Medalha Tamandaré, a de Cavaleiro Oficial da República Italiana. É membro da Academia Brasileira de Educação e Presidente da Academia Internacional de Educação e integra a Direção da Associação Brasileira de Educação. Eleito Personalidade Educacional por três anos - ABE/ABI/Folha Dirigida.

Os conhecimentos adquiridos pelo autor, em sua longa jornada profissional decorrentes da busca incessante de informações e de estudos junto a pesquisadores reconhecidamente competentes, favoreceram a produção de artigos sobre educação que contemplam décadas embora, tempestivos, diante do lamentável cenário atual.

Para tanto, os variados textos e suas respectivas temáticas denotam a importância das questões abordadas, especialmente, pela intenção permanente de contribuir para a melhoria do desempenho da nossa educação em todos os níveis, sobretudo, o Ensino Médio e o Ensino Técnico, ambos do maior significado estratégico.

Não obstante, faz-se mister registrar a necessidade de um maior empenho das autoridades encarregadas de estabelecer as políticas e oferecer os meios e recursos fundamentalmente necessários e prioritários.

Portanto, verifica-se a atualidade da proposta e que poderá estimular e socializar novas reflexões.

Roberto Boclin

# Educação à Deriva

Segunda Edição

São Paulo  
2016



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

B664E Boclin, Roberto.  
Educação à Deriva.  
Roberto Boclin. - -  
São Paulo : PerSe, 2016.

ISBN: 978 - 85 - 464 - 0179 - 6

1. Educação
  2. Educação Profissional
  3. Educação Básica
- I. Título.

13 - 12898

CDD 370 - 113

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação :
2. Educação Profissional : Brasil : Educação : 370.113



ISBN 978-85-464-0179-6



EBOOK - P

Ah, que ninguém me dê piedosas  
intenções,  
Ninguém me peça definições!  
Ninguém me diga: "vem por aqui!"  
A minha vida é um vendaval que se  
soltou,  
É uma onda que se levantou,  
É um átomo a mais que se  
animou...  
Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou  
Sei que não vou por aí!

(JOSE RÉGIO) Cântico Negro

Ao Professor Doutor Marcelo Marujo os meus  
agradecimentos pelo apoio e supervisão editorial.



10	A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	71
11	EDUCAÇÃO E TRABALHO: O DESAFIO PERMANENTE.....	74
12	O DILEMA TECNOLÓGICO.....	79
13	ONDE COMEÇA O FUTURO?.....	83
14	VISÕES E REFLEXÕES.....	86
15	UMA QUESTÃO DE TEMPO.....	89
16	MANHÃS DA MODERNIDADE.....	94
17	A EDUCAÇÃO NA FINLÂNDIA.....	98
18	TEMPOS NOVOS.....	101
19	A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A ACREDITAÇÃO.....	112
20	A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	117
21	EDUCAÇÃO E TRABALHO.....	124
22	O ENSINO FUNDAMENTAL É FUNDAMENTAL.....	130
23	A PEDAGOGIA DA INSENSATEZ.....	134
24	DIÁLOGO NAS ALTURAS.....	139
25	OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS:	

	ALGO DE NOVO QUE INSPIRA ATENÇÃO.....	143
26	AUTONOMIA E QUALIDADE.....	146
27	A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VISTA POR DENTRO.....	155
28	A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	160
29	OS TECNÓLOGOS: FUTURO DO EMPREGO DE NÍVEL SUPERIOR.....	165
30	O ATELIER DAS MÃOS.....	179
31	A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NA UNIÃO EUROPÉIA.....	190
	EPÍLOGO.....	197



## APRESENTAÇÃO

Roberto Boclin tem dedicado boa parte de sua vida a perseguir o ideal de uma educação de qualidade para todos os brasileiros, capaz de prepará-los para o trabalho e para o pleno exercício da cidadania. Merece, como poucos, a nobre designação de Educador. Os textos desta coletânea contam a história dessa busca incansável. Textos nos quais, atento não só às particularidades da relação ensino/aprendizagem, mas, também, à constante evolução econômica e tecnológica das sociedades modernas, Boclin consegue, como poucos que se dedicam ao tema da educação, refletir sobre as mudanças que se fazem necessárias na pedagogia, na didática e nos conteúdos curriculares, para adequar o ensino de nosso país às exigências do presente e do futuro. A variedade de temas, que vão do Ensino Fundamental e Médio à Educação Superior, do Ensino Profissionalizante ao Processo de Desenvolvimento Econômico, com suas novas exigências em termos de competências e habilidades, dos Indicadores de Avaliação à Certificação da Qualidade, mostra que Boclin tem uma visão abrangente e integradora da Educação. Para ele, a Educação, ou melhor, a Aprendizagem, é um processo permanente, que não se extingue na Escola, nem apenas ali deve ocorrer, mas que se estende ao mundo do trabalho e da produção, e deve permear a vida social.

Com sólida formação de Engenheiro, Boclin não se deixa enganar por estatísticas ufanistas, como a que revela que 97,6% das crianças e adolescentes brasileiros, com idade entre 7 e 14 anos, estão matriculados em

escolas. A esse percentual, contrapõe outros números, reveladores das deficiências crônicas de nosso sistema de ensino: taxas de frequência líquida de 48%, no Ensino Médio, e de 13%, no Ensino Superior; percentual de concluintes do Ensino Médio que corresponde a apenas 53,7% do total dos que ingressam na 1ª série; índice de conclusão do Ensino Médio, calculado com base no número de alunos que ingressam no Ensino Fundamental, inferior a 30%; e percentual de apenas 58% de alunos do Ensino Superior que conseguem concluir o curso em 4 anos.

Entusiasta da Educação Profissional de Qualidade, desde os tempos em que exerceu, por mais de 19 anos, o cargo de Diretor Regional do SENAI-RJ, Boclin analisa e avalia a experiência de ensino profissionalizante de inúmeros países, com o objetivo de estabelecer um paradigma que nos seja adequado. E o faz sempre consciente da necessidade da utilização prática do saber, mas sem render-se a uma visão meramente utilitária da educação. Para ele, o ensino profissional pode, e deve, ser, ao mesmo tempo, um caminho que leve não só ao progresso material, mas, também, à elevação espiritual do aluno. Por isso, lamenta que o livro ceda lugar à televisão e ao computador, o que consagraria a separação definitiva entre conhecimento e pensamento. Boclin receia, sobretudo, que a indispensável reflexão sobre o futuro se perca nas incertezas decorrentes da velocidade das mudanças a que assistimos, e que as urgências e o imediatismo consagrem o fim das utopias.

No tocante ao ensino profissionalizante, Boclin se preocupa com o descompasso crescente entre

formação profissional e oportunidades no mercado de trabalho. Pensando no futuro, prega uma reorganização da educação técnica com nova proposta curricular que enfatize o desenvolvimento do raciocínio lógico, a criatividade, as habilidades de leitura em mais de uma língua, a matemática, a prática da ética profissional, os conhecimentos tecnológicos, a elevação dos padrões de responsabilidade, a sociabilidade, a solidariedade e o aprender a trabalhar em equipe. Neste particular, segundo ele, caminha-se para um consenso sobre a prevalência de conhecimentos e habilidades técnicas, abandonando-se as propostas de especialização em campos de atividades cada vez mais restritos, como ocorreu no período entre os anos 50 e 70.

Gestor de reconhecida qualificação, Boclin é um estudioso e um entusiasta dos processos de avaliação das instituições de ensino. Para ele, a avaliação deve ser feita por meio de indicadores de desempenho que envolvam metas, insumos, atividades operacionais e produtos (resultados). Diz ele: “se alguma parte dessa corrente gerencial for rompida, será improvável que as metas pretendidas sejam alcançadas, e conhecer apenas o resultado final, embora relevante, carece de indicações das causas e dos efeitos”. Mas as preocupações de Boclin vão além e situam-se, também, no domínio mais amplo das Políticas Públicas, campo em que tem atuado no âmbito do governo do Estado do Rio de Janeiro, notadamente como membro do Conselho Estadual de Educação, em diversos mandatos, desde 1981, e, no momento, como seu Presidente. Fiel aos conceitos de Eficiência e Eficácia, condena o desperdício de tempo,

recursos e talentos que caracteriza boa parte de nosso sistema educacional. Em um de seus textos, chama a atenção para o fato de que cerca de 8 mil bacharéis se formam em Direito, a cada ano, no Rio de Janeiro, dos quais apenas 2 mil são aprovados no exame da OAB. Alguns desses postulantes, segundo ele, são egressos do ensino técnico de nível médio, que optam pela graduação em Direito, em vez de perseguir carreiras técnicas de nível superior ou buscar se graduar em áreas do conhecimento que estejam em maior sintonia com a formação que obtiveram no ensino médio. O contraponto desse desperdício, dentre muitos outros que poderiam servir de exemplo, é a carência de técnicos em Eletrônica, Tecnologia da Informação, Mecânica, Construção Pesada, Química, Siderurgia e na área da Saúde. Nada que deva nos espantar, sabendo-se, como nos informa Boclin, que o Censo da Educação, de 2013, registra que apenas 7,8% dos brasileiros optam pela Educação Profissional, contra 76,8% dos australianos, 69,7% dos finlandeses e 51,5% dos alemães (dados do *European Center for the Development of Vocational Training*).

Os profissionais e os estudiosos do tema da Educação extrairão grande proveito da leitura desses textos de autoria de Roberto Boclin. Mas não só a eles interessará essa leitura. Qualquer um de nós que tenha conhecimento da notável contribuição da Educação para o Desenvolvimento Econômico e Social, há muito reconhecida nos estudos desenvolvidos pelos formuladores da Teoria do Capital Humano, e da sua importância para o futuro de nosso país, encontrará

material para reflexão e motivo de esperança nos textos de Roberto Boclin. Sua trajetória, sua competência e sua determinação em perseguir o ideal da Educação de Qualidade mostram que o patrimônio intelectual e cívico dos nossos maiores Educadores, aqueles que criaram a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, tem, em Boclin, um de seus principais herdeiros.

Tito Ryff



## PRÓLOGO

Eu tenho escrito muitos artigos sobre educação, nos últimos dez anos, alguns poucos publicados, principalmente, pela Folha Dirigida, outros menos ainda pelo Jornal do Brasil e pelo O Globo. Os demais eu encaminhei a muitos colegas de trabalho, também das Academias de Educação e da Associação Brasileira de Educação que até mesmo patrocinou com sua logomarca um livro de minha autoria.

Os textos não têm qualidade editorial, é minha opinião, mas muita importância pelos temas que abordam, inclusive pela intenção permanente de criticar o descaminho percorrido por nossa educação em todos os níveis, especialmente, o Ensino Médio e o Ensino Técnico, ambos do maior significado estratégico e, no entanto, inteiramente abandonados pelas autoridades encarregadas de estabelecer as políticas e oferecer os meios e recursos fundamentalmente necessários e prioritários.

Recentemente, deparei-me relendo alguns que escrevera e percebi que eram ainda atuais e que valeria a pena tentar editá-los.

Com a ajuda de amigos estou lançando “Educação à Deriva” que espero alcançar o objetivo de recuperar a oportunidade de reflexões sobre assuntos que julgo relevantes para a nossa educação.

Conto com as críticas e sugestões.

Roberto Boclin

*Roberto Boclin*



## **1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA VISÃO EMPREENDEDORA**

(04/06/2007)

*“Se falta inspiração à nossa vida é porque nos apraz contemplar nossos atos e nos perdermos em considerações sobre as formas sonhadas de nossos atos, em vez de sermos impulsionados por eles”.*  
*(ANTONIN ARTAUD)*

Quem se propõe a estudar a história econômica de uma região se depara com o fato curioso ao perceber que, afinal, ela vem a ser uma parte da sua própria história e não um processo de desenvolvimento econômico, que estará certamente vinculado mais com a teoria econômica.

O artigo não trata de uma incursão econômica ou acadêmica, mas se propõe a introduzir a temática do desenvolvimento que de algum modo poderá servir para reflexões e estabelecer referenciais que apontem o perfil futuro do Estado.

O importante economista do início do século passado, Joseph Alois Schumpeter, em seu livro "Teoria do Desenvolvimento Econômico", expõe com clareza um pensamento que denominou de "fenômeno fundamental" do desenvolvimento. Tentar exemplificá-lo busca associar o processo de desenvolvimento econômico a mudanças

endógenas e descontínuas na produção de bens e serviços. Em sua análise, destaca a figura do empreendedor (ou empresário schumpeteriano) como agente fundamental do processo de desenvolvimento econômico.

A economia de um Estado é um exemplo de aplicação prática da teoria econômica de Schumpeter, devido às influências notáveis de lideranças empresariais que ao longo de sua história, em momentos os mais distintos, contribuíram com a sua visão empreendedora para o progresso industrial do Estado e, que mesmo nos períodos de intensas dificuldades, superaram crises abrindo novos caminhos e perspectivas de recuperação.

Desenvolver uma região significa, basicamente, promover mudanças na sua vida econômica que não tenham origens externas e, sim, que surjam de dentro, por sua própria iniciativa.

Segundo Shumpeter, o desenvolvimento, no sentido em que o consideramos, é um fenômeno inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, na perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente.

O autor define um tipo de mudança que se expressa como "emerge de dentro do sistema e que desloca de tal modo o seu ponto de equilíbrio que o novo não pode ser alcançado a partir do antigo mediante passos infinitesimais".

E exemplifica: “Adicione sucessivamente quantas diligências quiser, com isso nunca terá uma estrada de ferro”.

Para Schumpeter, o produtor empresário é o autor da mudança econômica e os consumidores são de um certo modo conduzidos por alguma referência a querer coisas novas, ou coisas que diferem em um aspecto ou outro daquelas que tinham o hábito de usar, consumir ou adotar.

No processo de desenvolvimento, por outro lado, também ocorrem mudanças descontínuas, espontâneas e que alteram e deslocam o estado de equilíbrio da economia e em geral ocorrem por motivações conjunturais, ambientais, de clima e de mercado.

O surgimento de um novo produto, de um novo método, a abertura de um novo mercado, a conquista de novas matérias-primas, as descobertas tecnológicas, as inovações e novas combinações ou o estabelecimento de um novo modelo de organização produtiva são agentes do desenvolvimento econômico.

Será sempre importante destacar as inovações descobertas no âmbito das pesquisas científicas e das experiências acadêmicas laboratoriais que nem sempre influenciam a economia ou se transformam em tecnologia disponível, porém quando combinadas com os fatores de produção desencadeiam o desenvolvimento econômico.

A mundialização da economia tem promovido mudanças nas teorias e conceitos tradicionais, tanto sobre os modelos de custos como nos preços relativos das empresas e, principalmente, nos fatores locais em suas estratégias de competitividade.

Nos anos recentes têm ocorrido procedimentos de fora para dentro das empresas como terceirizações, alianças e até mesmo fusões salientando que as regiões, estados, municípios e mesmo localidades deixaram de ter um papel passivo para serem decisivas diante da organização industrial.

Destaca-se a importância das iniciativas locais, do espírito empreendedor das organizações que associadas ou não, isoladamente ou em conjunto promovem as mudanças atraindo o olhar de novos consumidores e mercados e favorecendo a melhoria do estado de coisas da região.

## **2. A FORMAÇÃO TÉCNICA DOS RECURSOS HUMANOS: DESAFIO À CRIATIVIDADE DOS GESTORES DA EDUCAÇÃO**

(06/08/2007)

*“Pensamentos valem e vivem pela observação exata ou nova, pela reflexão aguda ou profunda; não menos querem a originalidade, a simplicidade e a graça do dizer”.*  
*(MACHADO DE ASSIS)*

Os últimos dez anos apresentaram mudanças profundas que incluem transformações na vida social e no trabalho enquanto muito pouco ou quase nada mudou na educação.

O Ensino Médio brasileiro sem nenhuma identificação com o seu entorno social não corresponde em qualidade e quantidade às expectativas dos alunos e do mercado de trabalho.

Trata-se de uma proposta educacional sem atrativos e sem qualquer terminalidade, até mesmo aquela que por algum tempo a conduziu como processo de preparação para os vestibulares, hoje completamente defasados da realidade do acesso às instituições privadas de ensino superior.

Que medidas precisam ser adotadas para adequar os programas de formação de competências no Ensino Médio com as necessidades de preparação para o trabalho? Que etapas devem ser vencidas na construção

da passarela que unirá a Educação Básica e Profissional ao mundo competitivo do trabalho?

Os recursos humanos se deparam, por seu turno, com exigências mais rigorosas de desempenho, tanto quanto à sua produtividade como quanto à qualidade decorrente dos parâmetros de competitividade.

Na medida em que as profissões técnicas conquistem o seu espaço e o número expressivo de matrículas e conclusões aponta para uma perspectiva de crescimento favorável, o Ensino Médio encontrará uma razão melhor do que a atual quando exerce uma função intermediária sem objetividade entre o Ensino Fundamental e o desgastado Ensino Superior.

Algumas considerações podem ser introduzidas como contribuição isolada ao tema da educação profissional embora longe de se constituírem em indicações mais profundas.

- Os custos da educação técnica são elevados em algumas áreas tais como a saúde, a automação, a ambiental, as telecomunicações, por demandarem investimentos elevados em instalações e laboratórios, na sua manutenção e atualização, na contratação de um corpo docente especializado e que encontra remuneração atraente em outras áreas do mercado de trabalho, enfim cursos que devem ser da alçada de instituições públicas e sérias.

Outras áreas tornam-se muito pouco atraentes para as instituições de ensino técnico pelo elevado investimento que demandam como foi dito e por ser um mercado relativamente restrito, porém importante como os técnicos em manutenção de aeronaves, os técnicos em

atividades das usinas nucleares, na geração de energia elétrica, na bioquímica, nos fármacos, etc.

Nos casos citados as associações de instituições de educação técnica e empresas surgem aparentemente como possibilidades viabilizadoras da oferta destes cursos.

- Da mesma forma que vem sendo tratada no ensino superior, o exame da concessão de bolsas de estudo, para alguns cursos técnicos estratégicos, poderiam ser cogitadas pelo Estado.

- Uma carência identificada reside na formação de professores para a educação técnica uma vez que a legislação ainda não esclareceu em nível nacional o aproveitamento de profissionais não licenciados das áreas da saúde, tecnológica e outras como docentes. Será necessário rever as normas e ampliar a oferta de programas de aperfeiçoamento e especialização de tais profissionais. Também não ficou clara a norma federal que conduz ao treinamento em serviço para a formação de docentes das áreas citadas.

- Há necessidade de que se promovam estudos e pesquisas que conduzam a Matrizes de Necessidades de Formação de Técnicos no Estado principalmente nas áreas altamente especializadas da Petroquímica, da Siderurgia, da Construção Naval, das Montadoras de Veículos Automotivos, nas Usinas de Geração Elétrica, diante etc.

- A Avaliação dos Cursos e das Instituições de Ensino em boa hora implantadas pelo SINAES no Ensino Superior, necessita ter similares na Educação Técnica e nos

modelos de organização de sua aplicação. Há muito por ser feito neste terreno ainda inexplorado.

Finalmente, a Lei de Diretrizes e Bases de 9.394/1996 foi extraordinariamente estimuladora para a educação profissional e seus primeiros dez anos de existência apontam para muitos acertos em termos quantitativos, porém há muito por ser feito pelo Estado, pelas empresas e pelas instituições de ensino, na busca de uma qualidade desejável e alcançável.

A educação pública, em particular o Ensino Médio, merece uma reflexão mais aplicada e uma reformulação de métodos e processos que garantam uma gestão adequada às imposições da modernidade, rasgando os manuais de uma burocracia esgotada e inadequada diante das realidades desafiadoras dos dias atuais e corrijam o quadro negro de um desempenho incompatível com os mais modestos parâmetros de qualidade e de eficiência.

Em todo o mundo desenvolvido, há algum tempo, a discussão do tema alcançou resultados plenamente satisfatórios, na definição dos novos caminhos escolhidos para a educação básica enfrentar as mudanças impostas pelo desenvolvimento científico e tecnológico e as transformações sociais, políticas e éticas decorrentes.

A odisséia educacional exige medidas que acompanhem o progresso das telecomunicações e da informática, que favoreçam a inserção no mercado de trabalho, que reduzam as desigualdades sociais, que respeitem o conceito de cidadania, que façam do trabalho um direito festivo e, não, um castigo.

### **3. OS CONCURSOS INTERNACIONAIS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

01/10/2007

*“Nuvens que ides vogando pelo espaço  
- tão alto quanto o meu mais alto sonho  
- também eu de vapores me componho  
e, igual a vós, em água me desfaço”.*

*(ONESTALDO DE PENNAFORT)*

*In: Poesia*

No campo da formação profissional, as competições internacionais tiveram início, na Espanha, em 1950 e, a partir dessa época, realizam-se em cada dois anos. Ao considerar-se todas as atividades que se desenvolveram, pode-se assegurar que nas competições mais de 30.000 pessoas receberam, diretamente, algum tipo de informação nova, relativa à formação profissional. Indiretamente e afirmar que um incalculável número de pessoas adquiriram informações, através dos meios de comunicação social. É, portanto, uma forma viva de valorizar as profissões técnicas, e mostrar aos jovens e adultos que elas devem merecer a mesma atenção e interesse por parte dos jovens, no momento de se tomar uma decisão quanto ao futuro profissional.

Os benefícios que a competição oferece para a formação profissional são consideráveis e se traduzem na elevação dos níveis técnicos dos jovens competidores, como ainda na difusão de novas tecnologias aplicáveis à formação profissional, que poderão ser assimiladas pelos especialistas, representantes dos distintos países.

Sendo assim, a competição contribui, essencialmente, para valorizar a atividade técnica e, também, estimular o aprimoramento da formação profissional nos países participantes.

Uma das fortes razões que justificam a realização das competições internacionais é a difusão de novas tecnologias, aplicadas no campo da formação profissional.

Como no mundo atual existe uma corrida para as inovações decorrentes da ampliação das fronteiras do mercado de produtos, constitui uma oportunidade excepcional para a comparação, a aquisição e a validação de novas tecnologias, aplicadas nas diferentes especialidades dos setores econômicos.

Seria, então, oportuno identificar com mais detalhes, em que consiste e quais são os fatores que interferem no processo de mudanças tecnológicas no campo da economia e, conseqüentemente, na formação profissional.

Muitos economistas que se dedicam a estudar os problemas de crescimento e desenvolvimento econômico, crêem que a acumulação de capital, a poupança e suas resultantes inversões são os primeiros propulsores das mudanças na economia.

Mas, desde que as mudanças tecnológicas devem ser introduzidas na análise, da economia, pode-se declarar que a acumulação no capital humano (educação dos recursos humanos - a formação profissional) irá refletir-se na produção de melhores produtos, mediante o uso de melhores métodos e, como resultante, sendo responsável direto pelo aumento da produtividade do fator trabalho,

É também de mesma opinião os que afirmam serem as mudanças tecnológicas consideradas, geralmente, como as primeiras fontes de propulsão do crescimento econômico, nas sociedades modernas.

Mas, ao mesmo tempo nos dias atuais, em todos os países que estão vivendo uma fase de mudanças em tecnologia, existe um forte debate que vem tomando-se crescente acerca do seu uso adequado e de suas conseqüências no meio ambiente, bem como o exame do papel do homem na idade da tecnologia.

O problema reside, então, no íntimo desse tema e pode ser expresso em um verdadeiro paradoxo: todos nós, nas sociedades industrializadas ou em fase de industrialização, vivemos em um período da história, em que as opções materiais apresentam-se diante do homem nos dois sentidos: individualmente e coletivamente muito amplas e melhores que no passado. Entretanto, mais e mais pessoas acreditam que não estão sendo beneficiadas no nível que desejavam dos avanços, decorrentes do emprego da tecnologia.

Essa é pelo menos uma das explicações da alienação, do pretexto, da apatia e da indiferença de muitas pessoas, em relação aos avanços tecnológicos.

Quais são, pois, os efeitos da tecnologia e como medi-los?

Um dos efeitos mais expressivo é o acréscimo na produtividade medido pelo total da produção do homem.

Pode-se, nesse caso, optar por um dos três modelos de mudança em tecnologia:

- a) reduzir o uso do fator trabalho;
- b) reduzir o uso do fator capital;

c) reduzir, em igual intensidade, os fatores capital e trabalho.

Em síntese, pode-se dizer que mudanças tecnológicas, produtividade e crescimento econômico são inter-relacionados e, à medida que a economia cresce, sua estrutura tende a mudar.

Mas, se mudanças tecnológicas ocorrem e se a produtividade do fator trabalho se eleva, então os padrões de vida também se elevam porém a elevação dos padrões de vida somente ocorrerão na medida em que o nível de qualificação dos recursos humanos se apresentarem mais elevados.

Assim sendo, serão expressos na geração de produtos e serviços de melhor qualidade.

Um meio eficiente, que se pode adotar para o alcance de tal resultado, são as competições de formação profissional, que visam elevar os padrões de qualidade e, conseqüentemente, favorecer a melhoria da qualidade de vida, nos países membros.

Durante as competições desenvolve-se um processo de envolvimento entre os competidores e entre os instrutores e o pessoal técnico e administrativo dos diversos países. Todos estão impregnados do espírito de equipe e com o vivo desejo de trocarem experiências e demonstrarem a capacidade adquirida, ao longo das diferentes trajetórias que percorreram, durante o processo de aprendizagem.

O processo de envolvimento inicia-se desde o momento em que os competidores estão se preparando, ainda em seus países, quando se realizam as competições a nível nacional.

Esse processo, que deflagrado em cada Unidade de Formação Profissional, terá seus reflexos nas empresas e nos órgãos de formação profissional em níveis regional e nacional.

Bastaria descrever algumas das fases de preparação das competições, para se avaliar o impacto de mudanças que ocorrem:

a) os técnicos das Unidades de Formação Profissional iniciam a elaboração de propostas de provas, que serão apreciadas por um comitê técnico a nível da administração regional;

b) as provas selecionadas a nível regional, nas diversas modalidades, serão avaliadas e selecionadas por um comitê técnico, a nível nacional;

c) essas provas são encaminhadas a um Comitê Técnico da Organização que elege as provas mais adequadas para as competições, nas diferentes modalidades.

Desde o primeiro momento, alunos, instrutores das Unidades de Formação Profissional e de empresas vivem um clima estimulante de preparação intensiva para as competições. Todos passam a ser mobilizados em torno desse novo estímulo proporcionado pelas competições. Verifica-se, nesta oportunidade, o convívio com os ex-alunos e, diante do desempenho excepcional durante o curso, são convidados a retomarem à Unidade para uma revisão de exercícios e alcançarem maior rapidez na execução das tarefas.

O convívio é altamente útil, considerando que os ex-alunos podem descrever para os mais jovens as dificuldades que encontraram no trabalho e as soluções

que adotaram. Todos os que trabalham nas Unidades passam a sentir um novo entusiasmo em face da expectativa de competir, a nível do Estado. Posteriormente, os campeões, a nível estadual, participarão das competições a nível nacional e a nível internacional.

Por todas as razões expostas, acredita-se no efetivo benefício para a formação profissional do Brasil, decorrente do seu ingresso nas competições internacionais.

Mediante uma apreciação dos resultados alcançados pelos países, pode-se identificar que 64% dos primeiros lugares foram conquistados pela Coréia e Japão e, ainda mais, em todas as ocupações cujo avanço tecnológico tem sido mais acentuado.

Nessas ocupações pode-se reconhecer todas as principais na área da mecânica e da eletrônica, ficando para os demais colocados as ocupações que se pode considerar como tradicionais, como: pedreiro, pintor, estucador, marceneiro, bombeiro, estofador de móveis, eletricista de instalações entre outras.

Esse resultado permite também constatar que os primeiros lugares foram alcançados por países do bloco oriental, enquanto países europeus alcançaram resultados menos expressivos.

É possível, então, concluir que o avanço tecnológico, que está ocorrendo no Mercado de trabalho na Coréia e Japão, tem sido acompanhado ou é decorrente de uma Formação Profissional, capaz de contribuir para o referido avanço tecnológico.

A partir desses resultados formulam-se as seguintes indagações:

a) pode-se, a partir desse resultado, concluir que a Formação Profissional dos demais países não está adequada a realidade de cada um?

b) pode-se inferir que a Formação Profissional dos demais países estará atrasada?

c) pode-se também considerar apenas uma casualidade o fato dos países europeus e inclusive os USA não alcançarem resultados satisfatórios?

d) será o caso de considerar-se que esse resultado não tem significado que permita fazer generalizações, pelo fato de estar apenas um representante de cada país em cada ocupação?

e) será de fato um sinal de alarme e motivo de sérias preocupações?

Não se pretende responder a todas essas interrogações. Mas, cada uma dessas perguntas deve servir de objeto de exame em cada País, de acordo com os resultados alcançados em anos anteriores e de outros aspectos, que cada um tem de levar em conta para chegar a conclusões.

Acredita-se que não se deve considerar apenas o resultado do ano e apenas a competição, mas todo o conjunto de atividades que se desenvolvem, como palestras, exposições de máquinas, ferramentas, etc. E, o mais importante, o diálogo que se estabelece entre especialistas de cada área, entre competidores, pesquisadores e observadores. Dessa forma, pode-se, mediante uma reflexão conjunta de todos esses participantes, elaborar uma pauta de indagações que

deverão orientar as ações a serem desenvolvidas pelos órgãos de Formação Profissional, após o término das competições.

A competição é o meio que a Organização Internacional utiliza para alcançar seu objetivo maior que é a promoção da Formação Profissional nos países membros. O objetivo está sendo atingido diante da forma criteriosa que vem adotando-se na preparação do Concurso e, mesmo, na sua realização.

São múltiplos os benefícios que podem ser alcançados, em decorrência da participação nas competições:

- a) os especialistas das diversas áreas trocam informações técnicas durante as fases de preparação e de realização do Concurso;
- b) durante as competições, os especialistas ficam conhecendo, através dos seminários e reuniões técnicas, novas metodologias de ensino, novos recursos instrucionais, novos materiais, ferramentas, etc.
- c) desde a fase da competição a nível nacional, ocorrem inúmeras oportunidades de valorização das profissões, de estímulo aos participantes e de maior preocupação com a qualidade.
- d) Por meio das competições os jovens passam a valorizar mais ainda a profissão que escolheram, pelo fato de identificarem que existem outras pessoas, em diversas partes do mundo, que também se estão dedicando a mesma profissão e que buscam encontrar formas inovadoras para a realização de seu trabalho. Além desse aspecto, deve-se considerar ainda o entusiasmo que passam a ter, a partir do momento em que conquistam

medalhas de ouro, prata ou bronze. O resultado será muito importante e poderá refletir ao longo de toda a vida dos competidores, no zelo, no gosto e empenho com que se irão dedicar a profissão que tenham abraçado.

e) ao término da competição, os jovens passam a trocar informações de modo a conhecerem as técnicas que cada um utiliza na realização de seu trabalho. Apesar da barreira da comunicação decorrente dos diversos idiomas, as dificuldades são superadas pela tradução simultânea e pela boa vontade de cada um e verifica-se a transferência de conhecimentos e experiências. É, portanto, a competição uma forma viva de criar nos jovens o espírito de cooperação, de desenvolvimento da capacidade de realizarem trabalhos em equipe e de passarem a ter mais gosto pela profissão. Durante as competições, milhares de jovens das comunidades locais e de cidades vizinhas visitam os diferentes postos de trabalho. Antes da visita, os jovens recebem informações mais precisas sobre as profissões e, dessa forma, são capazes de fazer uma opção mais segura quanto ao seu futuro profissional.

f) as competições correspondem a uma forma concreta de avaliar os níveis e de valorizar a qualidade da Formação Profissional.

De acordo com os resultados dos participantes, os especialistas fazem uma análise do comportamento dos competidores e buscam encontrar as razões do sucesso ou do fracasso.

Os representantes técnicos dos países, que têm participado ao longo de mais de 50 anos, tiveram a possibilidade de fazer uma análise retrospectiva do

desempenho de seus competidores e avaliar a evolução da Formação Profissional, nos seus próprios países.

Em todos os discursos proferidos pelas autoridades, durante a celebração das competições, infere-se a preocupação dominante de valorizar as profissões técnicas e de mostrar que, no mundo do trabalho, o importante é ser um profissional de qualidade.

Essa é mais uma razão para buscarem-se formas vivas de participação de jovens e de adultos, de modo a transmitir a devida importância a realização de atividades técnicas. De mostrar aos jovens que procuram encontrar a sua profissão que o importante é converter a palavra trabalho, que tem na sua concepção etimológica o significado de instrumento de sacrifício, em uma forma de auto-realização pessoal e de melhoria das condições de vida dos povos.

Para ilustrar esse aspecto, é muito expressivo o relato dos diálogos mantidos com competidores de países que conquistaram maior número de medalhas de ouro e prata (Coréia, Japão e Alemanha). Quando se perguntava qual o segredo para ser campeão mundial de uma determinada profissão (torneiro, pedreiro, desenhista, cozinheiro ou qualquer outra), responderam com diferentes palavras, mas que podem ser assim resumidas: "... bem, a gente chega a competir não para demonstrar que é melhor, mas para provar que tenho vontade de progredir na própria profissão. E agora que receberei a medalha de ouro posso dizer que o meu segredo é simples: Gosto do que faço. Gosto das ferramentas. Gosto do ruído do material que está sendo transformado.

Gosto de imaginar que ao mesmo tempo que realize minha tarefa existem milhares de jovens e adultos que fazem o mesmo que eu. E, por final, sinto-me feliz em saber que muitos jovens ao verem como realizo o meu trabalho e ao verem o meu produto final, passem a gostar da minha profissão. E, tem ainda um pequeno segredo final: não gostaria de decepcionar o meu instrutor da escola, meus colegas da indústria e as pessoas da minha casa".

Ao examinar todos esses aspectos, é que se pode avaliar a importância de se encontrarem formas para que o Brasil passe continuar realizando as competições a nível nacional e possa participar das competições internacionais.

Para que uma instituição possa manter as linhas mestras que motivaram a sua criação e continue operando com o mesmo vigor, apesar das mudanças que se processam ao longo do tempo, é imprescindível que esteja aberta e receptiva a novas linhas de ação.

Acredita-se que os resultados de se introduzirem inovações poderão ter uma influência decisiva no desenvolvimento da instituição e, principalmente, permitirão que sejam de maneira efetiva alcançados os seus objetivos básicos, estabelecidos em lei.

Ao aceitar-se o desafio de participar das Competições Internacionais, deve-se antes de tudo estar aberto às inovações. Pois a forma de organização e operacionalização da Formação Profissional difere acentuadamente de um país para outro. E deve-se também partir da hipótese de que será sempre possível aprimorar os métodos de trabalho que hoje são utilizados

e, de outro lado admitir em princípio que existem métodos complementares, substitutivos e alternativos. Sendo assim, deve-se, antes da rejeição sumária de uma inovação, tentar identificar em qual das categorias citadas ela se enquadraria.

Outro aspecto que não pode ser negligenciado é a forma como se deve introduzir a mudança. Ou seja, terá necessariamente de contar com a participação de outros especialistas, que hoje desenvolvem suas atividades de uma determinada forma e deverão participar do estudo de viabilidade de se introduzir as inovações, para que, efetivamente, possam ser aceitas. E, dessa forma, os resultados da inovação poderão ser expressivos e converter-se em favor de todos aqueles que participaram do processo.

Outra preocupação, que é preciso estar presente, é a real adequação a realidade do país, para não se correr o risco de adotar-se tecnologia que não esteja ajustada às reais necessidades do mercado de trabalho nacional, evitando assim que a inovação se converta em uma falácia.

O exemplo anteriormente citado enfatiza a necessidade de imaginação sem compartimentos, para se admitir que é sempre possível enriquecer os métodos de trabalho, atualmente em uso. E assim será viável que se possa auferir o máximo de benefícios ao participar das competições internacionais de Formação Profissional.

Durante cerca de 50 anos, os países membros da Organização Internacional têm participado das Competições de Formação Profissional e têm tido a oportunidade de fazer uma análise crítica dos resultados

e, dessa forma, procurar encontrar os pontos vulneráveis que devem ser corrigidos.

A partir do acervo de informações de que dispõem, tem sido possível identificar as limitações que justificam a introdução de alterações nos programas, nos recursos instrucionais, nos equipamentos, nas ferramentas, na forma de preparação dos docentes, etc. São inúmeros os aspectos, que podem ser apreciados a partir dos Concursos, e, após cuidadoso exame pode-se então optar por possíveis correções na Formação Profissional.

É assim que se pode identificar os benefícios que irão advir para todos os países que estiverem envolvidos no processo, pois, a Formação Profissional deve acompanhar a evolução do mundo do trabalho e, para isso, estar preparada permanentemente para as mudanças que sejam necessárias introduzir nos fatores de produção.

O homem de hoje vangloria-se de suas conquistas mas, apesar disso, muitas vezes descortina horizontes sombrios para o futuro. O homem pára e pensa. As dúvidas, as incertezas, o assaltam. Quer voltar ao estado primitivo. O progresso Rousseauniano aponta-lhe caminhos de simplicidade. Mas que rumo tomar? Que veredas abrir para o futuro?

A educação parece ainda ser um ponto de partida para jovens e adultos, considerando que permite reconduzir ao passado e descortinar o futuro.

Deve-se, entretanto, considerar que a educação para o trabalho não é um processo lógico linear, mas visa, essencialmente, a formação de estruturas cada vez mais amplas, abrangentes e móveis. E, conseqüentemente, não

se deve ter empenho, apenas, para a fixação da aprendizagem mas, no desenvolvimento da criatividade e da originalidade.

A primeira grande tarefa da Formação Profissional deve ser a de desenvolver nos jovens e adultos a capacidade de desaprender as interdições que destroem a verdadeira originalidade.

Por todas estas razões, a ênfase na Formação Profissional deve estar centrada, no sentido de fazer com que ela se torne, cada vez mais, ajustada as necessidades econômicas e sociais e, principalmente, que seja capaz de responder as aspirações individuais.

Desse modo, cada pessoa estará realmente construindo a sua maneira própria de viver hoje e preparando-se para o amanhã, de forma compatível com seu projeto de vida e segundo seu processo diário de aprendizagem.

Deve-se, portanto, levar em conta que a educação para o trabalho, para ser eficaz, precisa preocupar-se com o futuro, preparada para a evolução e capaz de estimular jovens e adultos, credenciando-os a fim de que estejam em situação de se adaptarem às condições do presente para enfrentar o mundo em que terão de viver no futuro.

Construir uma estrutura integrada de educação, ciência e tecnologia deve ser o objetivo central da educação para o trabalho.

E pode-se afirmar que as competições, além de todas as virtudes já mencionadas, serão um meio capaz de estimular nos jovens o espírito crítico e a capacidade criadora, considerando que desde cedo passarão a ter

contato com especialistas de outros países, com os quais conhecerão novas técnicas aplicadas ao trabalho.

Pode-se, portanto, assegurar que um fator importante em todo o processo que se desenvolve, durante as competições, é exatamente o cultivo do espírito de participação, de observação e de criatividade.

#### **4. UMA QUESTÃO DE PRIORIDADE**

(15/02/2008)

*“O cansaço físico, mesmo que suportado forçosamente, não prejudica o corpo, enquanto o conhecimento imposto à força não pode permanecer na alma por muito tempo”.*  
*(PLATÃO)*

Uma das grandes questões da atualidade reside na construção de um mercado de trabalho capaz de absorver os numerosos contingentes populacionais por níveis de qualificação em busca de emprego.

Não existem mais dúvidas de que o progresso científico e tecnológico e o consequente desenvolvimento tecnológico das nações não mantêm correlação com o crescimento do emprego e, ao contrário, demandam um menor número de trabalhadores e com maior qualificação e conhecimento.

No Brasil, as variáveis se tornam mais complexas quando colocadas diante dos indicadores do desemprego e do subemprego que, segundo estatísticas imprecisas, ultrapassam 20 milhões de trabalhadores.

Por outro lado, é conhecido o despreparo educacional da força de trabalho brasileira, com deficiências alarmantes de escolarização.

O quadro se completa quando associamos conjunturas desfavoráveis e planos recessivos como os atuais que geram profunda instabilidade no mercado de

trabalho e uma estrutura frágil e ineficiente de proteção ao trabalhador desempregado.

Percebe-se que o desafio brasileiro passa por duas vertentes: educação e trabalho e em ambas as presenças da escola e da empresa.

De um lado, o setor moderno da economia, demandando profissionais de elevada qualificação, técnicos de nível médio, engenheiros, pesquisadores e operários altamente qualificados em números relativamente reduzidos, cerca de 20% do contingente empregado, quando comparados com os elevados padrões de produção de alta competitividade e de exigências qualitativas dos operários qualificados e dos semiqualificados, que representam cerca de 60% da mão de obra ocupada.

Do outro, o setor tradicional que deve ser desenvolvido para tornar-se viável no admirável mundo novo da globalização da economia e mesmo do atendimento dos mercados internos nacional e regional.

Na interseção, a pressão social de milhões de trabalhadores oprimidos pela insensatez de políticas governamentais concentradoras de renda, de um lamentável sistema tributário, de um ineficiente planejamento habitacional convivendo com indicadores sociais desumanos que comprometem os padrões que permeiam o desenvolvimento e a expansão do sistema produtivo.

O encantamento da pesquisa científica e aplicada e as supostas atrações dos cursos de nível tecnológico superior e de formação de técnicos de nível médio devem ser reexaminados em seus quantitativos.

Serão principalmente ações suplementares em segmentos da atividade industrial ainda pouco atendidos pela capacidade instalada das Escolas Técnicas Estaduais e Federais, das Universidades e dos Institutos Tecnológicos e, sempre que possível, em decorrência de articulações que incorporem experiências e conhecimentos de terceiros, particularmente dos países tecnologicamente desenvolvidos.

A formação do trabalhador qualificado com ênfase em modelos educativos, que priorizem a polivalência profissional e uma educação básica como a Educação de Jovens e Adultos a Distância identificada com os atributos da cidadania, do raciocínio lógico, da capacidade de interpretar linguagens, da visão espacial, do estabelecimento de juízos de valores, da criatividade e da iniciativa, do respeito aos preceitos de segurança, da moral e da ética profissional, eis a grande missão da Educação Profissional.

O treinamento dos contingentes empregados, sem dúvida uma outra prioridade, deverá igualmente enfatizar os pré-requisitos educativos indispensáveis à assimilação das mudanças tecnológicas e a um desempenho qualitativamente apreciável.

A Educação Profissional é mais do que antes a prioridade.

## **5. INICIATIVA DOLOSA**

(24/04/2008)

*“Perder tempo em aprender coisas que não interessam, priva-nos de descobrir coisas interessantes”.*

*(CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE)*

No próximo dia 3 de agosto, o SENAI estará completando 66 anos de existência, longa jornada de êxitos, ansiedades e desafios impostos àqueles que, com abnegação, competência e espírito público, construíram uma organização exemplar, fundamentada nos princípios da austeridade e da eficiência.

Os resultados colhidos pelas gestões que se sucederam correram os riscos próprios das iniciativas inovadoras, mas ao final foram sempre satisfatórios quando comparados com outras entidades semelhantes.

Nos anos recentes, políticas equivocadas de formação profissional foram objeto de críticas principalmente pelo fato de desprestigiarem os objetivos principais da instituição em benefício das atrações dos programas destinados a níveis mais elevados da Tecnologia, porém sem afetarem a sua integridade.

Os milhões de alunos formados, operários e aprendizes, incorporaram-se à força de trabalho construindo uma classe operária competente, uma legião de testemunhas vivas da valorização profissional e

promoção social de onde despontaram líderes populares, inclusive um Presidente da República.

As suas mais de mil escolas e unidades móveis promoveram mudanças sociais tanto nos centros desenvolvidos como nos recantos mais distantes do País, seja pela simplicidade de suas linhas arquitetônicas, mas é principalmente pela sua atuação voltada diretamente para as populações menos favorecidas, que encontram no SENAI os instrumentos de que necessitam para a sua integração à sociedade e para o exercício pleno da cidadania e direito ao trabalho.

O modelo SENAI de organização serviu de base para a criação de instituições assemelhadas no Brasil, o SENAC, e no exterior na América Latina e na África.

Participando de concursos mundiais de formação profissional o SENAI obtém resultados e prestígio invejáveis como o alcançado em 2007, no Japão, quando seus alunos concorrendo com jovens de 40 países obtiveram o segundo lugar na classificação geral, superado apenas pela Coreia por uma diferença mínima de pontos.

Muitas vezes, ao longo de sua profícua existência e embora reconhecido internacionalmente, o modelo SENAI de organização, mantida por contribuições compulsórias e administrado pelo sindicalismo patronal por iniciativa da visão social e econômica do Presidente Getúlio Vargas, tem sido contestado e inclusive em 1981, o Governo chegou a praticar um ato extinguindo a instituição, bem como o SENAC, ato revogado 30 dias depois de instado pelo clamor popular e pela lucidez

empresarial que alertou o então Presidente da República para o lamentável erro cometido.

Na Constituinte, o SENAI também foi objeto de uma iniciativa de extinção passando os seus recursos financeiros a integrarem o Fundo Nacional de Seguridade Social por proposta da Comissão de Ordem Social. Uma lista de adesão de mais de um milhão de assinaturas foi levada ao Deputado Ulisses Guimarães, de saudosa lembrança, alertando-o para o absurdo a ser impetrado por absoluto desconhecimento da importância da Educação Profissional para o progresso social do País. A reação popular obteve êxito e a proposta foi retirada.

Recentemente toma-se conhecimento de outra investida que propõe em síntese a estatização dos recursos das instituições do "Sistema S", baseada em argumentos pobres de qualidade e que se abrigam em teorias de folhetins ultrapassados e que não conseguem enxergar que o que deve ser mudado é o que não deu certo e estimulados, apoiados, aprimorados e controlados os projetos vitoriosos, estejam onde estiverem.

Será outra vez motivo de constrangedora ação da sociedade junto ao mais importante beneficiário de suas ações para que promova a reversão da citada proposta governamental.

## 6. REPROVAÇÃO OU PROMOÇÃO AUTOMÁTICA?

(05/11/2008)

*“As explorações nos lembram que os seres humanos evoluíram para perguntar sobre si mesmos, que compreender é uma alegria, que o conhecimento é um pré-requisito para sobreviver”.*  
*(CARL SAGAN)*

O tema está na ordem do dia.

Políticos, educadores e a própria comunidade debatem a questão. Alguns com bons argumentos e outros nem tanto, mas todos têm em comum a insatisfação com o Ensino Fundamental, principalmente com as suas quatro primeiras séries. Para conhecer melhor as razões que levaram à promoção automática em muitos Estados é preciso voltar no tempo em que o saudoso pesquisador Sérgio Costa Ribeiro debruçava-se sobre os dados do IBGE buscando descobrir as causas da evasão escolar que assumia números inadmissíveis para um País sério.

A famosa pirâmide educacional com uma base gigantesca na primeira série do então Ensino de 1º grau apontava para algo de estranho e de errado. Assim concluía Sérgio Costa Ribeiro:

“Neste trabalho comparamos as taxas de transição de série (repetência, promoção e evasão) obtidas pelo

Serviço de Estatística do Ministério da Educação com base no Censo Escolar, com as taxas obtidas pelo PROFLUXO, modelo matemático que permite, utilizando dados do PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE, obter estes indicadores.

O quadro que surge indica que a metodologia do MEC contém erros graves que distorcem completamente a visão da realidade educacional do Brasil. Mostra-se que as taxas de evasão escolar, ao contrário do que indicam os dados do MEC, são muito baixas nas primeiras séries do 1º Grau. Este fato faz com que a visão de que as crianças no Brasil abandonam precocemente a Escola por motivos de ordem social ou cultural está completamente equivocada e que as famílias fazem um esforço enorme para que seus filhos permaneçam na Escola e que é a péssima qualidade da escola que impede, através da repetência, a universalização da Educação Fundamental da população brasileira”.

Estávamos no início da década de 90, e Sérgio apresentava na série “Estudos Avançados” o relatório intitulado a “Pedagogia da Repetência” com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. Foram muitas as horas e os dias gastos em levantamentos de informações e sempre correndo contra o tempo já que uma insidiosa enfermidade lhe concedia poucos anos a mais de vida.

Eis então uma descoberta que fundamentaria as suas reflexões. Os alunos não se evadiam, ao contrário queriam estudar, as mães queriam seus filhos na escola, ainda que só por três míseras horas diárias.

O problema é que os alunos eram reprovados na primeira série, em massa, e adquiriam outra vez uma nova matrícula na primeira série do ano seguinte e o mesmo se repetindo em até mesmo seis ou sete anos sucessivos e lá estavam os alunos na primeira série com novas matrículas como se fossem novos alunos.

A base era enorme, as filas para conseguir matrículas também, pois nas escolas não cabiam tantos no primeiro ano. Era preciso construir muitas salas a mais para abrigarem as repetências. Outras dificuldades constrangedoras surgiam como a idade dos repetentes, a altura dos repetentes, a mentalidade dos repetentes, a convivência insultante de alunos com seis anos e colegas de turma com idades entre nove ou dez anos.

Seria o CIEP a solução?

Foi então que se deu o grande encontro entre Sérgio Costa Ribeiro e Darcy Ribeiro. Não eram parentes, Sérgio, filho do físico famoso Joaquim Costa Ribeiro autor do “Efeito Costa Ribeiro” que os alunos de Engenharia e Física estudaram bastante. Darcy, o antropólogo genial e criativo educador, fundador da Universidade de Brasília, da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF e dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's. Sérgio mostrou-lhe os resultados da pesquisa que apontavam como principal causa da evasão a repetência na primeira série do então 1º grau.

Darcy perplexo imediatamente concluiu:

- As quatro primeiras séries do 1º grau existem para ensinar a Ler, Escrever e Contar! Seja em um ou em quatro anos!

Nascia a denominada promoção automática que inclusive viria com o propósito de enfrentamento de uma imagem trágica do ensino primário brasileiro; “Em dados de 1997, a OCDE, entidade promotora do PISA, já apontava o Brasil como campeão de repetência”.

Ciclos, promoção continuada e tantas outras denominações para explicar que “Mais da metade dos brasileiros com 15 anos de idade não consegue entender o que lê”.

Alguns educadores conhecidos por sua competência discordam da aplicação da promoção automática e de fato ela não funcionou. São as causas das reprovações que não têm sido descartadas, tais como:

- Os alunos que ingressam maciçamente, (100%), na primeira série do hoje denominado Ensino Fundamental apresentam, em sua maioria, condições de origem que dificultam o seu aprendizado com apenas três horas de aulas diárias.
- Os professores não foram capacitados para reger turmas com variadas categorias de dificuldades de aprendizagem e em tão pouco tempo de aulas.
- Os recursos didáticos e pedagógicos oferecidos são dramaticamente escassos nas escolas públicas de Ensino Fundamental tais como os laboratórios, bibliotecas, espaços para práticas esportivas, etc.
- O entorno social não favorece por razões conhecidas, tais como falta de oportunidades de lazer, de cultura, de vida em família, pobreza, habitação e saúde precárias, marginalidade e ócio.

Enfim, o entendimento do Mestre Darcy Ribeiro foi que diante de uma situação grave da educação seria

necessário conceder mais tempo para ensinar a Ler, Escrever e Contar, pois afinal o aluno não tem culpa e está na escola para aprender.

Combater a reprovação com a promoção automática é o que se discute, mas para não reprovar é preciso antes ensinar e o aluno aprender!

## **7. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: DESAFIO SOCIAL**

09/02/2009

*“Descobrir consiste em olhar para o que todo mundo está vendo e pensar uma coisa diferente”.*  
*(ROGER VON OECH)*

Ciência, Tecnologia e Inovação Tecnológica têm exercido, nos últimos vinte anos, notáveis influências nos costumes e mesmo na vida da sociedade moderna, merecendo ao longo do tempo conceituações de inúmeros institutos, organizações e pesquisadores, com o propósito de estabelecerem seus limites e funções.

No passado, eram campos do saber extremamente distantes no tempo. Os cientistas viviam suas solitárias pesquisas sem interlocutores próximos e os encontros com outros colegas se davam, muitas vezes, por cartas que relatavam alguns aspectos das descobertas.

O tempo da criatividade, da inovação e da tecnologia viria muitos anos após e, até mesmo, um século depois das conclusões da ciência.

Hoje, o tempo entre a descoberta científica e a sua aplicação prática é reduzido favorecendo o progresso em todos os campos da sociedade.

Confundida com ciência, a tecnologia é definida por alguns autores, como Ribault, Martinet e Lebidois, como o conjunto formado pelos conhecimentos, meios e habilidades colocados a serviço da fabricação de um produto final.

Aproveitando-se a conceituação de Tirso W. Sáenz, Tecnologia é: “o conjunto de conhecimentos científicos e empíricos, de habilidades, experiências e organização requeridos para produzir, distribuir, comercializar e utilizar bens e serviços”.

Inclui tanto conhecimentos teóricos como práticos, meios físicos, know how, métodos e procedimentos produtivos, gerenciais e organizacionais, entre outros.

Inovação Tecnológica, por outro lado, segundo o Manual Frascati (OCDE - 1993) é: “a transformação de uma idéia em um produto novo ou melhorado que se introduz no mercado, ou em novos sistemas de produção e em sua difusão, comercialização e utilização”.

Entende-se também por inovação tecnológica, a melhoria substancial de produtos ou processos já existentes.

Com os efeitos de um mundo globalizado, o domínio do conhecimento e a busca de inovações tecnológicas tornaram-se fatores decisivos para os países garantirem a sua prosperidade e soberania e livrarem-se do empobrecimento inevitável.

Vivemos no início do século XXI, o que se denominou de Economia do Conhecimento e Sociedade da Informação, adquirindo o trinômio Ciência, Tecnologia e Inovação a função estratégica da busca da excelência por meio de um modelo inovador, que tem por característica a melhoria da qualidade de vida da sociedade, o propósito de um desenvolvimento sustentável e a presença do país na comunidade internacional competitiva e no qual o conhecimento e a

informação atuam como determinantes do sistema econômico e das relações sociais.

Nos últimos anos, o nosso cotidiano habituou-se a conviver com expressões derivadas do progresso da Ciência e da Tecnologia e que passaram a integrar o vocabulário corrente tais como genomas, DNA, telefone celular, internet, etc.

E o desenvolvimento social tornou-se, sem dúvida, uma das prioridades da agenda brasileira e adquiriu dimensão ampla e sofisticada com o advento das novas tecnologias.

A educação e a própria noção de escola estão sujeitas às imposições das Tecnologias da Informação e da Comunicação pelo uso intenso da digitalização e da comunicação a distância; a saúde e a alimentação são objetos de transformações radicais como a terapia transgênica, a medicina regenerativa, a tecnologia dos alimentos, os novos medicamentos, o uso da genética na criação de novos seres e suas partes, enfim, uma revolução sem precedentes que dissemina práticas e protocolos até então desconhecidos do mundo da produção de bens e serviços.

O trabalho, na era tecnológica, se reconcilia com a sociedade e se transforma na manifestação pura da criatividade, da inteligência e do conhecimento do homem.

É onde se posiciona a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro (SECT). Oferecer oportunidades de acesso aos conhecimentos da ciência e da tecnologia aos jovens e adultos de algum

modo afastados das possibilidades individuais de alcance do progresso científico e tecnológico.

Trata-se, por exemplo, dos programas de inclusão digital que se materializam nas ações da Secretaria com prioridade nas atividades da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), como a FAETEC DIGITAL, ou dos Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante (CETEPs), ou ainda a identificação das vocações tecnológicas das regiões onde se localizam APL's por meio dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs).

Integram ainda no âmbito de vinculação da Secretaria o notável complexo universitário estadual das Universidades - UERJ e UENF e o Centro Tecnológico da Zona Oeste-UEZO e de outro modo com expressiva importância os serviços do PRODERJ e da FENORTE.

Ações como, a LONA DA CIÊNCIA, um circo científico e tecnológico que percorre os municípios atendendo às populações menos favorecidas ou os programas de formação básica na Informática são exemplos concretos da prioridade social da SECT.

A pesquisa científica e o progresso tecnológico estratégicos para o desenvolvimento econômico e social do País demandam recursos crescentes e regulares e os investimentos em C&T, da conta da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) sempre estiveram no centro dos debates sobre o nosso futuro, travados pela comunidade acadêmica, pelo setor empresarial e pelo Estado.

Se a atividade científica deve ser pesadamente centrada na academia, a tecnologia e a inovação

tecnológica devem priorizar ações a serem conduzidas pelas empresas, cabendo ao Estado uma importante função reguladora e de equilíbrio dessas políticas públicas.

As instituições de ensino superior e as escolas técnicas reúnem espaço privilegiado para exercitar a ciência e a tecnologia no âmbito extenso de suas atribuições.

Financiar a pesquisa científica, estimular a aplicação dos conhecimentos científicos, desenvolver a pesquisa aplicada, favorecer o aprendizado das técnicas e tecnologias, promover a inclusão digital, ampliar o escopo do alcance do conhecimento pela via dos modelos de educação a distância do Consórcio CECIERJ, entender e preservar o meio ambiente, conhecer o clima e suas variações por meio do SIMERJ são funções que a Secretaria de Ciência e Tecnologia busca exercer com plenitude enfrentando as adversidades de uma conjuntura, nem sempre favorável.

## 8. REFLEXÃO POSITIVA

(05/06/2009)

*“Devemos aprender coisas novas,  
desaprender coisas que não  
devíamos ter aprendido,  
reaprender coisas antigas que nós  
já aprendemos e  
que serão importantes no futuro”.*  
*(SILVIO MEIRA)*

Quem discute educação não pode esquecer do passado e da sua própria evolução.

Neste sentido vale começar pelo século XIX que foi um período de intensos debates em torno da organização de um sistema público de ensino, sobretudo na Europa, com repercussões no cenário brasileiro. A educação fora considerada como instrumento estratégico de modernização para enfrentar o que se apontava como sendo “as forças conservadoras”, ditas como entraves para o encaminhamento de um projeto de tal natureza. Tendo como eixo a ordenação de um poder nacional de exaltação dos ideais de progresso, não renunciava às liberdades. Neste contexto, caberia à educação a tarefa de auxiliar na formação dos hábitos, das mentes, do caráter, dos padrões morais e intelectuais.

Nas palavras de Augusto Comte, fundador do Positivismo, “havia necessidade de substituir nossa educação européia, ainda essencialmente teológica, metafísica e literária, por uma educação positiva, conforme ao espírito da nossa época e adaptada às

necessidades da civilização moderna”. Para Comte, só a educação poderia garantir a estabilidade social e política, aliviando os efeitos das desigualdades sociais e econômicas.

No final do século XIX e no início do século XX as “reformas” surgiram com as pesquisas pedagógicas da Escola Nova de Dewey, de Maria Montessori, de Pestalozzi, de Carlyle, de Kerschensteiner e tantos outros, que buscavam alterar a lógica do que denominavam de “Pedagogia Tradicional”.

Que poder de sedução exerceu a educação para que tantos filósofos e pensadores dedicassem anos intermináveis de suas vidas para pesquisarem novas formas de levar aos jovens uma proposta criativa e factível para uma época de transformações profundas das famílias e da própria sociedade?

Até mesmo os grandes conflitos como a primeira e a segunda grandes guerras, destruidoras das cidades, dos costumes e da liberdade, não conseguiram, no entanto, atingir aos que de algum modo acreditavam na educação como instrumento efetivo de reformas.

No Brasil também foi um período de muitas reflexões pelos idos de 1922, no pensamento de Anísio Teixeira, Francisco Campos, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, Roquette Pinto, Julio de Mesquita Filho, Cecília Meirelles integrantes com outros educadores e pedagogos do Manifesto dos Pioneiros da Educação, que afinal deu origem à Associação Brasileira de Educação completando em 2009, seus 85 anos de existência produtiva e fértil.

Foram idéias avançadas que gradativamente transformavam-se em inúmeros ditames legais, como as leis 4024/1961, 5692/1971 e mais recentemente a LDB - nº 9.394/1996, porém, ainda assim, sem resultados concretos mais contundentes.

A educação brasileira perdeu-se nas sombras de um processo de desenvolvimento calçado pelo pensamento monetarista da economia, de visões imediatistas e inconsequentes para o progresso social do país.

Darcy Ribeiro e Paulo Freire derradeiros filósofos da educação desgastaram-se em conversas com surdos e em projetos sem desdobramentos por falta de apoio executivo.

Os resultados são conhecidos e nos dias atuais conduzem a um Ensino Fundamental que sequer alfabetiza, um Ensino Médio sem objetivo e um Ensino Superior que precisa de cotas e de privilégios de pobreza e de raças para viabilizar a matrícula de menos de 50% dos concluintes do Ensino Médio, em cursos de graduação, muitos de qualidade discutível.

Que novos caminhos precisa a educação brasileira?

Um Ensino Fundamental que seja fundamental, que garanta uma alfabetização completa nas quatro primeiras séries, habilidade de escrita e de cálculos simples, com pelo menos 6 horas de carga horária diária, professores com remuneração que atraia jovens preparados em bons cursos de Licenciatura(raros cursos), “escolas de risco” com tratamento diferenciado como por exemplo dois professores e dois estagiários por turma de

40 alunos, tempo para educação física e cultura(artes e letras), alimentação balanceada, apoio familiar, etc. Que as séries finais conduzam a integralidade dos seus concluintes ao conhecimento básico indispensável ao prosseguimento dos estudos com qualidade de aproveitamento.

Um Ensino Médio que seja baseado em competências ( conhecimentos, atitudes e habilidades) para formar cidadãos úteis, conhecedores do seu idioma, dos temas prioritários do processo de desenvolvimento (meio ambiente, saneamento, economia e habitação), das questões sociais, geografia e história como meios de aquisição de cultura, informática e internet como instrumentos efetivos de informação e conhecimento, matemática como conhecimento aplicado às soluções do cotidiano, enfim um ensino mais do que fundamental ou médio, melhor definindo um Ensino Estratégico que favoreça a inserção no trabalho com iniciativa e competência.

Vencidas as etapas da Educação Básica seria desejável uma formação técnica competente e adequada aos movimentos da ciência e da tecnologia, com qualidade compatível com as demandas de um mercado de trabalho seletivo e exigente e em consonância com vocações sedimentadas em pelo menos 17 anos de vida e 13 de estudos.

O Ensino Superior com suas vertentes humanistas e tecnológicas, reservado aos que como fruto de sua excelente formação avaliada ao longo do processo educacional a que se submeteram e das suas aspirações, e que poderão vir a se constituir, no futuro, nos integrantes

dos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado das instituições públicas formando um elenco de docentes e pesquisadores de expressão acadêmica invejável e das instituições privadas nas áreas não abrangidas pelas públicas, com a mesma qualidade e segundo autorizações dos órgãos superiores da educação.

A Educação merece uma reflexão positiva.

## **9. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: NOVOS CAMINHOS**

(08/09/2009)

*“Trago dentro do meu coração  
Como num cofre que não se  
pode fechar  
Todos os lugares onde estive  
Todos os portos a que cheguei  
Todas as paisagens que vi através  
de janelas ou de vigias  
Ou de tombadilhos, sonhando,  
E tudo isso, que é tanto, é pouco  
Para o que eu quero”.*  
(ÁLVARO CAMPOS)

A Lei 9.394 de 23 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representou, sem qualquer dúvida, um marco importante no processo educacional brasileiro revendo situações controvertidas e ultrapassadas e oferecendo um toque de modernidade, estratégico para a formulação de um planejamento adequado às condições impostas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

A Educação Profissional foi beneficiada com um Capítulo à parte, o Capítulo III e 4 artigos, números 39, 40, 41 e 42.

Considerando a história do ensino profissional no Brasil, é uma grande conquista.

A escravatura, origem do trabalhador brasileiro e os imigrantes europeus, artesãos do início do século,

princípio da indústria de transformação, fizeram do trabalhador braçal e das habilidades manuais uma casta social de reconhecimento precário e importância secundária para a sociedade que não lhe atribuía maiores valores.

A legislação discriminava o ensino profissional oferecendo-a aos “órfãos e desvalidos da sorte” e não percebendo nenhuma relação entre educação e trabalho.

Salvo honrosas exceções como a Escola de Belas Artes em 1816 e o Liceu de Artes e Ofícios em 1858, no Rio de Janeiro, a verdade é que a atividade manual não merecia nem respeito nem prestígio social, tal como a viu o Presidente Nilo Peçanha, em 1910, instalando escolas de aprendizagem, destinadas “aos pobres e aos humildes”.

Mesmo em 1942, quando se estabeleceram as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e Normal e do Ensino Industrial a marca e o ranço assistencial estiveram presentes destinando a formação profissional para os “filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados”.

Nessa atmosfera de preconceitos foram criados o SENAI (1942) e o SENAC (1946), o primeiro para atendimento à formação profissional para a indústria e o segundo para o comércio e os serviços.

Somente em 1961, a legislação brasileira reconheceu equivalência de estudos entre o ensino profissional e o ensino regular e que de algum modo se fortaleceu em 1971 com a Lei 5692 que se tornou conhecida como a lei da profissionalização obrigatória e que, de fato, não se concretizou efetivamente como um

benefício palpável salvo o de conscientização para a importância das relações entre a educação e o trabalho.

A nova LDB, ao contrário, prioriza e fundamenta seus princípios na ideologia progressista que considera a educação geral como alicerce da educação profissional. Os dois primeiros Artigos de lei explicitam a sua intenção:

Art. 1º - § 2º - “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social”.

A educação profissional vai encontrar a sua primeira menção na Seção IV, art. 35 - II e IV - quando a lei estabelece os princípios norteadores do Ensino Médio:

Art. 35 - II - “A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”.

Art. 35 - IV - “A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”; e no Art. 36 - quando se refere aos currículos do Ensino Médio:

Art. 36 - I - “Destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação; acesso ao conhecimento e exercício da cidadania”;  
e no seu § 4º, com forte sentido inovador:

§ 4º - “A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional”.

Mas é o Capítulo III que cuida da nova dimensão da proposta legal no âmbito da educação profissional.

Seus 4 artigos são ricos e criativos como o Art. 40 - “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

E o Art. 41 que deverá causar muita polêmica na burocracia cartorial brasileira: “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimentos ou conclusão de estudos”.

A educação profissional veio a ser regulamentada pelo Decreto nº 2208 de 17 de abril de 1997 que interviu no § 2º do Art. 36 e nos Artigos 39 a 42 do Capítulo III da Lei 9394.

O Decreto define os objetivos da Educação Profissional, que podem ser sintetizados em:

- Transição, ou melhor, uma passarela entre o mundo da educação e o mundo do trabalho
- Profissionalização
- Especialização, Aperfeiçoamento e Atualização do Trabalhador, e finalmente
- Qualificação, Reprofissionalização e Atualização de Jovens e Adultos

Um dado importante aparece no seu Artigo 3º quando são estabelecidos níveis de educação profissional com graus de competência definidos.

**NÍVEL I** - Educação Profissional Básica que confere Certificados de Qualificação Profissional e não é objeto de regulamentação curricular ou autorização especiais. É ministrada em caráter não-formal, com duração variável e independente de escolaridade prévia.

A Qualificação Profissional de Jovens e Adultos deve merecer prioridade das instituições especializadas públicas ou privadas sem fins lucrativos, tratando-se de uma grande abertura para a profissionalização de nível básico que abrange os Trabalhadores e os Jovens e Adultos em busca de inserção no mercado de trabalho.

**NÍVEL II** - Educação Profissional de Nível Técnico destina-se à habilitação profissional de alunos matriculados ou egressos do ensino médio e é matéria mais complexa e de regulamentação rígida e o **NÍVEL III**, denominada Educação Profissional de Nível Tecnológico que tem relações com as atividades de ensino superior.

A Educação Profissional de Nível Técnico mereceu regulamentação especial mais recentemente pela Resolução nº 04 CNE-CEE do Conselho Nacional de Educação.

Alguns pressupostos foram estabelecidos pelos instrumentos legais citados, por exemplo:

- O Ensino Técnico, em sua conclusão exige a conclusão do Ensino Médio;
- Os currículos devem contemplar uma polivalência de conhecimentos, habilidades e atitudes.

São princípios específicos da organização curricular e da prática pedagógica do Ensino Técnico, a Competência estruturada em Conhecimentos (saberes), em Habilidades (saber fazer, tecnologias) e em Atitudes (ética e estética da sensibilidade).

Conhecimentos e Tecnologias que correspondem a uma área de atividade profissional e Atitudes norteadas pela Ética de uma profissão, ou seja, a personalidade que induz ao respeito, à admiração e à identificação da seriedade de propósitos inerentes à dignidade profissional e à convicção da importância do seu papel na sociedade.

Destina o Parecer nº 16 no CNE uma longa reflexão sobre a Estética da Sensibilidade que estimula “a solidariedade, a responsabilidade, a autonomia, a criatividade, o espírito de curiosidade, a prudência, o compromisso pessoal e coletivo, a colaboração e a participação na resolução de problemas, a liderança, o dinamismo, ...”

“A estética da sensibilidade está diretamente associada aos conceitos de qualidade, do bom e do belo...”

A Educação de Nível Técnico terá seu currículo independente dos currículos da educação geral podendo aproveitar em até 25% do total da carga horária mínima, as disciplinas de caráter profissionalizante cursadas no ensino médio. Será organizado segundo matrizes de áreas profissionais e não mais por especialidades como preconizava a Lei 5692/71.

Deve ser levada em conta na organização curricular da Educação de Nível Técnico a interdisciplinaridade dos currículos, ou seja,

conhecimentos que se interrelacionam na própria interrelação das áreas de atuação.

Preferencialmente os currículos do Ensino Técnico serão organizados em módulos com alguma terminalidade ocupacional, de tal forma que ao final do módulo possa vir a ser concedido um certificado de qualificação.

Os módulos poderão ser oferecidos por diferentes instituições credenciadas, sendo que o estabelecimento que ministrar o último módulo do itinerário profissional conferirá o Diploma de Técnico.

Caberá às Escolas Técnicas reclassificarem os seus alunos oriundos de outra instituição na qual freqüentaram algum módulo profissionalizante, se for o caso.

A polivalência produtiva já mencionada, contemplando a rotação das atividades profissionais, a ampliação das tarefas e seu enriquecimento, é elemento estratégico da organização curricular que deverá levar em conta um “itinerário de oportunidades que levem às conseqüências necessárias à polivalência educacional que procura a construção de um cidadão participante, crítico, consciente e ativo”.

Finalmente, a Educação Profissional de Nível Técnico conduz à Habilitação Profissional possibilitando saídas intermediárias viáveis por meio das qualificações profissionais desaparecendo a figura da Habilitação parcial ou do Auxiliar-Técnico por absoluta impropriedade.

A organização curricular será sempre responsabilidade de cada escola que deverá, por meio de

pesquisa de mercado de trabalho, identificar o perfil profissional que pretende alcançar.

Em 23 de julho de 2004, pelo Decreto n° 5.154 o Presidente da República revoga o Decreto 2.208 de abril de 1997 e dá outra forma à regulamentação do § 2° do art. 36 e os arts 39 a 41 da Lei 9394 de 1996.

Assim sendo podem ser destacados:

Art. 1º A educação profissional, prevista no art. 39 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), observadas as diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação, será desenvolvida por meio de cursos e programas de:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;( alterando a Educação Profissional de Nível Básico do Decreto n°2.208)

II - educação profissional técnica de nível médio; e

III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Art. 2º A educação profissional observará as seguintes premissas:

I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia.

Art. 3º Os cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores, referidos no inciso I do art. 1º, incluídos a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização, em todos os níveis de escolaridade, poderão ser ofertados segundo itinerários

formativos, objetivando o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social.

§ 1º Para fins do disposto no caput considera-se itinerário formativo o conjunto de etapas que compõem a organização da educação profissional em uma determinada área, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.

Art. 4º A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei no 9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio, observados:

I - os objetivos contidos nas diretrizes curriculares nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação;

II - as normas complementares dos respectivos sistemas de ensino; e

III - as exigências de cada instituição de ensino, nos termos de seu projeto pedagógico.

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino

médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

- a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
- c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do § 1º, a instituição de ensino deverá, observados o inciso I do art. 24 da Lei no 9.394, de 1996, e as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio, ampliar a carga horária total do curso, a fim de assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas.

Eis, em síntese, uma visão bem geral da nova legislação da Educação Profissional. A Lei existe agora é preciso praticá-la.

## 10. A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

(21/10/2009)

*“Democracia é oportunizar a todos o mesmo ponto de partida. Quanto ao ponto de chegada, depende de cada um”.*  
*(FERNANDO SABINO)*

Lidar com a educação profissional em qualquer nível tem sempre presente o enfrentamento de desafios, normalmente não explícitos, mas que podem vir a ser equacionados, desde que condicionados às condições impostas pelo mercado de trabalho.

Neste sentido algumas questões precisam ser sempre consideradas como, por exemplo:

Que conhecimentos e em que níveis a formação de profissionais é demandada, segundo as atribuições distintas do arcabouço da organização empresarial?

Uma outra questão mais complexa relaciona-se com a exemplificação de condutas, comportamentos e atitudes que contemplem com êxito o processo formador do caráter, da identidade, da cidadania e da integridade dos participantes. Que meios devem ser utilizados para informar com clareza o que vem a ser uma atitude ética, uma decisão coerente, uma resposta honesta à uma consulta? Que compromissos sócio ambientais devem os concluintes dos cursos assumir?

Como conseguir resultados satisfatórios no desempenho de trabalhadores qualificados em presença

das necessidades do desenvolvimento das habilidades ou mesmo do raciocínio lógico e da criatividade. Na verdade, são desafios que a pedagogia enfrenta nem sempre com sucesso.

É fundamental estabelecer as distinções que o processo educativo aponta e as que o mercado de trabalho demanda e promover o ajuste adequado para que se alcance o desempenho necessário dos entes sociais educação e trabalho.

As pesquisas que buscaram avaliar a eficiência do trabalhador incorporaram atributos essenciais tais como Habilidades, Conhecimentos, Atitude, Disciplina, Assiduidade e Pontualidade, Curiosidade Científica para Pesquisa, entre outros, que conferem uma proposta que conduza à um perfil adequado de formação.

O Mercado de Trabalho demanda Qualidade pela via da Eficiência, da Produtividade e do Compromisso Socioambiental dos recursos humanos envolvidos. É necessário conhecê-lo melhor pela via de Análises Ocupacionais e Funcionais que revelarão a natureza quantitativa e qualitativa dos atributos demandados.

O Processo Educativo, por seu lado, oferece Competências e Certificação, onde devem ser observados alguns dos citados atributos essenciais para a concepção do processo formativo. Estabelecidos os perfis dos atributos, a concepção das competências passa pela Educação Básica, pela Educação de Jovens e Adultos, Presencial e a Distância e pela Educação Profissional em Cursos de Iniciação Profissional e de Educação Continuada para Trabalhadores Qualificados, Semi Qualificados e Sem Qualificação específica e de Ensino

Médio associado a cursos técnicos para as Habilitações Técnicas. O mesmo se dá com o Ensino Superior para os Tecnólogos e Profissionais de Nível Superior.

A organização dos currículos e do material didático obedecendo ao arranjo das competências e dos níveis de aprofundamento, os professores e instrutores sendo capacitados em programas de treinamento específico, as instalações, (prédios, salas de aula, oficinas e laboratórios), construídas ou adaptadas às necessidades previamente identificadas, máquinas e equipamentos, as bibliotecas com acervos adequados e os ambientes para as atividades extra- classe, conferem os diferenciais de qualidade.

Finalmente, uma gestão atualizada e estruturada em avaliações permanentes de desempenho operacional, acadêmico e administrativo-financeiro compõe com eficiência a proposta educativa.

Resumindo, a qualidade da Educação Profissional é viável.

## **11. EDUCAÇÃO E TRABALHO - O DESAFIO PERMANENTE**

(01/11/2009)

*“Para ser grande, sê inteiro: nada  
Teu exagera ou exclui  
Sê tudo em cada coisa.  
Põe quanto és  
No mínimo que fazes  
Assim em cada lago a lua toda  
Brilha, porque alta vive”.*  
*(RICARDO REIS)*

Foi com Paulo Freire e Darcy Ribeiro que a educação voltou a ser objeto de debates mais frequentes culminando com a promulgação da Lei nº 9.394 em dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, inovadora em alguns dos seus artigos, mas de fato uma outra lei. Nos últimos 50 anos foram três leis sem maiores conseqüências reais e o que se constata é um ou outro aspecto positivo contra um sem número de distorções lamentáveis.

Se de um lado um esforço no quantitativo conduziu a que 97,6% das crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos estivessem na escola, de outro ressaltam taxas de freqüência líquida de 48% no Ensino Médio e 13% no Ensino Superior.

Constata-se que desafios estão a ser enfrentados como as elevadas taxas de reprovação e de abandono. No Ensino Fundamental o número de concluintes

corresponde a 53,7% dos ingressantes na 1<sup>o</sup> série do mesmo ano.

Quanto ao Ensino Médio a situação é mais grave, são 50,9% os concluintes em relação aos matriculados na 1<sup>o</sup> série.

No Estado do Rio de Janeiro o quadro ainda é pior, se no Sudeste a taxa de conclusão do Ensino Fundamental é de 70,9%, no Estado do Rio de Janeiro é de 57,8% e para o Ensino Médio os concluintes da Região Sudeste são 59,7% e no Estado do Rio de Janeiro são 44,5%, ou seja, teoricamente menos de 30% dos alunos que ingressam na 1<sup>o</sup> série do Fundamental concluem o Ensino Médio no Estado, revelando percentuais dramáticos e desafiantes.

Professores oriundos de cursos superiores de Licenciatura de qualidade discutível, com remuneração pouco atraente, cargas de aulas em média de 3 horas diárias, currículos defasados das realidades regionais, alunos mal alimentados, cerca de 25% das escolas em regiões de risco ou distantes dos centros urbanos, problemas sociais graves envolvendo as famílias são, entre tantos, indicadores que reunidos conduzem a resultados que colocam o País entre os mais baixos índices de desempenho no mundo como revela o PISA, mantido pela OCDE, que mede o conhecimento de alunos da faixa dos 15 anos em Leitura, Matemática e Ciências e que em 2006 , apontou que 40% dos estudantes brasileiros obtiveram desempenho inferior ao nível 1, o mais baixo do modelo de avaliação adotado

O Ensino Superior não é diferente, pois em 2007, o MEC/INEP revelava que apenas 58,1% dos alunos

ingressantes quatro anos antes concluíam os cursos superiores.

O Ensino Superior Privado respondia por 74,5% das matrículas que totalizavam 4.880.381 de alunos e a evasão alcançava 44,6 %, no mesmo ano de 2007.

No Estado do Rio de Janeiro, em 2007, para uma oferta de 276.649 vagas, ingressaram 124.500 alunos que resultariam em 75.044 concluintes, 60% de evasões, abandonos ou trancamentos.

No Estado do Rio de Janeiro, o mercado de trabalho por seu turno, em 2007, tendo gerado 292.000 empregos novos, empregara 3.373.627 pessoas, das quais cerca de 150.000 tinham cursos superiores.

Considerando uma taxa de reposição de 2,1% adicionada a uma taxa de crescimento vegetativo semelhante, poderá haver uma demanda anual perto de 6.000 profissionais de nível superior, significativamente inferior ao número de concluintes das instituições de ensino.

A variável educação tem sido utilizada com frequência como sendo essencial para entender o mercado de trabalho contemporâneo. As modernas tecnologias e as suas rápidas mudanças requereriam um trabalhador com elevado grau de escolaridade.

É razoável admitir que quanto maior o grau de escolaridade de um indivíduo maiores seriam suas chances de ocupar um posto de trabalho, e como também maiores serão as chances de ocupar os postos de trabalho de qualidade (elevados salários, possibilidades de progressão funcional, reduzida rotatividade, etc.).

No entanto educação e mercado de trabalho exigem mais reflexões e sempre mais complexas. Para o caso do Brasil, especificamente, não existe uma correlação estritamente decrescente entre taxa de desemprego e anos de estudo.

Os dados do CAGED-Mtb referentes a 2008 confirmam a complexidade. Em princípio, os postos de trabalho ocupados por indivíduos de baixa escolaridade apresentaram quedas. Desde Analfabetos até os concluintes da 4<sup>a</sup> Série Completa do Ensino Fundamental, todas as faixas de escolaridade registraram variação negativa em 2008. A partir da 8<sup>a</sup> Série Incompleta até Superior Completo todas as faixas de escolaridade apresentaram aumentos no nível de emprego.

Portanto, é razoável admitir que os empregos são mais disponíveis nas maiores faixas de escolaridade, mas as inter-relações não são estreitas. Na prática, o crescimento se inicia com +0,47% para 8<sup>a</sup> Série Incompleta, continua em elevação até atingir um máximo de 9,34% para o Ensino Médio Completo e inicia uma tendência de queda, chegando a +2,48% no caso de Superior Completo.

Os dados do CAGED apontam que as menores faixas de escolaridade vêm perdendo peso dentro do segmento formal do mercado de trabalho. Esse fato pode ser explicado tanto sob a ótica da oferta (crescente escolarização da força de trabalho fato que implica em substituições de mão-de-obra por indivíduos com maior escolaridade) ou da demanda (as firmas requerem, por imperativos tecnológicos, uma força de trabalho mais

instruída). Contudo, independente desse fenômeno associado a uma escolaridade muito baixa, as relações entre anos de estudo e demanda de trabalho não parecem ser lineares nem estritamente crescentes.

Os números insistem em apontar que as grandes questões da Educação no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro ainda estão a merecer a atenção dos planejadores e um melhor desempenho dos seus executivos.

## **12. O DILEMA TECNOLÓGICO**

(05/11/2009)

*“O Homem distingue-se dos homens. Nada se diz de essencial acerca da catedral se apenas falarmos das pedras. Nada se diz de essencial a respeito do Homem se procurarmos defini-lo pelas qualidades humanas”.*  
*(ANTOINE DE SAINT-EXUPÉRY)*

Enquanto, no mundo desenvolvido, se antecipam os indicadores do desempenho da produção industrial que apontam para a virada do século, a formação profissional brasileira, em particular, vive de indefinições e de previsões um tanto confusas nas propostas inovadoras que se sucedem com frequência.

Chavões recolhidos em textos de almanaque procuram desenhar o perfil de um novo operário, o trabalhador do futuro e, em consequência, surgem aqui e ali recomendações de modelos renovadores para ações da Educação Profissional classificando como "ultrapassadas" as opções atualmente postas em prática.

É preciso refletir com mais seriedade e profundidade sobre o assunto e de fato, com isenção, encontrar as definições mais claras sobre o planejamento da entidade que viabilize o encontro com a natureza das demandas industriais no que concerne à mão-de-obra.

Olhando para as nossas origens vamos encontrar uma proposta metodológica que priorizava a formação de operários qualificados cujo contingente representava

pequena parcela da força de trabalho industrial e que se localizava preferencialmente em ocupações da área de manutenção mecânica e elétrica.

Os semi-qualificados e os braçais representando mais de 60% do total empregado, assim definidos internacionalmente, deveriam ser objeto de ações no próprio local de trabalho e que somente a partir dos anos 60 foram considerados como programas regulares da formação profissional.

A política de formação profissional moderna enfatiza as ocupações da área da manutenção enriquecidas em seus currículos com a pneumática, a hidráulica e mais recentemente com a eletrônica e a Informática embora tenha aberto espaços para outros segmentos considerados estratégicos regionalmente como a Construção Civil, a Indústria Têxtil, a Indústria de Couro e Calçados, a Cerâmica e o Plástico, a Solda e Produtos Alimentares, por exemplo.

As atividades vinculadas a operação foram consideradas metodologicamente uma prioridade da empresa a quem cabe a responsabilidade de organizar os programas de treinamento operacional no próprio local de trabalho.

A manutenção prossegue sendo a prioridade das Escolas Profissionais.

Nos dias de hoje e no que concerne ao futuro da atividade industrial, reforça-se a tese de que reside na manutenção a principal demanda de mão-de-obra qualificada cuja formação exige, por força do desenvolvimento tecnológico e da própria organização da produção, maiores níveis de escolarização, habilidades

específicas polivalentes e habilidades de gestão.

Surtem os CEQUAL com o propósito de Certificação de operários da manutenção e a ABRAMAN - Associação Brasileira de Manutenção reúne experiências nacionais e internacionais em benefício do aprimoramento do Setor.

Porém, os fundamentos metodológicos que preponderam na concepção da formação profissional são os mesmos de nossas origens cabendo aos Centros de Vocação Tecnológica - CVT's a tarefa rica e atraente de preparar os operários qualificados cujos quantitativos obedecem uma distribuição assemelhada às origens da industrialização.

As ações de "*on the job training*" destinadas aos contingentes identificados com a operação industrial, quantitativamente mais expressivos na estrutura do mercado de trabalho continua a ser parcela importante dos programas das empresas.

O fato novo no perfil do emprego industrial é a presença dos técnicos de nível médio que, nos anos 50, representava 2% do mercado de trabalho e que as pesquisas revelam um crescimento considerável abrindo espaços importantes e vindo a representar de 4% a 5% do emprego em determinados segmentos da atividade produtiva.

Tais ações permanecem vivas e modernas, mas necessariamente vão conviver por muito tempo com atividades classificadas por Cláudio Moura e Castro como "morro abaixo" que devido aos seus grandes números exigira um eficiente sistema de Educação a Distância associado a parcerias com órgãos da comunidade

recuperando para o trabalho populações afastadas dos meios de produção e que poderão encontrar em ocupações simples a informalidade que lhes propiciara promoção social e melhoria de renda.

### **13. ONDE COMEÇA O FUTURO?**

(10/11/2009)

*“O fraco rei faz fraca a forte gente”.*  
*(LUÍS DE CAMÕES)*

Muito tem sido comentado sobre a importância do desenvolvimento tecnológico e suas influências no perfil do mercado de trabalho, nas características e atributos da mão de obra e mesmo na geração de um denominado "desemprego estrutural" considerado de sua responsabilidade.

No entanto, os mais conceituados autores que examinaram com profundidade a questão, revelam incertezas unânimes diante dos dados colhidos em suas pesquisas, que não apontam com evidência nenhum caminho que permita uma conclusão científica comprovada desse teor.

No Japão, em Cingapura ou na Suécia, por exemplo, não existem comprovações sobre as citadas influências, mesmo nas atividades bancárias ou empresas do ramo financeiro onde tem sido mais intensamente empregada a automação.

Na indústria, onde a automação ainda é incipiente em termos de primeiro mundo, os modelos tradicionais ainda se impõem, incorporando técnicas e tecnologia que aprimorem a qualidade e elevem a produtividade, porém sem indicações de liberação de mão-de-obra por força de possíveis mudanças decorrentes na organização da produção.

Alguns autores mais ousados chegam a introduzir reflexões mais contundentes no que concerne ao perfil qualitativo da mão-de-obra, que poderia ao contrário de muitas afirmativas, ser menos qualificada pela introdução de novas tecnologias, sem, no entanto, ser quantitativamente menos expressiva.

Na verdade, fica difícil determinar quais as verdadeiras origens dos elevados níveis de desemprego, quando a produção industrial em todo o mundo ocidental apresenta indicadores fortes de redução há alguns anos e, na economia asiática, de saturação comprovada em muitos setores.

Existe, no entanto, uma tendência para a unanimidade em praticamente todos os estudos especializados publicados, qual seja a necessidade de uma nova organização da educação técnica com nova proposta curricular que enfatize o desenvolvimento do raciocínio lógico, a criatividade, as habilidades de leitura em diversas linguagens, a matemática, a prática da ética profissional, a elevação dos padrões de responsabilidade, a sociabilidade e a solidariedade, o aprender a trabalhar em equipe e os conhecimentos tecnológicos.

Neste particular, caminha-se para um consenso sobre uma polivalência de conhecimentos e habilidades técnicas abandonando-se as propostas de especializações em campos de atividades cada vez mais restritos como ocorreu no período entre os anos 50 e 70.

A educação geral e a educação técnica tendem a aproximar os seus currículos mesmo que com organização distintas e, o treinamento, a aprendizagem e

a qualificação certamente estarão mais próximos de um processo educativo do que no passado.

## 14. VISÕES E REFLEXÕES

(20/11/2009)

*“Desisti de Te achar no quer que seja,  
De te dar nome, rosto, culto, ou igreja...  
- Tu é que não desistirás de mim!”  
(JOSE RÉGIO) Biografia*

O pensamento de Zygmunt Bauman está sempre em consonância com a atualidade provocando reflexões que transcendem o nosso diálogo coloquial remetendo-nos a uma realidade inexpugnável e concreta.

O seu conceito de “Modernidade Líquida” que define o presente como um momento em que a sociedade se envolve em processo que transforma o cidadão, sujeito de direitos, em indivíduo em busca da afirmação no espaço social, que abre passagem para mudanças nas estruturas de solidariedade coletiva para as de disputa e competição, que convive com o enfraquecimento dos sistemas estatais de proteção às intempéries da vida gerando uma permanente incerteza, que aponta os eventuais fracassos para o plano individual, que estabelece o fim do planejamento em longo prazo e o divórcio entre poder e política.

O poder fora da política e o fim do planejamento em longo prazo têm o significado da inexistência da utopia e para que ela seja resgatada é preciso que se tenha a noção de que o mundo está mal e deve ser modificado e que o homem sabe que deve agir e tem a certeza no que deve ser feito para modificá-lo e tem a força e a coragem para fazê-lo.

O potencial humano desafiado é capaz de mudar o mundo.

Na era pré-moderna a figura do homem metaforicamente é a do caçador defendendo o seu espaço imediato, o equilíbrio natural e pensando que as coisas estão boas e que Deus cuida com a sua sabedoria suprema muito superior à dos homens.

No mundo moderno a metáfora da humanidade é a figura do jardineiro que sabe da não existência da ordem no mundo, mas acredita que no esforço coletivo da humanidade tudo pode ser resolvido. Ele elabora o seu arranjo de “plantas” na sua cabeça e depois o executa. O jardineiro é um fazedor de utopias.

O caçador não garante espaços na floresta para outros caçadores, nem permite que haja reposição do que foi tirado. É possível que no futuro se esgotem as reservas, mas isto não importa ao caçador. Somos todos caçadores inevitavelmente e nem percebemos ao olharmos em volta que existe uma multidão de caçadores solitários perdidos no que denominamos de “individualização”. De repente parece-nos ter visto um jardineiro que contempla uma harmonia construída além da barreira do seu jardim privado. Ao contrário são milhares de caçadores no entretenimento individual de suas ambições.

Neste mundo povoado de caçadores não existem espaços aparentes para utopias sociais. O *Thesaurus*, de 1892, de Roget, considera utopia o fantástico, fantasia, impraticável, irracional, fictício, o fim da própria utopia.

A idéia de progresso foi transferida da melhoria partilhada para a de sobrevivência do indivíduo. O

conceito de progresso não é o de um desejo de corrida, mas de se manter correndo, o truque é manter o ritmo das ondas e se não quiser afundar mantenha-se surfando. Mude o guarda-roupa, o mobiliário, o papel de parede, o olhar, os hábitos, mude você mesmo quantas vezes puder, até livre-se de você mesmo, mas continue na vidinha.

Imagine se você não trocasse de carro, não comprasse roupa nova, não trocasse a geladeira ou a televisão, o cosmético, o computador, os móveis para onde iria a economia consumista?

Ser um caçador é uma compulsão, uma dependência. Atingir uma lebre prenuncia o fim das expectativas salvo se houver outra lebre a ser caçada. Para o caçador não existe missão cumprida, não há descanso e gozo do saque, até a eternidade.

Para os caçadores a perspectiva de um fim de caça é assustadora, significa a derrota.

Para os jardineiros a utopia aponta para a paz, para o fim da labuta, para o descanso, mas para os caçadores a utopia é um sonho de luta que nunca termina.

Mas, a vida continua como cita Miguel Absensour em “Persistent Utopia” “inspirado em William Morris, em 1886, que escreve que os homens lutam e perdem a batalha e os motivos das lutas mesmo derrotados transformam-se com outros significados e outros homens tendem a lutar por aquilo mesmo com outro nome.

## 15. UMA QUESTAO DE TEMPO

(30/11/2009)

*“A vida é uma peça de teatro que não permite ensaios. Por isso, cante, chore, dance, ria e viva intensamente, antes que a cortina se feche e a peça termine sem aplausos”.*

*(CHARLES CHAPLIN)*

Tem sido numerosos e recentes os estudos de educadores, sociólogos e economistas visando a construção de cenários futuros que revelem as novas formas da organização do trabalho e dos modelos da educação e da formação profissional que se ajustem aos efeitos decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico.

Nos países do primeiro mundo é consensual o esgotamento do sistema Taylorista-Fordista, energético-intensivo, que conduziu, com bastante êxito, a industrialização neste século.

Os modelos competitivos fundamentados em inovadoras teorias do comportamento, o desenvolvimento da microeletrônica e da Informática e a mundialização da economia parecem acomodar-se na estrutura decorrente que se resolveu denominar de novo paradigma do desenvolvimento ou de paradigma da informação.

Os modernos sistemas de produção modificam a sua disposição orgânica, optando por grupamentos técnico-produtivos, intitulados de células, no lugar das

produções seriadas que reuniam homens e máquinas em cansativa rotina, cadenciada pela repetição de operações pouco complexas.

Os organogramas empresariais identificaram, na gestão sistêmica horizontalizada, as suas preferências, reduzindo os gastos com perdas administrativas e ampliando a interação e a participação dos departamentos.

Concepção, Projeto e Execução parecem ter encontrado espaços comuns, enquanto a Qualidade presencia todas as etapas.

Flexibilização e a nova palavra chave; recursos humanos qualificados, o instrumento estratégico e educação, o norte e o sul, o princípio e o fim.

Assim equacionado, instala-se o paradigma do mundo desenvolvido.

No Brasil, a temática incorpora inúmeras outras variáveis e sempre mais complexas.

Ainda assim, vale especificar sobre o que nos espera em breve.

O cenário futuro do modelo brasileiro parece apontar para uma configuração com quatro vertentes.

O segmento moderno, fortemente influenciado por empresas internacionais, de tecnologias assimiladas em curto prazo, utilizadoras de capital e informação intensivos e reduzidos contingentes de mão-de-obra.

A indústria tradicional, de tecnologia convencional, em maior número, de mão de obra intensiva, mas com elevados padrões de qualidade.

O mercado informal, quantitativamente expressivo, em franco crescimento, assimilando tec-

nologias e com desempenho qualitativo apreciável.

A terceirização, constituída com o surgimento em grande quantidade de empresas organizadas para a prestação de serviços de apoio.

Para suprir as demandas de um mercado de trabalho, de tal forma diversificado, os programas de educação técnica e formação profissional necessitam, também, de uma nova configuração.

Quanto aos segmentos tecnologicamente desenvolvidos e mesmo considerando as indústrias convencionais, percebe-se que o perfil apresentara sensíveis modificações.

A ênfase dos programas de formação deverá se acentuar nos conceitos da polivalência profissional oferecendo amplo espectro de conhecimentos técnicos e habilidades específicas e conduzindo não mais a preparação para uma ocupação e sim para um conjunto de atividades afins que poderá ter uma intitulação mais abrangente, referida a área de técnicas correspondentes.

Paralelamente, conteúdos teórico-práticos deverão consolidar a elaboração dos programas, contemplando atributos essenciais, tais como o raciocínio lógico, a capacidade de leitura escrita, informatizada e especializada, a visão espacial e o desenho técnico, a criatividade, a ética e a qualidade, a preservação ambiental e o combate ao desperdício, a segurança do trabalho e o conhecimento das legislações pertinentes sociais, políticas e econômicas.

Evidencia-se a necessidade de um sistema educacional de maior eficiência, que anteceda e contribua para a agilização da preparação para o

trabalho. É um dos grandes desafios que se impõem ao processo de desenvolvimento do nosso País.

O Ensino Fundamental, prioridade distante nos últimos 40 anos, revela-se perturbadoramente ineficaz, envolvido por circunstâncias conhecidas, tais como professores mal remunerados e sem motivação, ausência de metodologias adequadas as diversas realidades de um país continental, alunos sem os mínimos pré-requisitos sociais desejáveis, material instrucional e multimeios ultrapassados e avaliações intuitivas.

O Ensino do 2º grau, perplexo diante de uma legislação com nítidas incoerências conceituais, buscou, no dilema de conciliar a profissionalização obrigatória com a educação geral, um caminho pelo qual não realizou nem uma nem outra com eficiência.

O Ensino Público Superior, indiscriminado numa sociedade discriminadora, ofereceu-se, sem qualidade, para uma elite de escolarização deficiente, arrebanhando, paradoxalmente, a maioria das principais e escassas verbas destinadas pelo Estado à Educação.

A formação para o magistério, perdida na ausência de vocações, deverá considerar como prioridades estudos e metodologias compatíveis com os novos padrões de desempenho quantitativos e qualitativos que serão demandados.

Informática Educativa, Educação a Distância e multimeios instrucionais dentre outras, são algumas das alternativas que se associarão a um amplo programa de formação e aperfeiçoamento de professores e instrutores.

A sociedade do futuro, de economia mundializada e de consciência planetária, onde será essencial um

Estado eficiente fundamentará as suas bases na educação. A nossa questão é reverter prioridades e resgatar o tempo perdido. Ainda há tempo.

## 16. MANHÃS DA MODERNIDADE

(04/12/2009)

*“Que ninguém se engane,  
só se consegue a  
simplicidade através de  
muito trabalho”.*

*(CLARICE LISPECTOR)*

Nos dias de hoje, vivemos sob o efeito dos primeiros sintomas das transformações econômicas e sociais decorrentes do novo paradigma da produção industrial, pela surpreendente reengenharia social e política das nações, pelas novas formas de comercialização determinadas pela globalização da economia, enfim, indicadores que apelam por reflexões profundas sobre a organização do Estado, das empresas e das instituições sejam elas das mais diversas naturezas.

O mercado de trabalho e as políticas de emprego e formação da mão-de-obra, como resultado, sujeitam-se a mudanças estruturais de consequências ainda imprevisíveis, mas que já revelam a necessidade de uma nova conduta dos que intervêm diretamente na sua organização.

A terceirização de serviços, a informatização de procedimentos, a competitividade internacional, as novas tecnologias de automação, promovem alterações quantitativas e qualitativas no perfil do emprego que mesmo o raciocínio prospectivo mais atento sente dificuldade em apurar com mais precisão o seu novo formato.

Mesmo assim, sem querer adivinhar pode-se considerar com alguma nitidez certos segmentos distintos do provocativo futuro do mercado de trabalho industrial.

O grupamento tecnológico composto de engenheiros, técnicos e operários com alta qualificação, polivalência de conhecimentos e habilidades, usuários abundantes de tecnologias informatizadas, operando em sistemas eletrizados de qualidade e produtividade, desenvolvendo com habitualidade o raciocínio lógico, a criatividade e o senso crítico.

Do ponto-de-vista quantitativo constituem minoria no conjunto do emprego industrial estimada em cerca de 15% da força de trabalho, detentores de 70% do produto industrial, voltado principalmente para o mercado externo.

O segundo segmento, de atributos distintos, mas associado a produção, compõe o quadro dos serviços autônomos e das micro e pequenas empresas que apresentarão forte tendência de crescimento e organização, inclusive assimilando práticas de uso intensivo de tecnologias adequadas a natureza de seus processos e produtos.

A terceirização como instrumento de eficiência e elevação da produtividade conduz a geração de um conjunto de empregos flexibilizados, de peso quantitativo expressivo com ênfase em serviços auxiliares e administrativos e que deverão se distinguir do quadro anterior de natureza de sua mão de obra.

Haverá também espaços para serviços de criação, comunicação, projetos e outros assemelhados em que se destacam profissões técnicas de caráter autônomo ou

micro e pequenas empresas.

A indústria tradicional, ou seja, a que adotara mudanças tecnológicas nos seus processos produtivos, mas sem alterações mais significativas na organização da produção constitui o segmento clássico do emprego formal voltado para o mercado interno, reduzida em sua expressão qualitativa, mas de importância no elenco das oportunidades de emprego que ficarão sempre condicionadas à sanfona do crescimento econômico e às conjunturas determinadas pela ação mais ou menos direta do Estado.

Desta análise manifestamente superficial pode-se antever uma nova linha de atuação para o SENAI RIO que na verdade vira a se constituir no prolongamento de ações já iniciadas e que deverão ser fortalecidas a curto e médio prazo.

Assim sendo e sem a preocupação de nominar os executores poder-se-á distinguir:

- A implantação dos Institutos de Tecnologia, credenciados pelas Normas ISO 9000 e ISO 14000, habilitados por meio de convênios com Sindicatos patronais e Associações de classe a fornecer os selos de qualidade de produtos e de mão-de-obra, voltados para a assimilação e distribuição de tecnologias, priorizando o desenvolvimento de recursos humanos e se organizando segundo os princípios da Qualidade Total e da máxima eficiência, auto-suficientes, financeiramente e subordinados aos princípios da gestão por resultados.
- A organização de unidades formadoras de mão-de-obra destinada ao mercado informal, as pequenas e médias empresas em programas que associem o valor agregado

dos conhecimentos técnicos aos princípios de gestão administrativa e financeira.

- A formação profissional voltada para a indústria tradicional, planejada segundo acordos com empresas e associações que definirão o perfil quantitativo e qualitativo da demanda em programas especificamente organizados para o seu atendimento.

- Os programas voltados para a comunidade com ênfase para as populações carentes e para os desempregados, utilizando as instalações disponíveis mediante convênios com o Estado que deverá financiar a sua realização.

- Os programas de Educação a Distância como instrumento auxiliar do aperfeiçoamento da mão-de-obra e da gestão das empresas.

- A implantação de um Centro de Formação de Gestores Industriais que terá o objetivo de colaborar no processo de formação de novas gerentes para a empresa industrial.

De tudo o que se percebe, vivendo as mazelas da modernidade brasileira constata-se que há muito por fazer na convergência de propósitos de convolar com novas políticas de educação profissional.

## **17. A EDUCAÇÃO NA FINLÂNDIA**

(11/01/2010)

*“A esperança é um bem gratuito,  
não custa nada para tê-la e é  
melhor tê-la que não tê-la”.*  
*(VINICIUS DE MORAES)*

Crescem as naturais expectativas da comunidade por dias melhores para a educação do município do Rio de Janeiro.

Os depoimentos de experientes professores e de pedagogos, militantes por muitos anos nas escolas públicas do município, são saudosistas em relação à qualidade atual do ensino oferecido. De fato, o que pode ser apontado com alguma obviedade das análises e reflexões recentes é que a questão em tela se resume na tríade **PROFESSOR/ALUNO/ ESCOLA** e o trato das soluções encontradas nem sempre considerou com acerto alguns dos problemas de cada um dos lados do triângulo imaginário.

O aluno, objetivo principal, sempre foi considerado como unidade de ação quando de fato as desigualdades sociais de suas origens e caracteres apontam para individualidades distintas, que demandam tratamentos diferenciados em suas carências.

O Professor padece de necessidades também distintas tendo em vista que se depara com maiores ou menores dificuldades em relação à Escola e aos alunos objetos da sua atuação.

A Escola por seu lado também não pode ser considerada um conjunto único que demanda tratamentos semelhantes, pois são segmentos diferenciados, situadas em localizações comunitárias diversificadas, projetos sociais distintos, com questões peculiares.

A dimensão do problema que se apresenta para os gestores pode ser resumida em 1055 escolas, cerca de 37 mil docentes e 726.000 mil alunos na Educação Infantil e nas séries do Ensino Fundamental.

Cento e poucas escolas estão instaladas em zonas de alto risco, de populações carentes, com alunos premidos por circunstâncias sociais graves tais como péssimas condições de moradia, famílias desestruturadas, deficiências de nutrição evidentes e segurança pública precária diante das mazelas do tráfico de drogas.

As dificuldades de aprendizagem são a tônica dos alunos em todo o município e principalmente nas escolas em regiões de risco social.

Os professores não foram preparados para o enfrentamento de tantas diversidades simultâneas e se entregam a um cotidiano de omissões que não conduz aos resultados desejados.

Acresce a formação deficiente de professores nas instituições de ensino superior e a mudança drástica de nível sócio-cultural dos concluintes dos cursos de Licenciatura, nos últimos vinte anos ou mais.

Em síntese, o lógico será estabelecer prioridades.

As cento e poucas escolas em localidades de risco devem merecer prioridade. E qual seria esta prioridade?

Os alunos têm dificuldades distintas de aprendizagem e para um resultado satisfatório as turmas devem ser atendidas por três ou pelo menos dois professores e estagiários concluintes de cursos de Pedagogia e Licenciaturas, simultaneamente. Os turnos devem ser de cinco horas diárias, no mínimo, com duas horas dedicadas aos esportes, (piscina é básico), ballet, ginástica, vôlei, basquete e, é claro, futebol, todos com professores especialistas e nos esportes apoio de ex-atletas renomados. Orientadores Educacionais, Médicos Pediatras, Odontólogos, Psicólogos e Assistentes Sociais para as famílias, com programas de integração social compõem o quadro. Um projeto de segurança pública especial deve dar cobertura às ações da Escola.

Os professores precisam passar por programas específicos de capacitação para atendimento aos alunos de populações carentes e de risco.

A merenda deve ser de qualidade esmerada e a biblioteca utilizada com orientação profissional especializada.

Enfim pode ser um projeto com início, meio e fim, dois anos é um bom tempo e ao final, depois de avaliado a cada etapa vencida, poderá vir a ser estendido às demais escolas da rede.

A propósito, na Finlândia é assim!

## **18. TEMPOS NOVOS**

(21/01/2010)

*“As explorações nos lembram que os seres humanos evoluíram para perguntar sobre si mesmos, que compreender é uma alegria, que o conhecimento é um pré-requisito para sobreviver”.*  
*(CARL SAGAN)*

Os desafios da globalização têm imposto novos conceitos na formulação das políticas educacionais, em particular na educação profissional.

As realidades das questões que demandam mais transversalidades, sejam por suas naturezas nacionais, transnacionais ou mesmo globais, apontam para uma inviabilidade de se aceitar a fragmentação do conhecimento embora a sua expansão seja de tal forma crescente que existam focos de suas dimensões que representem isoladamente um conjunto e não uma parte.

Os desafios do complexo parecem ser decorrentes do fato de que são inseparáveis os componentes do conhecimento e que ao se fragmentarem distorcem a visão mais abrangente necessária a uma compreensão planetária e correta das questões.

A Escola como ser pensante sofre os efeitos de uma departamentalização disciplinar dos conhecimentos na sua operacionalização e não consegue encontrar um

modelo que favoreça uma articulação, contextualização e integração dos saberes e de transmiti-los com eficiência.

De fato, a dificuldade existe porque o conhecimento é fruto de operações que reúnem análise e síntese, ligações e separações, fragmentações e acumulações que na prática encontraram na organização por disciplinas um modo mais simples embora menos adequado.

O que deve ser feito reúne mais exigências qualitativas criando os princípios organizadores do conhecimento ao transformar as bases que foram idealizadas para a organização das disciplinas em um conjunto planetário buscando as inter-relações entre os fenômenos, como o todo interfere nas partes e ao contrário como as partes atuam sobre o todo.

Fica então o objeto de dificuldade qual seja encontrar o elo que interliga as partes e o todo ou conhecer as partes sem conhecer o todo ou conhecer o todo sem conhecer as partes.

A articulação das disciplinas umas às outras na concepção dos currículos é conceito dos anos 60, na segunda revolução científica do século XX, se a primeira for considerada na microfísica no início do referido século.

Introduzir como disciplinas a Ecologia e o Meio Ambiente, a Cosmologia, a Filosofia e a Sociologia, a História e a Economia, a Geologia e a Geografia, a Meteorologia e a Sismologia e mesmo a Psicologia revela-se um fato desagregador inconseqüente embora ainda não completamente analisado e recomposto.

Nas ciências da vida e do homem a situação é muito melhor devido aos progressos da Biologia Molecular e da Genética agregando-se aos conhecimentos da Física e da Química, da Anatomia e da Neurologia, ainda que a confederação biológica esteja bem distante. De modo multidimensional destacam-se os avanços na antropologia, nos mistérios da vida e na verdadeira grandeza das descobertas dos fenômenos e da cultura da humanidade.

No contexto das complexidades a educação profissional adquire papel especial. Educar para o trabalho ou educar e trabalhar parecem encontrar distinções especiais no modo e na forma.

A polivalência dos conhecimentos e das habilidades associada às atitudes e comportamentos encontram razões fortes para a sua aceitação principalmente na presença das profundas e velozes mudanças das tecnologias de produção e da gestão.

Educar para o trabalho destaca a restrição enquanto educar e trabalhar é um verbo só que associa a educação como um ente global, multidimensional, complexo e amplo e o trabalho um ente focal, tecnológico, culto, criador, artístico e belo.

A educação profissional realiza-se na intercessão dos dois conjuntos, educação e trabalho, onde a qualidade permeia cada um em suas missões que se completam.

Os tempos modernos do novo século parecem apontar para a continuidade do processo de mudanças sociais, políticas, tecnológicas e econômicas que marcaram os últimos vinte anos do final do milênio.

A par das profundas transformações algumas atitudes mantiveram-se inalteradas no tempo, o conflito liberdade x autoridade, o bem público sobrepujado pelas ambições e interesses pessoais, enfim a mesma alma humana retratada pelos filósofos, sociólogos e intelectuais, como Shakespeare, por exemplo, em Júlio César, quando o poeta de Stratford se eterniza no discurso de Marco Antonio no funeral de César.

Mas o que mudou nestes tempos de globalização?

A queda do muro de Berlim, que simboliza uma redefinição de parâmetros das identidades políticas e ideológicas e suas conseqüências, como o fim da guerra fria, desloca a discussão capitalismo ou comunismo para, possivelmente, oriente ou ocidente. A Nova Idade Média, como uma sociedade pós-capitalista ou pós-industrial, a sociedade da informação com o progresso das telecomunicações, da internet e da microeletrônica, impacta a humanidade de forma contundente e inesperada.

No modo de produção com a evolução tecnológica e o acelerado progresso científico as mudanças são radicais.

Primeiramente passa-se de um sistema produtivo de massas para outro de consumo diversificado e flexível. A competição exacerbada e a globalização ditam as novas regras e a inovação e a qualidade prevalecem como palavras de ordem com seu subproduto mais cruel, qual seja a exclusão do mercado de trabalho de contingentes numerosos, qualificados ou não para a vida produtiva.

O desemprego assume proporções ameaçadoras com a desagregação e a instabilidade social onde a

violência adquire formas de incredulidade e inconformismo sem limites e a governabilidade sente-se ameaçada.

Neste contexto, com o fim do Taylorismo e do Fordismo, a inteligência abandona a cúpula e desce para as fases do processo de produção, com a criatividade distribuída numa organização plana e aberta onde o conhecimento se sobrepõe às habilidades.

No mundo das comunicações, a tecnologia estabelece uma influência sem par nas relações sociais destacando-se o acúmulo de informações, a velocidade da transmissão e os múltiplos meios como imagem, som e texto disponíveis instantaneamente.

Os conceitos de tempo e espaço e da própria realidade são contestados com forte consequência na formação da infância e da adolescência.

Surgem as mudanças na estrutura dos interesses, ou seja, no que pensamos, no caráter dos símbolos, com o que pensamos e na comunidade, onde pensamos. O livro dá lugar à televisão e ao computador nas prioridades enquanto se estabelece a separação definitiva entre conhecimento e pensamento e, devido à velocidade das mudanças, o futuro perde-se nas incertezas e as urgências e o imediatismo se consagram ao fim das utopias.

As sociedades fingem que as urgências as impedem de refletir quando é justamente a falta de perspectivas que geram as urgências.

Estamos no abismo da absoluta falta de sentido, onde o futuro se submete ao econômico, o passado nada tem com o futuro como função regressiva e o imobilismo e a desconfiança são fortalecidos. A ausência de ideais e o

fim das utopias nos conduzem para a perplexidade de nossa existência que tem como contestação a apatia e a omissão.

A nova democracia política caminha para o fim da cidadania, como princípio de nacionalidade, quando as fronteiras nacionais impulsionadas pela economia se diluem premidas pelos conceitos da mundialização e das empresas transnacionais.

E a educação?

Desde a última revolução educacional que tirou da religião e da dinastia a sua propriedade e transferiu ao estado como nação o surgimento de uma nova moral, que muito pouco de novo aconteceu. A educação laica e republicana tornou-se seqüencial e hierarquizada por idades e por complexidade crescente na qual, por decorrência, a elite consagrou-se como detentora do conhecimento e da informação.

Surge a escola pública como dever do Estado, embora ainda incompetente para assumir o papel revolucionário de construção da cidadania, perdendo-se na subestimação dos valores individuais e na missão para a qual se propôs como substitutiva absoluta dos direitos constitucionais de acesso ao conhecimento.

Vivemos a conjuntura de uma nova revolução educacional no conjunto das transformações da modernidade.

Verifica-se que a família mudou, a sociedade mudou e a escola permaneceu a mesma.

O acesso à informação, pelos impactos da modernidade, troca a seqüencialidade por idade e a

hierarquização do conhecimento pela comunicação disponível e imediata.

A escola necessita encontrar uma nova identidade compatível com suas novas atribuições, associando tecnologia, conhecimento, moral, hábitos, criatividade, princípios e juízo de valor. Precisa sair da oferta e penetrar na demanda e assumir novos postos de referência na verdadeira reconversão social, emergente e irreversível.

No entendimento concreto sobre a prioridade do conhecimento e da informação é essencial adquirir a capacidade de manejá-los e conduzi-los no sentido da formação do pensamento, hoje, definitivamente, dissociado dos processos tradicionais e na construção das identidades individuais que resultarão no processo de escolha das diferentes opções que lhe serão ofertadas.

A nova escola será construída na intercessão da racionalidade com a subjetividade. A racionalidade procurando a organização social e produtiva por intermédio da incorporação da ciência e da tecnologia e a subjetividade por meio do desenvolvimento integral da personalidade, libertada dos determinismos sociais e culturais.

As transformações que submetem o mundo neste final de século tanto na prática social e no trabalho indicam que a educação não pode ficar alheia às suas conseqüências.

As sucessões de reformas no setor educacional são exemplos e tentativas de adequação às novas necessidades.

O ensino médio torna-se a prioridade dos que debatem os sistemas educacionais no mundo. Como preparar os jovens para o prosseguimento de estudos, para o trabalho e ao mesmo tempo para o seu desenvolvimento pessoal? Que vínculos existem entre Educação Geral e Educação Profissional? Como estabelecer passarelas entre elas?

O emprego está sempre presente, nos cursos técnicos, enfim, criativa construção de um modelo Fábrica-Escola, fiel à pedagogia da *Arbeitsschule*, de Georg Kerschensteiner, no início do século XX, na Baviera, de trazer o trabalho para a escola.

Na formulação da base conceitual dos seus programas, a Nova Escola Técnica irá ao mercado de trabalho pesquisar os atributos de desempenho desejáveis para a mão-de-obra, identificando os conhecimentos e as habilidades manipulativas indispensáveis a um comportamento produtivo e competente dos seus alunos.

Com esses elementos obtidos das Análises Profissionais, organizará os seus programas, e pretenderá instalar a sua escola onde as salas e os laboratórios se assemelham às condições reais de trabalho industrial, selecionará os professores, implantará uma “filosofia” de educação técnica modelar ajustada ao progresso.

Nos últimos anos, tem sido acelerado o processo de mudança das tecnologias de produção, exigindo das empresas qualidade, produtividade e competitividade diante de um cenário internacional globalizado.

O conceito de ocupação encontra-se em fase de transição, as Escolas Técnicas transformaram-se em Centros de Formação Profissional, algumas em Centros

de Tecnologia, com funções de assimilação e transferência de tecnologias, implantadas com ênfase nos segmentos da atividade industrial onde estejam identificadas, prioritariamente, as tecnologias em mudanças, no sentido de favorecer a sua compreensão e facilitar a sua introdução nos programas de ensino.

A nova organização da formação profissional prioriza um maior valor agregado de conhecimentos e habilidades que justifique a sua implantação em ambientes diversificados da atividade produtiva.

Numerosos estudos de educadores, sociólogos e economistas buscam a construção de cenários futuros que revelem as novas formas da organização do trabalho e dos modelos de formação profissional que se ajustem aos efeitos decorrentes do progresso científico e tecnológico.

Os modelos competitivos fundamentados em inovadoras teorias do comportamento, o desenvolvimento da microeletrônica e da informática e a mundialização da economia parecem acomodar-se na estrutura decorrente que se resolveu denominar de novo paradigma do desenvolvimento ou de paradigma do conhecimento e da informação.

Concepção, Projeto e Execução parecem ter encontrado espaços comuns, enquanto a Qualidade presencia todas as etapas.

Flexibilização é a palavra-chave; recursos humanos qualificados, o instrumento estratégico; e a educação, o norte e o sul, o princípio e o fim.

Para suprir as demandas de um mercado de trabalho em constante evolução, o a Nova Escola Técnica promoverá novas configurações no processo da

aprendizagem que, no entanto, permanece estratégico como instrumento de promoção social e de valorização profissional.

A ênfase dos programas se acentua nos conceitos de polivalência profissional, conduzindo a habilitação para um conjunto de competências que inclua conhecimentos técnicos, habilidades específicas e atitudes referidas às áreas profissionais correspondentes.

Atributos essenciais como o raciocínio lógico, a capacidade de leitura escrita, informatizada e especializada, a visão espacial, o desenho técnico, a criatividade, a ética e a qualidade, a preservação ambiental e o combate ao desperdício, a segurança no trabalho e o conhecimento das legislações pertinentes, sociais, políticas e econômicas, integram os conteúdos dos programas de aprendizagem, cujo perfil se identifica com a gestão sistêmica das empresas de um mundo globalizado.

Ao técnico está reservado um papel de importância primordial em construir os novos caminhos da formação

No mundo do trabalho, os desafios estão basicamente relacionados às mudanças no processo de produção, aos cada vez mais surpreendentes avanços tecnológicos e, com isso, às novas demandas relativas ao desempenho dos profissionais no enfrentamento dos mercados globalizados e exigentes em produtividade e competitividade.

A Educação Nacional no Brasil dedica um capítulo especial para a Educação Profissional. É a primeira vez que isso ocorre em uma Lei de Diretrizes e

Bases, LDB, o que demonstra o empenho do próprio legislador em valorizar esse importante segmento de nossa vida econômica. Quem sabe não se inicie, a parti daí, o processo de libertação do ranço cultural do Brasil Colônia, de só consagrar o graduado por Universidade. Que os pais da classe média, essa classe formadora de opiniões, proclamem para seus filhos também a excelência do técnico e a potencialidade dos novos tempos para uma carreira tão nobre quanto às de nível universitário.

## 19 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E A ACREDITAÇÃO

(10/07/2010)

*“Tentei escrever o paraíso  
Não se movam  
Ouçam falar o vento  
Esse é o paraíso”.*  
(ERZA POUND) *Canto 120*

O movimento do capital tem um poder avassalador de transformar qualquer realidade em objeto do e para o capital, uma sociedade de mercado produz e troca produtos equivalentes, e a tecnocracia é a prática pela qual se julga ser possível dirigir a universidade pelas mesmas normas e critérios de uma rede comercial. A prática administrativa fragmenta-se, desarticula-se e articula-se por força do capital.

A rearticulação transforma uma instituição numa organização cuja eficácia é medida em termos da gestão de recursos e estratégias de desempenho. O escopo central da atual reforma do ensino empreendida pelo Estado é a transformação da universidade pública brasileira em organização. Os recursos passam a ser tratados como investimentos, e os critérios de avaliação, resumidos em três, referem-se a:

- 1) custo/benefício;
- 2) eficácia/inoperância;
- 3) produtividade.

O ideário implícito propõe para as universidades privadas um exemplo de modernidade e eficácia. O

modelo administrativo repousando em padrões gerenciais das universidades privadas e institutos de pesquisa privados e públicos, porque, entre outras características, tem recursos provenientes de financiamentos competitivos.

Recentes debates sobre os indicadores educacionais desencadearam impactos na produção de informações acerca da relação entre os insumos escolares e os resultados educativos. Ganham cada vez mais espaço os indicadores de qualidade, apoiados em extensas bases quantitativas e análises qualitativas sobre o desempenho. Foi ultrapassada a etapa dos diagnósticos repousados apenas em indicadores de acesso.

A grande preocupação dos sistemas de produção de informações educacionais relaciona-se ao desenvolvimento de indicadores que informam sobre a eficiência dos sistemas e seu grau de efetividade social

No rol dessas informações buscadas, arrola, entre outras, as características do percurso escolar dos alunos; o tempo médio de conclusão do curso; comportamento do fluxo do sistema; os padrões desejáveis de desempenho discente; a posse e uso de avaliações no redirecionamento de ações e políticas de ensino; as novas demandas da sociedade.

Nos anos 90, o Brasil começou a empreender esforços consideráveis com o objetivo de desenvolver e estabelecer indicadores educacionais e sistema de avaliação em toda a nação.

Trata-se de uma tentativa governamental de introduzir uma cultura de avaliação no sistema educacional a despeito das resistências de instituições

mormente distanciadas desta prática e bastante reativas à avaliação oficial, ao final dos cursos, com testagem geral dos seus alunos.

Potencialmente municiadores das políticas de financiamento, os processos de avaliação envolvem, entre outros, os naturais problemas metodológicos das funções de produção educativa na busca dos vínculos entre gasto educativo e desempenho. Nenhum país antenado em eficiência, equidade e qualidade, prescinde do valioso mecanismo de acompanhamento dos processos de ajustes - a avaliação - seja a institucional em suas diferentes dimensões (infra-estrutura, processos de gestão, formação, qualificação e produtividade dos recursos humanos, etc.), seja a de resultados (conteúdo e condições de aprendizagem, bem como seus impactos intra- e extra-escolares; fatores relacionados ao rendimento escolar e outros).

Na corrida pelos resultados, é visível certa gestão de tensões, particularmente no domínio da contradição entre a reivindicação da autonomia na diferenciação dos valores e dos objetivos institucionais e a submissão a critérios de eficácia e de produtividade de origem e de natureza empresarial.

Tal contradição entre autonomia e produtividade social, dada a imposição à universidade de modelos organizativos vigentes em outras instituições, é manifestamente considerada como crise institucional. E, estreitamente ligada a esta crise, que ganha força a exigência da avaliação, como o correlato natural da autonomia. E é na busca da qualidade que são estabelecidas as prioridades, os objetivos, os

procedimentos e os meios, assim como, ao mesmo tempo, as práticas sistemáticas de avaliação.

Seja na ótica do modelo gerencial - com prioridade em resultados, ou na preconizada pelos estudiosos da avaliação institucional - com prioridade dos processos, a qualidade é imperativo em ambas. Não se trata de discutir a qualidade, mas qual qualidade subjacente, uma vez que da exigência de tal ingrediente ninguém há de prescindir ou duvidar de sua importância.

As instituições privadas que têm suas missões delimitadas desenvolvem o planejamento e a avaliação de maneira clara e objetiva, com processos distintos de monitoramento nas instituições públicas. O processo é mais complexo e de difícil mensuração, dadas as características e limitações das ligações entre os serviços e usuários, quando tais Instituições são presididas pelo Estado.

Uma vez que o mercado de ensino superior se torna muito competitivo para a iniciativa privada por força da demanda, uma vez que os governos devem estimular a expansão das instituições privadas, para garantir a demanda; uma vez que inapelavelmente todas as economias nacionais estão regidas pelo advento da globalização que torna as oportunidades de emprego mais seletivas e, como tal, suscita a demanda por formação profissional, é necessário questionar uma forma de avaliação que não contemple também os resultados (produto) além dos processos, como forma de racionalizar recursos, realçar investimentos, redirecionar políticas, etc. Um modelo de avaliação restrito a resultados, baseado apenas em mensuração, cumprindo

apenas a função de escalas de classificação das instituições, conforme sua eficiência em responder às demandas do mercado de trabalho e as necessidades da economia constitui, no caso, a própria negação do foco da avaliação ou um exemplo de não-avaliação.

## **20. A GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

(04/11/2010)

*“O bom combate é aquele que  
é travado com nossos sonhos”.*  
*(PAULO COELHO)*

Nas condições instáveis da conjuntura socioeconômica do país, para quem administra uma instituição de ensino superior em particular, é imprescindível conhecer as informações que retratem o seu desempenho, não causando surpresa o crescente interesse pelo emprego de indicadores como instrumento gerencial.

Um outro aspecto relevante é o fato de que as autoridades governamentais se tornaram, na última década bem mais precisas nas suas demandas por informação.

Na primeira metade dos anos 80, do século XX, essas informações estavam concentradas no terreno inexplorado e controverso dos resultados acadêmicos (EWELL, 1991).

Mais recentemente, tais demandas ajustaram seu foco na direção do desempenho das instituições ao longo do seu processo, produzindo considerável acervo de formulários de controle estatístico e de procedimentos de natureza quantitativa.

Por outro lado, diante das pressões oficiais e intensa procura de cursos por candidatos das mais diversas origens educacionais, algumas instituições de ensino estão adotando abordagens de avaliação

assemelhadas ao *total quality management* (TQM) e, embora com muitas dificuldades, estão abrindo o caminho da academia ao exame dos processos em contraste com a aparente ênfase da “inspeção final”.

Mas, o modelo também exige informações concretas, a fim de monitorar ativamente as conexões e determinar onde os ajustes e os aperfeiçoamentos adequados podem ser feitos. Os indicadores de desempenho devem ser vistos como parte de uma filosofia gerencial mais ampla que envolve metas, insumos, atividades operacionais e produtos. Cada articulação exige informações precisas, e a eficiência em qualquer nível de análise pressupõe a conjunção de uma série de fatores, sendo o alinhamento entre eles que deve ser monitorado.

Se alguma parte dessa corrente gerencial for rompida, será improvável que as metas pretendidas sejam alcançadas, e conhecer apenas o resultado final, embora relevante, carece das indicações das causas e dos efeitos. Os anos 70, do referido século, destacaram os modelos de custos e alocação de recursos. No início dos anos 80, a preocupação passou para a eficiência, e, mais completamente a partir dos anos 90, predominou o interesse pelo aperfeiçoamento da qualidade.

Atualmente, todos esses tópicos estão combinados no ambiente acadêmico, onde a qualidade é o que todos almejam, mas a custos reduzidos e definidos pela “clientela”, ou seja, pelos alunos do ensino superior.

Ao longo desses anos, no entanto, consolidaram-se alguns princípios informacionais, tais como:

1- a distinção entre dados e indicadores. Embora simples, essa distinção é fundamental para qualquer planejamento de um sistema de informações. Os indicadores são quocientes entre dados de variáveis, sempre buscando uma função comparativa, enquanto dados são as expressões numéricas das variáveis;

2- custo - benefício. Em qualquer nível, o desempenho exige o exame de insumos, atividades e resultados. Do ponto de vista operacional, isso consiste em verificar o quociente de unidades específicas de ações, muitas vezes não-materiais ou não monetárias. Os indicadores fornecem informações orientadas segundo perspectivas futuras em decorrência da análise das articulações entre o desempenho e os insumos;

3- foco sobre funções e resultados.

A análise de desempenho tende a desafiar classificações por unidades organizacionais ou por rubricas orçamentárias, acentuando-se em metas e resultados. Para a elaboração dos indicadores, uma providência a ser tomada é procurar a combinação possível entre esses elementos de categorias diferenciadas, de modo a apresentar um cenário de como funcionam as partes de um sistema geral de uma IES.

Uma importante armadilha conceitual, escondida na elaboração dos indicadores de desempenho, é a subotimização. A mesma amostra de dados pode ter significados diferentes em diferentes níveis da análise, dependendo da configuração ou função do sistema como um todo.

Na formulação de indicadores, fica, portanto, a necessidade de distinguir entre:

- Os domínios próprios do rendimento departamental e os domínios das funções institucionais abrangentes que não são acúmulos dos outros e podem exigir especificações de domínios bem diferentes.
- Os mesmos níveis de desempenho em dimensões similares podem não significar as mesmas coisas, em níveis diferentes.
- A ligação entre informação e seus usos bem como usuários específicos deve ser enfatizada no uso dos indicadores. A informação deve fazer parte de um processo decisório, o que parece simples, mas tem complicações profundas do ponto de vista de sua qualidade.

Desde 1985, a maior parte dos procedimentos de avaliação baseava-se em resultados.

Embora adequado e oportuno, o enfoque também enfrentou obstáculos e um legado de resistência devido à sua característica de prestação de contas.

Nesse contexto, destacam-se como dificuldades:

- altos custos e longos prazos para a implantação dos instrumentos de avaliação;
- a necessidade de alcançar consenso quanto às metas;
- a inabilidade frequente para orientar as mudanças.

Quanto aos custos, há o fato de que a avaliação de desempenho, embora traga benefícios consideráveis, exige investimentos para a sua implantação. As vantagens nem sempre se destacam.

Quanto às metas, trata-se de um desafio que persegue os avaliadores. Conseguir explicitar os resultados pretendidos é tarefa que exige técnica, habilidade e pensamento crítico, nem sempre presentes.

Muitos autores (BANTA; SCHNEIDER, 1988), já indicaram que o próprio processo de desenvolvimento de metas pode ser benéfico e que vale a pena o investimento.

Provavelmente, o maior obstáculo à utilização da avaliação, dos resultados, ou do processo, seja a pouca confiança de que o modelo educacional da instituição possa ser mudado para melhor em decorrência dos resultados alcançados com uso dos indicadores de desempenho. Esses obstáculos e a carência de informações sobre os contextos e as práticas educacionais favoreceram, devido à sua variedade, a implementação de modelos de indicadores de desempenho como instrumentos de estratégias do processo de avaliação.

No Brasil do Século XXI, infelizmente, ainda perdura uma realidade distorcida na Educação. Enquanto a economia brasileira, sob o Governo Lula, cresce, torna-se mais complexa e sofisticada e adota as mais novas tecnologias, a EDUCAÇÃO fracassa em sua missão de oferecer variadas opções aos estudantes e de dar o necessário suporte ao desenvolvimento sustentável do país. Hoje, no Brasil, o sonho do jovem de qualquer classe social - e de suas famílias - é cursar uma faculdade. Por esse motivo, acontecem equívocos grosseiros.

Observamos, por exemplo, um número expressivo de alunos que se formam nas Escolas Técnicas Federal Celso Suckow da Fonseca (CEFET) e depois decidem cursar uma faculdade de Direito, almejando uma carreira mais valorizada pela sociedade. Mas, é preciso levar em conta que dos oito mil bacharéis de Direito que se formam por ano no Estado do Rio de Janeiro apenas dois

mil passam na prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), etapa obrigatória e indispensável ao exercício da profissão.

Os outros seis mil bacharéis não utilizam integralmente ou mesmo muito pouco o conhecimento adquirido na faculdade em sua vida profissional. Mas, se tivessem optado por uma carreira técnica, teriam melhores possibilidades de emprego. O Brasil de hoje tem profundas carências de técnicos nas áreas de eletrônica, tecnologia da informação, mecânica, construção pesada, química e siderurgia, da saúde entre outras. No Rio, a capital cultural do Brasil, essas carências também existem. Constata-se que, infelizmente, a graduação não garante um bom emprego ao jovem brasileiro. Mas, os cursos técnicos, sim, pois eles são focados nas demandas mercadológicas.

Mas, não é só o jovem estudante que precisa de qualificação profissional. O microempresário da área de eletro-eletrônicos que não se atualizar estará defasado em relação ao mercado em dois ou três anos, perdendo clientes e oportunidades. Um pequeno empresário da área de mecânica de automóveis idem: se não souber trabalhar com injeção eletrônica terá que fechar sua oficina.

Para garantir a competitividade desses estudantes, empresários e profissionais, as escolas profissionais trabalham com foco na educação: ensino fundamental e médio de qualidade e educação profissionalizante associada à Educação Básica ao Ensino Médio. Enfim, são ações que permitem ao Brasil deixar de ser a

expectativa de um país do primeiro mundo para ser, verdadeiramente, um país de Primeiro Mundo.

## 21. EDUCAÇÃO E TRABALHO

(11/02/2011)

*“O que te direi?  
Te direi os instantes”.*  
*(CLARICE LISPECTOR)*

Quem pretender pesquisar as origens da educação profissional certamente irá encontrá-las na Reformpädagogik da virada do século nos estudos de Georg Kerchensteiner e sua “Arbeitschule”, nas controvérsias com Hugo Gaudig, Robert Seidel, Paul Oestreich, P.P. Blonskij e quem sabe, Otto Sheibner e Alois Fisher, todos envolvidos com as questões da “Escola Nova” onde merecem especiais citações Pestalozzi e Dewey.

As próprias origens metodológicas da formação profissional no Brasil, foram muito influenciadas pelas idéias “revolucionárias” dos pesquisadores citados e, muito especialmente, pela Escola do Trabalho de Kerchensteiner, na Baviera, polo pedagógico da formação profissional na Alemanha, na Áustria e na Suíça.

A Escola do Trabalho fundamentava seus princípios no pressuposto de que o desenvolvimento das habilidades manipulativas exercia papel estratégico na facilitação da aprendizagem das disciplinas de educação geral e na formação do cidadão e até mesmo e em

conseqüência deveria de um certo modo precedê-las.

Prevalecia a convicção de que a formação profissional tinha como objetivo a preparação de um cidadão apto a desempenhar o seu papel na sociedade, seja pela sua promoção social como pela sua valorização profissional.

Os resultados colhidos confirmaram as expectativas mais otimistas.

O conceito reformista de Educação e Trabalho, de Kerchensteiner, buscava uma relação melhor entre o social da educação e o econômico do trabalho, sendo a escola a passarela pedagógica entre os dois entes de mesma grandeza.

Alguns menos atentos ao pensamento reformista enveredaram por caminhos mais pragmáticos e menos conceituais como o da educação para o trabalho que parecia se influenciar mais pelo ambiente empresarial do que pelos aspectos pedagógicos. Logo ficou claro, quando a noção de trabalho no processo educacional e no discurso pedagógico foi adquirindo uma compreensão mais substancial, que a escola para o trabalho não era uma conseqüência da pedagogia reformista.

Há trinta anos, na esteira do progresso tecnológico e industrial, surgiu, no que se denominou de “virada realista”, o conceito de Qualificação inspirado na pedagogia das profissões e orientado pelas pretensões das empresas. Esta realidade profissional

contemporânea deu origem a uma educação profissional centrada nas exigências da produção.

A concentração nas necessidades empresariais conduziu inevitavelmente à marginalização da escola e dos domínios da pedagogia, na organização de uma formação funcional em prazos curtos e de resultados imediatos para os alunos e empregadores.

Ainda assim nunca foi possível estabelecer os perfis de Qualificação confiáveis e incontestáveis ou mesmo prognósticos garantidos de que poderiam ser convertidos em adequados programas de formação.

Recentemente, nos últimos dez anos, a questão se agravou em decorrência das velocidades do progresso da ciência e da tecnologia, que alterando substancialmente as exigências das empresas tornou impraticável a atualização dos programas de Qualificação, formulados como uma perspectiva de ajuste fiel entre as demandas e as ofertas de conhecimento.

Do ponto de vista um tanto pragmático o que de fato ocorreu foi o processo de levar-se a Escola para o Trabalho restringindo-se a sua função formadora aos aspectos circunstanciais do negócio, das habilidades, conhecimentos e capacidades de uso imediato e direto.

Ao contrário, nos pedagogos reformistas clássicos, como Maria Montessori, a formulação é inversa, ou seja, trazer o Trabalho para a Escola, segundo o princípio de que o homem se forma

mais precisamente por meio do trabalho, cujo significado educativo permite a sua transposição para o ambiente da escola.

No pano de fundo dessa dissertação pedagógica fica sempre a pergunta se na socialização empresarial não seria possível “salvar”, usando a linguagem da informática, alguns dos princípios essenciais da pedagogia das profissões dos tempos modernos.

A discussão passa então para o contexto pedagógico do Trabalho e seu papel educacional na formação profissional, na tentativa conciliadora de uma associação de atributos sociais e econômicos

No início do século XX, mais precisamente em 1908, com a conferência “A escola do futuro no espírito de Pestalozzi” proferida em Zurich, Kerchensteiner torna acessível a círculos amplos a sua “escola do trabalho” e os seus princípios tomados pelo “pathos e pelo ethos da educação” como disse Spranger ao considera-lo como um educador de profunda seriedade profissional.

O conceito de Trabalho de Kerchensteiner apoiava-se menos no sentido de atividade profissional e industrial, mas, ao contrário, no componente estético que se relaciona com Ruskin, Carlyle e com a Liga Alemã do Trabalho.

Uma outra característica marcante da sua conceituação está na sua ligação com uma filosofia de vida onde o trabalho se associa a ideais éticos e sociais numa trama onde se destacam formação,

profissão, valor, caráter, e personalidade e que remete a transcendência religiosa a uma unidade, a uma força primitiva atemporal da humanidade.

Nos tempos modernos o Trabalho associa-se a idéias mais terrenas como salário, renda e sacrifício onde prevalecem, na sua formulação, atributos como disciplina, criatividade, juízo de valor, produtividade e lógica.

As discussões sobre o trabalho, a escola e a educação iluminaram a pedagogia reformista influenciadas pelas reflexões de Pestalozzi, Goethe, Dewey, Spranger e também Spencer, Carlyle, Götze, Muthesis e Simmel. No arranjo das fontes de inspiração das citações verifica-se não terem sido um “malentendido” as teorias da Escola do Trabalho que mais adiante se ligariam à forma estetizante da educação técnica e da formação profissional.

Hoje a escola do trabalho está esquecida nas perspectivas de um processo de profissionalização acelerada que acompanhe as mudanças do progresso tecnológico e as necessidades das empresas e do emprego, mas as oficinas do repertório didático parecem apontar para uma conciliação entre a Educação e o Trabalho na conjugação de uma nova proposta atual e renovadora.

A Educação Profissional não será mais exclusiva das necessidades das empresas já que essas variarão muito aceleradamente e, ao mesmo tempo, conhecimentos relacionados com o

desempenho estarão mais bem situados no ambiente e na abstração das escolas que, em oposição à empresa, é o local mais adequado para essas finalidades. A educação continuada será estratégia da escola e da empresa na desejável conciliação.

Os princípios da Escola do Trabalho de Kerschensteiner estão ainda tão atuais quanto na sua origem.

## **22. O ENSINO FUNDAMENTAL É FUNDAMENTAL** (16/02/2011)

*“A minha posição é excelente porque lhes bato com a história”.*  
**CAMILO CASTELO BRANCO**  
*(Perfil do Marquês de Pombal)*

O debate sobre o futuro do Ensino Médio e suas dificuldades na educação do nosso Estado, tem sido tarefa comum nos tempos recentes e com posicionamentos nem sempre consensuais.

É verdade que vem mal, muito mal há muitos anos e pouco tem sido feito para de algum modo melhorar o seu desempenho.

A absoluta falta de objetivos com que é tratado justificaria um trabalho sério de Planejamento Estratégico para definir a sua Missão, Vocação, Pontos Fortes e Fracos, Prioridades, etc. e apontar um programa de recuperação total de suas ações.

É evidente que existem questões complexas e que sem o seu enfrentamento nada será mudado, como o relacionamento com o Corpo Docente que passa por uma proposta de Quadro de Carreira que defina atribuições e jornadas em acordo com uma remuneração competitiva e um processo de aperfeiçoamento e avaliação de resultados que seja permanente e integrado ao processo decisório.

Outra questão relaciona-se com escolas compartilhadas com o Ensino Fundamental de

responsabilidade dos Municípios o que é absolutamente incompatível com os atributos da escola de nível médio e com as diferenças metodológicas e de propósitos de ambas as modalidades.

A expansão do Ensino Médio público nos anos recentes foi de tal forma acelerada que influenciou inclusive a redução da participação das escolas privadas, 46% em 1980, para 14% em 2000, acompanhada também dos cursos noturnos. No período compreendido entre 1999 e 2005 ocorreu uma expansão de 27% dos cursos de Ensino Médio sendo as escolas públicas responsáveis por 2/3 do total.

O Ensino Médio público, atualmente, é um modelo de ensino de massa, ou seja, oferecido a praticamente 100% da população em idade compatível e como tal impregnado de características próprias e marcantes como a grande diferenciação das exigências de ingresso, deficiências dos cursos, ações modestas de profissionalização e distantes das demandas do mercado, elevado atraso escolar e aprendizagem deficiente.

A par das dificuldades com instalações físicas (salas de aula, laboratórios, espaços próprios para esportes e lazer, etc.), professores desmotivados, currículos ultrapassados, o maior desafio localiza-se ainda na qualidade deficiente do Ensino Fundamental e, como conseqüência, do alunado de conhecimentos insatisfatórios.

Como grave decorrência a evasão escolar atinge números elevados motivada pela absoluta ausência de perspectivas oferecidas, seja em relação aos conhecimentos precários que restam para o

prosseguimento dos estudos, como ao seu aproveitamento no mercado de trabalho.

Uma carga horária diária reduzida por força de serem oferecidos intensivamente além do Ensino Médio, o Ensino Fundamental e o EJA, sempre com necessidades distintas dos alunos e instalações na maioria compartilhadas, certamente reduz também as possibilidades de aprendizagem.

Quanto ao Ensino Técnico, embora favorecido pela nova legislação, o seu crescimento foi predominante nas escolas privadas que representam 70% da oferta, com ênfase nas áreas da saúde e da informática e com qualidade discutível. As propostas que podem ser relacionadas para a adoção de uma reforma do Ensino Médio passam por algumas decisões óbvias como;

- Melhoria do aparato das instalações físicas das escolas públicas que devem ser exclusivas para abrigar o Ensino Médio Diurno e eventualmente a EJA no Noturno.

- Reforma dos currículos com abertura para temas estratégicos como Português e um segundo Idioma, Matemática, Meio Ambiente, Filosofia, Informática, Pesquisa e Desenvolvimento, Comunicação, Cultura, Esporte, Lazer, Ética, por exemplo, sempre em transversalidade com disciplinas do Currículo Mínimo e nem sempre na forma de disciplinas.

- A formação técnica seja em que forma for oferecida, integrada, concomitante ou subsequente (EJA), deve estar em consonância com as vocações locais e quando possível conveniadas com empresas.

-O Corpo Docente deve ser tratado como função estratégica e como tal com remuneração competitiva, aperfeiçoamento permanente, condições de trabalho adequadas e participação no processo decisório. É necessário elevar o prestígio social do professor para que possam vir a ser recrutados profissionais capazes e com capital cultural na medida da sua importância.

Enfim, o Ensino Médio deve oferecer qualidade para que seus concluintes possam ingressar no mercado de trabalho ou prosseguirem seus estudos com bom desempenho e participarem da vida social, política e econômica como cidadãos.

E a Educação Pública não pode esquecer o Ensino Fundamental até porque é fundamental.

## **23. A PEDAGOGIA DA INSENSATEZ**

(21/02/2011)

*“Quero escrever-te como quem aprende”.*

*(CLARICE LISPECTOR)*

Muito se fala sobre a importância da educação, sobre a má qualidade da educação pública, sobre os salários dos professores, enfim, sobre a necessidade de se fazer algo de novo nas didáticas e nos métodos de ensino.

É bom recordar um pouco o passado para refletir sobre as circunstâncias que influenciaram de algum modo o atual estado lamentável da educação pública do País.

Comenta-se que nos anos 40, 50 e 60 o ensino público era muito bom. Será? Eram poucas escolas muito boas, outras escolas muito ruins e muita gente na idade escolar sem escola. Hoje no ensino fundamental continuam sendo poucas escolas muito boas, porém muitas escolas ruins e, ao contrário de antigamente, muita gente nas escolas, mas sem aprender nada.

Um governante chegou a dizer que na escola pública o professor finge que ensina e o aluno finge que aprende.

Por que nos anos 40, 50 e 60 o analfabetismo apresentou dados dramáticos dignos de uma praga epidêmica? Se a escola pública ensinasse a ler, escrever e contar nas quatro primeiras séries do primário não seriam tantos os analfabetos. E porque foram criados programas paralelos e investidas fábulas de recursos financeiros, sem

sucesso, para reduzir os danos da praga enquanto muito pouco era investido na própria educação?

E atualmente a situação mudou? Não, infelizmente não, apenas se diz que noventa e tantos por cento dos jovens em idade escolar estão nas escolas, o que não é fato e, sim, que existem vagas para todos; mas, na realidade a maioria dos concluintes do ensino fundamental é pouco mais de 40% dos que ingressaram e que aprendeu muito pouco ou quase nada e uma parcela ponderável dos concluintes do ensino médio também.

Não tenho receio em afirmar que o ensino público de nível fundamental e médio tem sido importante parceiro, por omissão, da delinquência, da falta de oportunidades de emprego, ao lado dos fracassos dos programas habitacionais, da saúde pública e do saneamento básico.

Foi e é instrumento hábil de promoção da pobreza e da miséria.

Como é triste o quadro da educação pública no Brasil e como são tristes os professores abnegados tentando ensinar a tristes alunos.

Quem pretender modificar o quadro lamentável da sociedade brasileira precisa começar pensando em modificar a educação, não como os economistas do passado com teorias do capital humano, de eficiência mensurável dos custos benefícios, do planejamento central estratégico, etc., nem como os de hoje com seus planos nacionais e estaduais que não saem das gavetas com seus dados e estatísticas. Todos são válidos, não há dúvida, dados, estatísticas, curvas e gráficos são importantes, mas o que se torna urgente reside na

prioridade a ser dada aos agentes do processo aprendizagem Escola, Professor e Aluno.

É preciso reposicionar social e economicamente a figura do professor qualificando-o para missões que lhe restitua o respeito e a admiração da sociedade e proporcionem uma retribuição social compatível com suas funções.

É preciso rever as metodologias e os aparatos didáticos envelhecidos com o tempo e ultrapassados pela velocidade do progresso tecnológico de modo a oferecer a todos os alunos, sejam eles, quem forem, as mesmas oportunidades. A sala de aula deve estar aparelhada para se tornar tão atraente quanto um *Cyber Café* ou um salão de jogos eletrônicos.

Os conhecimentos devem ser transmitidos segundo os princípios da redescoberta dos fenômenos ou pelo desenrolar de uma pesquisa ainda que hipotética, enquanto a História, a Geografia, a Sociologia e a Filosofia retratem as realidades dos acontecimentos e exemplifiquem as questões que nos envolveram no passado e nos envolvem no presente e apontem para o futuro.

Uma escola pública não pode funcionar por apenas três horas diárias pois é ridículo imaginar um processo educativo “*fast food*”. Educar exige tempo, convivência, participação, solidariedade, ensaio e erros.

A sociedade democrática baseia-se na formação de um conjunto social heterogêneo com diversidades marcantes, em que o todo predomina sobre o individual, enquanto despoticamente a maioria prevalece.

Na educação a democracia pede respeito às diferenças individuais, ao reconhecimento das inteligências múltiplas, à uma avaliação onde predomine a negociação e não há uma mensuração superada e anacrônica.

Algumas recomendações contidas em estudo recente realizado pelo Instituto UNIBANCO podem ser alinhadas e que exigem uma competência institucional para serem adotadas na escola pública transformando objetivos em realidades. Seriam as seguintes:

- A formação inicial do professor nos cursos de licenciatura não tira proveito das possibilidades legais de uma reforma curricular e se oferecem distantes da realidade e dos problemas da aprendizagem enfrentados pela escola pública.

- A adoção de uma grade curricular comum a todas as escolas facilita a alocação dos professores, mas sacrifica as necessidades individuais dos alunos e não atende à introdução de aspectos profissionalizantes optando por currículos de menor interesse, enciclopédicos e propedêuticos.

- Os incentivos para o professor devem estar relacionados com o sucesso na sala de aula e questões como aposentadoria precoce, abonos de faltas e licenças e promoções por tempo de serviço, por exemplo, pouco tem a ver com o seu desempenho e com a aprendizagem dos alunos.

- Os salários dos professores devem ser competitivos atraindo profissionais competentes. Atualmente a carreira do professor atrai candidatos de baixo nível sócio-econômico e cultura prejudicada pela

ausência de oportunidades. Faltam professores em determinadas áreas o que sugere um mercado de trabalho segmentado que demanda salários diferenciados

- A avaliação do desempenho dos professores deve estar presente podendo ter como consequência as promoções salariais, prêmios, realização de cursos de extensão enquanto aos de menores resultados programas de reciclagem obrigatórios. A avaliação dos professores deve ser acompanhada da avaliação das escolas e dos alunos.

- A redução do ensino noturno regular é desejável restringindo-o à Educação de Jovens e Adultos (EJA). As parecerias com empresas neste particular seriam estimulantes podendo ser adotada a metodologia de Educação a Distância com resultados qualitativos consideráveis.

- Como foi destacada, a organização curricular flexível deve estar adequada às necessidades individuais e das regiões com ênfases profissionalizantes e um mínimo de cinco horas diárias no turno diurno.

É preciso que se discuta de novo uma nova escola. E que seja o fim da Pedagogia da Insensatez!

## 24. DIÁLOGO NAS ALTURAS

(26/02/2011)

*“Afinal, nossa vida são  
nossas ideias”.*

*(ANÍSIO TELXEIRA)*

O vôo da *Air Domestic* deixou Brasília há pouco mais de 15 minutos.

Superado o período natural de tensões no saguão do aeroporto e vencida a etapa de apreensão inconsciente com a decolagem, cercada de uma liturgia um tanto dramática nas demonstrações de procedimentos de segurança, começo a acomodar-me para um repouso forçado de mais ou menos uma hora.

Percebo certa melancolia nos rostos desses passageiros habituais que vem a Brasília por um dia e voltam portando suas valises de mão carregadas de planos, projetos e documentos de rotina, que se empilham na protelação natural de administrações burocráticas.

Ao meu lado, nos assentos do meio e da janela, dois passageiros iniciam uma conversa que logo me atrai.

Um, é austero e amadurecido na aparência de seus cabelos grisalhos.

O outro, é jovem e parece saído de um curso de doutorado no exterior, pelo seu linguajar moderno.

Pelo teor da conversa são certamente ambos da área da educação.

- Consta que o Presidente anunciou a construção de cerca de 100 escolas técnicas. Faltam profissionais especializados segundo dados das empresas que estão se instalando nos Estados, diz o mais velho.

Abrindo a sua pasta executiva a autoridade passa para o jovem uma folha de papel um tanto amarrotada.

Consigo num golpe de sorte, identificar a notícia. “Faltam operários para a construção, para as siderúrgicas e para a petroquímica”. E segue listando algumas ocupações.

O jovem “doutor” demonstra curiosidade e espanto.

- Repare Dr. Astrogildo, a maioria das profissões citadas na notícia não são de fato técnicos de nível médio formados em escolas técnicas. São operários qualificados importantíssimos para o processo de produção.

- Os técnicos atuam mais em projetos, controle de qualidade e da produção, supervisão e gerências técnicas intermediárias entre outras semelhantes.

- Mas aonde você quer chegar?

- perguntou o mais velho um tanto irritado.

- Quero dizer que a grande demanda de mão-de-obra é de operários qualificados, semi-qualificados e de serviços gerais que representam cerca de 80% do mercado de trabalho.

- Os técnicos de nível médio ocupam de 6% a 8 % do mercado e são mais demandados em algumas poucas profissões como as da saúde, da siderurgia, dos polímeros, da informática e das telecomunicações.

- Você quer me convencer que o presidente cometeu um engano? Questiona o velho.
- Foi uma decisão influenciada por uma distorção cultural de nossa sociedade, que sempre desvalorizou as profissões manuais, a denominada mão-de-obra do chão de fábrica, os operários que construíram as nossas cidades, seus monumentos e edificações, que atuam na produção, enfim o pessoal da produção.
- O Presidente sabe por que ele próprio é uma exceção a regra!
- Essa gente é formada em serviço ou em escolas profissionais como por exemplo, os CVT's e os CETEP's da FAETEC, as do SENAI, e a escola do Arsenal de Marinha, destaca o jovem interlocutor.
- Então o Brasil não precisa de Escolas Técnicas, é o que você aponta? Interrompeu o Dr. Astrogildo meio cansado.
- Não disse que não precisa, precisa sim de algumas escolas técnicas de nível médio em certos setores da atividade econômica e em determinadas localidades, mas de fato a grande demanda é de operários, nas empresas, nas entidades e instituições especializadas. A oferta de empregos para técnicos não é abundante!
- Os técnicos de nível médio devem ser formados em cursos técnicos específicos que demandam Ensino Médio completo e preferencialmente de forma "Subsequente", ou seja, pós-médio. Os alunos são mais amadurecidos sabem o que querem e precisam do emprego imediato ou de promoção no seu emprego atual. Quando o curso técnico faz parte integrante do ensino médio e é de boa qualidade, poucos vão de fato

trabalhar como técnicos, preferem continuar seus estudos em cursos superiores.

O céu era de brigadeiro sem maiores turbulências, a aeromoça serviu sucos e biscoitos e até chegamos no horário. A conversa encerrou-se sem constrangimentos.

Do diálogo dos possíveis educadores fiquei com a certeza de que ao contrário dos países desenvolvidos, no Brasil, ainda falta descolarmos a nossa cultura do ranço colonialista e do preconceito em relação à mão-de-obra.

O futuro nos oferecerá a resposta adequada.

## **25. OS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: ALGO DE NOVO QUE INSPIRA ATENÇÃO**

(01/03/2011)

*“Eu não dei por esta mudança  
tão certa, tão fácil.*

*Em que espelho ficou perdida  
a minha face?”*

*(CECÍLIA MEIRELES)*

*Retrato*

O desenvolvimento endógeno pode ser visto como um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, que utiliza o conceito de APL (Arranjo Produtivo Local) bem como da capacidade de absorção da região.

Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

O modelo APL pode ser definido como desenvolvimento realizado partindo das vocações e peculiaridades socioeconômicas do local, substituindo um modelo de desenvolvimento que parta do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado.

Um outro aspecto desse modelo está associado ao perfil e à estrutura do sistema produtivo local, ou seja, um sistema com coerência interna, identificado com as vocações locais e em sintonia com o progresso mundial dos fatores de produção.

Entre os modelos de desenvolvimento endógeno, criados com o propósito de atrair economias externas

localizadas, destacam-se os sistemas constituídos de pequenas e médias empresas fabricando o mesmo produto ou gravitando em torno de uma produção típica.

Nos últimos anos, as teorias sobre o desenvolvimento local foram objeto de grandes transformações provocadas, de um lado, pela crise e pelo declínio de muitas regiões tradicionalmente industriais e o surgimento de novos paradigmas de industrialização.

Alguns podem ser destacados como o Hélice Tripla (*triple helix*) modelo de desenvolvimento local com a participação das empresas, dos governos e das instituições de ciência e tecnologia, um outro os conjuntos produtivos compostos de pequenas e médias empresas estudados a partir dos modelos de distritos industriais clássicos marshallianos ou neo-marshallianos do tipo Terceira Itália, APL relatado por André Urani, de experiência em pequena região italiana tendo como produto a transformação de mármore e granitos.

Merecem citação por sua importância inovadora os aglomerados (*clusters*) de empresas (Sussex, Inglaterra) e os sistemas produtivos localizados (Grenoble, França).

No final dos anos 70 do século XX as idéias de desenvolvimento local chegaram ao Brasil, com os Estados investindo em obras de infra-estrutura e mesmo de empresas estatais.

Um sistema de incentivos fiscais aliou-se às obras de base para implantação de empresas em “distritos industriais” selecionados pelos governos estaduais que disponibilizavam terrenos com preços subsidiados, vias de acesso, pavimentação, energia elétrica e reduções do

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Paralelamente Bancos oficiais oferecem uma carteira de créditos para financiamentos de longo prazo.

O “*Triple Helix*” e a “Terceira Itália” encontravam similares nos distritos neo-marschallianos em solo brasileiro.

Acrescente-se, ainda, o novo papel do Estado, imposto pela crise fiscal-financeira, bem como pelos novos paradigmas institucionais e produtivos, entre os quais a descentralização, que reduziu e redirecionou a participação do Estado nos instrumentos e estratégias de desenvolvimento regional, gerando múltiplas alternativas em matéria de regulação estatal, e planejamento regional e local.

## 26. AUTONOMIA E QUALIDADE

(19/07/2012)

*“Nem se sonha nem se vive  
É uma infância sem fim  
Parece que se revive  
Tão suave é viver assim  
Nesse impossível jardim”.*  
*(FERNANDO PESSOA)*  
*Nova Ilusão*

O controle do ensino superior no Brasil, em âmbito nacional pelo Estado, via Ministério da Educação, não é um fato novo nem específico do país, dados o peso da herança histórica perpassada por diferentes regimes políticos e a influência da tradição secular existente em vários países.

Apesar de deter o controle, o governo central não tem o seu monopólio, sendo ofertado também pela iniciativa privada, que hoje responde mais expressivamente pela sua expansão de vagas.

O controle dos aspectos organizacionais e de administração geral, até o início da década de 70 do século XX, fazia-se através de um instrumento administrativo interno do Estado, para controlar o sistema educativo. Somente a partir de meados dos anos 70 emergem as discussões sobre a necessidade de avaliar o processo de ensino e o desempenho acadêmico das instituições brasileiras. Em 1976, a antiga Secretaria de

Educação Superior (SEStu), então Departamento de Assuntos Universitários (DAU), promoveu na Universidade de Campinas (UNICAMP) um evento de âmbito internacional sobre pesquisa institucional e avaliação.

Decerto servindo de embrião do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Superior (PADES), este evento serviu de lastro à estratégia de avaliação institucional na proposta de melhoria da qualidade do ensino.

Com a implantação, por imposição legal, da reforma universitária, simultaneamente à pressão por maior racionalidade administrativa e melhor uso de recursos públicos nas universidades federais, deu-se o crescimento da rede de estabelecimentos privados. O setor privado crescia ocupando o espaço do setor público, em virtude de sua incapacidade de expansão. O Ministério da Educação, em duas ocasiões, 1974 e 1977, manifestou-se disposto, por intermédio de Avisos Ministeriais ao Conselho Federal de Educação (CFE), a controlar a expansão quantitativa do sistema, preocupado em garantir a qualidade do ensino.

Diferentes concepções de ensino superior traduziam-se nesse período de expansão entre os setores público e privado. A opção do setor público pela criação de universidades apoiadas em atividades de pesquisa, originada em movimentos dos anos 50 e 60, e incorporada na reforma de 1968, repercutiu em considerável aumento de custo absoluto e relativo do ensino público. Além de retraída a sua expansão, abriu ao setor privado a oportunidade de acolher a demanda que

o Estado não absorvia. Tal opção conferiu ao setor privado espaço de complementaridade ao sistema: abrigar a crescente demanda por ensino superior, coibida de atendimento em um modelo de universidade pública, de oportunidades mais restritas, e, como tal, cada vez mais seletivo.

No início dos anos 80 do século XX, houve breve suspensão da criação de novos cursos superiores, de universidades e estabelecimentos isolados privados. Com a regulamentação progressiva da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, nova liberalização sucedeu-se para a abertura de estabelecimentos e de cursos. Entre as condições definidas pelo Decreto nº 87.911, de 7 de dezembro de 1982, figurava a necessidade social de criação de universidades ou de estabelecimentos isolados mediante indicadores específicos e objetivos de qualidade.

A Constituição Federal de 1988 manteve, de um lado, no art. 209, incisos I e II, o princípio constitucional de 1893, do ensino livre à iniciativa privada, desde que observados,

1 - o cumprimento das normas reguladoras da educação nacional e

2 - a autorização e avaliação de qualidade pelo poder público. De outro, no art. 207, disciplinou o princípio da autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades.

A garantia deste princípio, o da autonomia do ensino superior, para o setor público, vem sinalizar a conquista de antiga luta docente e discente, fortemente reativa à ingerência do governo sobre questões internas

de organização de poder. Para o setor privado, vem representar uma alavanca na transformação de estabelecimentos privados em universidades, o que, à falta de especificações legais reguladoras mais detalhadas, pareceu funcionar como solução de liberdade às exigências de agilidade do mercado em questões de abertura e extinção de cursos, assim como de diminuição e ampliação do número de vagas.

Em 1993, com o lançamento pelo MEC do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), instalou-se um grande incentivo à avaliação institucional das universidades com adesão de grande número de instituições a esse programa.

Em calorosa discussão entre expoentes de instituições públicas e particulares de ensino, à época da extinção do CFE, pela Medida Provisória nº 661, em 18 de outubro de 1994, apontava-se que exorbita ao Estado a avaliação da existência de mercado para tal ou qual curso, sobremaneira os cursos financiados com recursos da iniciativa privada, mormente conhecedora das leis da oferta e da procura.

Ademais, cabe ao poder público, por dever diligente com a qualidade da oferta, restringir-se à força da tradição legal de controle e facultar a abertura para o mercado, desde que avalie os resultados.

Cabe, antes, imprimir espaço ao aluno, concedendo-lhe voz nos critérios ou decisões de credenciamento e na avaliação da qualidade dos estabelecimentos e cursos, pelas potenciais contribuições ao se colocar tanto como cliente-consumidor do produto

(cursos e instituições) quanto ao mesmo tempo, o próprio produto, testemunho egresso dos cursos.

Essa radiografia do consumidor e do produto pode revelar a dimensão do quanto a universidade moderna desempenha de fato suas funções: de escola final, como último estágio da educação geral; de escola profissional, como responsável pela formação de mão-de-obra; de fábrica de conhecimento, como produtora da ciência, tecnologia e ideologia; e, ainda, de instituição cultural, com a responsabilidade de processar a crítica e redefinir valores e crenças.

Sob as prerrogativas de regulamentador do desenvolvimento do sistema e fiscalizador do seu funcionamento, o Estado, além de significar um conjunto de normas e leis específicas, tem no seu núcleo estratégico, entre outras funções intransferíveis, a de formular e implementar políticas para o ensino superior, daí resultando que o espaço de interação do setor privado com o governo manifesta-se no processo de negociação, pelos diferentes atores do sistema, em torno dessas políticas de acordo com a missão de cada instituição: de informação, de formação de ensino, de pesquisa, de financiamento e outras.

A própria Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996, incorporam uma política de resultados, ao determinar a duração limitada do credenciamento das instituições e seus programas, bem como a avaliação do desempenho como condicionante para o credenciamento.

De certo modo, buscam atender às reivindicações: da sociedade, na cobrança de resultados do ensino superior, seja público ou privado; das entidades particulares, na exigência de eficácia em termos de ensino sintonizado com o mercado de trabalho, cujo custo é pago pelos alunos ou familiares; das entidades públicas, na persecução, pela sociedade, além da eficácia, de uma eficiência repousada na relação custo/benefício. Enfim, intenta em responder às diversificadas expectativas da sociedade, do governo, dos empregadores, dos pais, do corpo discente, do corpo docente, etc., todos mobilizados por maior responsabilidade, eficiência, eficácia e efetividade em prol da revisão e/ou aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sociopolítico do ensino superior.

Imbuído das funções controladora, planejadora e avaliadora, o Estado, além da avaliação quantitativa, por meio da medição de critérios de produtividade, para fins de hierarquização de cursos e instituições, tem procurado introduzir ou incentivar o uso de indicadores qualitativos no processo global de avaliação institucional, tanto na vertente de auto-avaliação quanto na de avaliação externa.

As mudanças recentes, de transferência de boa parte das atribuições da Secretaria de Ensino Superior (SESu), para o Instituto Nacional de Estudos Educacionais e Pesquisa (INEP), revelam que não somente se torna importante a avaliação como estratégia de melhoria da qualidade de ensino superior brasileiro, como, bem mais além, a avaliação passa a merecer lugar privilegiado em estudos e pesquisas no órgão próprio, empreendidos por especialistas que a ela vão conferir,

longe do empirismo, estatuto de cientificidade em termos de tipos, processos, políticas, modelos, etc.

A prática da prestação de contas será automaticamente introduzida com a sensibilização da cultura da avaliação, caminho natural de percepção da importância maior de processos e resultados, assim como valorização menor da burocracia.

Autonomia é exercício de concessões mútuas, é compromisso de responsabilidades compartilhadas em prol da qualidade, é projeção de cenários futuros que somente processos capazes de extrapolar o dado quantitativo numérico podem alcançar. Em termos, autonomia é um exercício permanente de vigilância crítica.

A abdicação desse exercício implica descaracterização da universidade em face do Estado e da sociedade.

Nesse sentido, a avaliação institucional adquire feições de um processo de forte conotação formativa e de uma produção social, autônoma e pública, portanto democrática, ambos insubmissos à mera mensuração dos níveis de satisfação do consumidor ou dos chamados indicadores de eficiência e de eficácia, razão pela qual tem sua matéria na compreensão crítica e integrada do cotidiano das universidades.

Trata-se, pois, de pensar a avaliação institucional no plano da conciliação de lógicas em que o mecanismo de controle não é o mercado, tampouco o objetivo maior não é o lucro, mas, acima de tudo, o interesse público. Implica considerar condições institucionais distintas das existentes da lógica do mercado, mas não livres e

prescindíveis de indicadores de desempenho inteligentes, abrangentes e complexos, constituídos em uma espécie de modelo de acreditação institucional, tomados como ponto de referência para a revisão de erros e previsão de novos avanços.

O conhecimento em construção é, ao mesmo tempo, alimento da força produtiva e instrumento de cidadania. Seja das atividades acadêmicas, aprioristicamente voltadas à preparação de carreira para o mundo econômico, seja do contributo ao processo geral de socialização para o mundo social.

Sob esta perspectiva neo-republicana modernizante, a universidade é reformulada a partir da ótica central da avaliação, repousada nas lógicas do desempenho e da formação de comissões de alto nível, ambas legitimadoras do modelo instituído.

A partir do paradigma da universidade do conhecimento, passou a ser organizado o sistema de avaliação da universidade brasileira, sob o qual a autonomia didático-científica da universidade passou a estar subordinada ao critério da eficiência do sistema universitário, especialmente em relação ao investimento a ele destinado.

A qualidade da educação, surge então, como condição da eficiência econômica. Nesta perspectiva de sistema educativo como setor produtor de insumo requerido pela economia, qualidade, de fato, implica produção de recursos humanos apoiada em conhecimento significativo, de modo que sejam mais produtivos tanto em termos de eficiência externa quanto de eficiência interna.

A autonomia é um dos temas que mais têm despertado polêmica e oposição, pois é nela que o novo modelo de gestão se apresenta e se impõe.

## **27. A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL VISTA POR DENTRO**

(08/03/2013)

*“Quando vires um homem bom, tenta imitá-lo; quando vires um homem mau, examina-te a ti mesmo”.*  
*(CONFÚCIO)*

Aqueles que lidam com a educação profissional em qualquer nível têm sempre presente o enfrentamento de desafios tendo em conta a natureza do modelo educativo adotado e as dificuldades próprias de aprendizagem dos jovens e adultos em busca de empregos imediatos.

Que conhecimentos são necessários definir e em que níveis para a formação de profissionais com atribuições distintas no arcabouço da organização empresarial?

Uma outra questão mais complexa relaciona-se com a exemplificação de condutas, comportamentos e atitudes que contemplem com êxito o processo formador do caráter, da identidade, da cidadania e da integridade dos concluintes.

Que meios poderão ser utilizados para informar com clareza o que vem a ser uma atitude ética, uma decisão coerente, uma resposta honesta a uma consulta?

Que compromissos sócio ambientais devem os concluintes dos cursos assumir?

E as habilidades manipulativas ou mesmo o desenvolvimento do raciocínio lógico e da criatividade para trabalhadores qualificados, como conseguir resultados satisfatórios do desempenho dos alunos?

Na verdade, são desafios que a pedagogia enfrenta nem sempre com sucesso.

Técnicas de avaliação do desempenho requerem conceitos prévios sobre eficiência, produtividade e *benchmarking*. Para tanto, é necessário definir e distinguir cada conceito.

Alguns autores conceituam a produtividade como a razão entre o que foi produzido e o que foi gasto para produzir. Outra definição para auxiliar nesse conceito é que a produtividade pode ser conceituada como a relação entre a quantidade de bens ou serviços gerados e a quantidade de recursos consumidos para gerá-los num mesmo período de tempo.

A eficiência é a comparação dos resultados alcançados com os recursos utilizados. Quanto mais resultados obtidos para uma determinada quantidade de recursos disponíveis maior a eficiência organizacional. Autores conceituam que a eficiência compara o que foi produzido, dado os recursos disponíveis, com o que poderia ter sido produzido com os mesmos recursos.

O *benchmarking* pode ser definido como um processo contínuo e sistemático utilizado para investigar o resultado (em termos de eficiência e eficácia) de unidades com processos e técnicas comuns de gestão. É um

parâmetro de comparação entre o desempenho de empresas, processos, produtos, serviços e práticas.

É fundamental estabelecer as distinções que o processo educativo oferece e as que o mercado de trabalho demanda e promover o ajuste adequado para que se alcance o desempenho necessário dos entes sociais educação e trabalho.

As pesquisas de Allen & Richard, nos anos cinquenta, propiciaram a elaboração da fórmula da eficiência do trabalhador onde  $E = f(H; C; A; P)$ , onde H=Habilidades; C=Conhecimentos; A=Atitude; P=Curiosidade Científica para Pesquisa são atributos essenciais que confere uma proposta que conduz à distribuição percentual do peso das participações a serem adotadas no referido ajuste.

O Mercado de Trabalho demanda Qualidade pela via da Eficiência, da Produtividade, do Benchmarking e do Compromisso Sócio-Ambiental dos recursos humanos envolvidos.

O Processo Educativo oferece Competências e Certificação, onde devem ser observadas os atributos essenciais para a concepção do processo formativo, a saber;

Os Trabalhadores Qualificados que representam 13% do mercado de trabalho se definem na fórmula de A&R com pesos percentuais de H=50%; C=30%; A=20% segundo pesquisas realizadas junto às empresas empregadoras.

Os Técnicos de Nível Médio, que representam 6% do mercado de trabalho apresentam-se na fórmula com H=20%; C=40%; A= 40%

Os Tecnólogos, 1% do mercado de trabalho, com H=10%; C=50%; A=40%

Os Profissionais de Nível Superior, 2% do mercado de trabalho com C=70% e P = 30%.

Poder-se-ia classificar ainda os Semi Qualificados com 80% de H e 20% de A e os Braçais com 90% de H e 10% de A.

Estabelecidos os perfis dos atributos, a concepção das competências passa pela Educação Básica, pela Educação de Jovens e Adultos, Presencial e a Distância e pela Educação Profissional em Cursos de Iniciação Profissional e de Educação Continuada para Trabalhadores Qualificados, Semi Qualificados e Braçais e de Ensino Médio associados a cursos técnicos para as Habilitações Técnicas.

O mesmo se dá com o Ensino Superior para os Tecnólogos e Profissionais de Nível Superior.

A organização dos currículos e do material didático obedecendo ao arranjo das competências e dos níveis de aprofundamento, os professores e instrutores sendo capacitados em programas de treinamento específico, as instalações, (salas de aula, oficinas e laboratórios) , construídas ou adaptadas às necessidades previamente identificadas, máquinas e equipamentos, as bibliotecas com acervos adequados e os ambientes para as atividades extra-classe, eis o projeto de uma educação profissional de qualidade com possibilidade de êxito em sua proposta.

Como apoio, ações de relacionamento com empresas para estágios durante e empregos ao final dos cursos, orientação profissional especializada e serviços

informatizados de secretaria compõem o quadro administrativo desejável.

## **28. A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

(28/03/2013)

*“Eu quero a estrela da manhã  
Onde está a estrela da manhã?  
Meus amigos meus inimigos  
Procurem a estrela da manhã”.*  
*(MANOEL BANDEIRA)*

A Lei 9.394 de 23 de dezembro de 1996, denominada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) representa um marco importante no processo educacional brasileiro, revendo situações controvertidas e ultrapassadas e oferecendo um toque de modernidade, estratégico para a formulação de um planejamento adequado às condições impostas pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Considerando a história do ensino profissional no Brasil, a nova legislação é uma grande conquista.

Os pobres, os desvalidos da sorte e os escravos fizeram das habilidades manuais uma casta social de reconhecimento precário e importância secundária para a nossa sociedade, ao contrário dos artesãos europeus com origens nas “Corporações de Ofícios” da Idade Média, manifestações pioneiras

Mesmo em 1942, quando se estabeleceram as Leis Orgânicas do Ensino Secundário e Normal e do Ensino Industrial a marca e o ranço assistencial estiveram presentes destinando a formação profissional para os

“filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados”.

Somente em 1961, a legislação brasileira reconheceu equivalência de estudos entre o ensino profissional e o ensino regular e que de algum modo se fortaleceu, em 1971, com a Lei 5.692 que se tornou conhecida como a lei da profissionalização obrigatória e que, de fato, não se concretizou efetivamente como um benefício palpável, salvo o de conscientização para a importância das relações entre a educação e o trabalho.

A nova LDB, priorizou e fundamentou seus princípios na ideologia progressista que considera a educação geral como alicerce da educação profissional.

A Educação Profissional foi beneficiada com quatro artigos ricos e criativos como, - “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”, ou ainda e com muita polêmica na burocracia cartorial brasileira: “O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimentos ou conclusão de estudos”.

Recentemente, o governo federal introduziu alterações na legislação da educação profissional que passou a desenvolver-se por meio de cursos e programas de: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

Destacou que os “cursos mencionados deverão articular-se, preferencialmente, com os cursos de educação de jovens e adultos, objetivando a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, o qual, após a conclusão com aproveitamento dos referidos cursos, fará jus a certificados de formação inicial ou continuada para o trabalho”.

Finalmente, acrescenta que; “A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental; II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental e esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer e III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio” e logo adiante e determina que “para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, o aluno deverá concluir seus estudos de educação profissional técnica de nível médio e de ensino médio.”

Em síntese, o Técnico é o profissional que possui o nível médio completo e tenha concluído a educação profissional, integrada, concomitante ou subsequente, com suas respectivas cargas horárias de 2400 horas de ensino médio e entre 800 e 1200 de profissionalização segundo eixos profissionais específicos.

Por outro lado, o concluinte de um processo de Qualificação Profissional é um operário qualificado ou

especializado, sem necessariamente alguma exigência de escolaridade, mas para quem deve ser oferecida, sempre que possível, a continuidade de estudos fundamentais ou médios, preferencialmente na forma de Educação de Jovens e Adultos (EJA) semipresenciais.

O mercado de trabalho por seu turno é de certa forma restrito para os Técnicos, com uma participação de 6% na força de trabalho e sendo mais demandados, principalmente, por algumas profissões como as da área da Saúde, das Telecomunicações, da Informática, da Mecânica, da Eletrotécnica e da Construção Civil.

Os operários Qualificados e Semiqualificados que representam cerca de 60% do perfil do mercado de trabalho, são certamente uma prioridade de promoção social e valorização profissional, participando de programas de formação profissional associados aos EJA's correspondentes.

Os estudos de acompanhamento de egressos de cursos técnicos de Escolas Federais e Estaduais confirmam estas reflexões apontando que apenas 25% a 37% dos concluintes ingressam em atividades de técnicos, enquanto cerca de aproximadamente 60% deles optam pela continuidade de estudos de nível superior revelando uma notória preferência dos alunos do nível médio de Escolas Técnicas pelos cursos superiores e nem sempre da mesma área profissional em que fizeram seus estudos de técnico.

Em resumo, a proposta da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, identificada com a legislação, com o mercado de trabalho e diante da necessidade imperiosa de inclusão social de milhares de

brasileiros estabelece como prioridade a qualificação profissional dos trabalhadores nos Centros de Vocações Tecnológicas - CVT's associada com EJA -Fundamental e Médio.

No que se refere à formação de técnicos de nível médio é mantida a obsessão pela qualidade nas Escolas Técnicas da FAETEC, em cursos demandados pelas empresas e instituições públicas e privadas.

## **29. OS TECNÓLOGOS: FUTURO DO EMPREGO DE NÍVEL SUPERIOR**

(29/10/2013)

*“A alegria está na luta, na tentativa, no sofrimento envolvido e não na vitória propriamente dita”.*  
*(MAHATMA GANDHI)*

O início dos anos 90, no Brasil, foi identificado por uma sucessão de Planos de estabilização que tinham o propósito de por fim às altas taxas de inflação presentes na economia brasileira desde a segunda metade da década anterior.

O crescimento da inflação resultou de políticas econômicas, que tinham como meta enfrentar a crise no balanço de pagamentos dos países devedores debelada pelo aumento das altas taxas de juros internacionais e pela ausência de financiamento externo. As regras impostas pelo FMI, incluíam entre outras medidas, os superávits comerciais, a depreciação constante da taxa de juros, redução do nível da demanda interna e da massa salarial e o fim do déficit público. O resultado das políticas de ajuste do setor externo, principalmente das sucessivas desvalorizações cambiais, foi o agravamento da situação das finanças públicas, dada a alta concentração da dívida externa nas mãos do Estado brasileiro. Além disso, a recessão interna e a alta da inflação corroeram a receita tributária e as receitas das empresas estatais.

A inflação passou a ser combatida por meio de planos de estabilização heterodoxos, com medidas como o congelamento de preços, salários e contratos, a troca de moeda, o uso de tablitas e de gatilhos que reajustavam os salários cada vez que a inflação atingisse um determinado patamar. Lista-se, entre estes os planos Cruzado, Verão, Bresser e já na década de 90, o Plano Collor e o Plano Collor II.

Destaca-se o Plano Collor e programas de modernização que visavam a redução das margens de lucro e o aumento da produtividade como medidas de abertura às importações, estímulo à entrada do capital estrangeiro, privatização, desregulamentação, entre outras.

No período compreendido entre os anos 90 e 92 essa opção levou a um ajuste recessivo, principalmente através da retenção dos ativos financeiros (poupanças e aplicações) favorecendo a execução de uma política monetária que objetivava a redução da liquidez como forma de desaquecer a economia e diminuir a taxa de inflação. A medida também incluiu restrições ao crédito ao consumidor e o fim das operações de overnight para pessoas físicas e jurídicas não financeiras.

A política industrial do governo privilegiou a modernização e a competitividade da sociedade brasileira, incluindo, desta forma, as empresas que deveriam aprender a conviver com a concorrência externa, enfatizando um Estado que deveria se tornar menor e mais eficiente, e os trabalhadores, que deveriam conviver em um ambiente mais competitivo.

As principais diretrizes desta política foram as privatizações, o programa de desregulamentação, a eliminação dos incentivos setoriais e a constituição de estímulos à exportação. Ao longo dos dois anos e meio de governo, o nível de atividade econômica caiu e muitas empresas, principalmente as maiores, começaram a realizar uma reestruturação apoiada na redução do quadro de pessoal. Além disso, novas formas de ajustamento ou racionalização foram adotadas como métodos de organização do trabalho e da produção – círculo de controle de qualidade, just in time, cortes de níveis hierárquicos e terceirização.

A política fiscal foi pautada pela proposta de um equilíbrio no orçamento fiscal, mas que foi alcançado por um corte de despesas e uma diminuição dos gastos públicos, principalmente pelo arrocho promovido nos salários dos servidores públicos federais. Esta política também foi um fator decisivo para o desaquecimento da economia.

A política salarial buscou a desindexação dos salários através de medidas provisórias que repunham uma taxa inflacionária menor do que a efetivamente ocorrida. Como resultado, observou-se a diminuição do poder de compra dos assalariados, um decréscimo na massa de rendimentos reais e um forte crescimento do desemprego.

A partir de 1993, inicia-se a preparação do Plano Real. O plano de estabilização esteve apoiado em alguns elementos centrais, que balizaram o rumo da política econômica do país ao longo da segunda metade da década de 90. A taxa de câmbio foi empregada como

instrumento de combate à inflação, de forma a alinhar a inflação brasileira à inflação internacional. Assim, uma taxa de câmbio estável, próxima ao dólar, fez com que os preços dos produtos importados se tornassem mais competitivos internamente, de maneira que os produtores nacionais fossem obrigados a baixar seus preços para fazer frente à concorrência. Como resultado, ocorre a perda da competitividade dos produtos nacionais, o crescimento das importações, a tentativa de adequações do processo produtivo, o acúmulo sucessivo de déficits na balança comercial e na balança de transações correntes.

No período que precedeu o Real, houve um esforço para acumular reservas internacionais, que, no entanto, não foram suficientes para sustentar o déficit das contas externas. Por isso, foram implementadas políticas monetárias, tributárias e cambiais compatíveis com a atração de capitais especulativos. Todo este movimento gerou uma enorme dependência de capitais de curto e médio prazo. Também neste período tentou-se implantar um ajuste fiscal com objetivo de resgatar a imagem das instituições públicas e aumentar as receitas do Estado. Isto porque, o aumento da taxa de juros, promovido após a implantação do Real, oneraria em muito as contas públicas.

Em relação à política monetária, optou-se por uma elevação da taxa de juros e pela restrição ao crédito, para conter a demanda interna, estimulada pelo fim da inflação, e para atrair capitais estrangeiros, de forma a assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos.

O Plano Real, desde a sua implantação, apresenta mudanças expressivas que permitem estabelecer períodos

distintos em sua evolução. Nos primeiros dezoito meses, seus resultados foram bastante positivos em várias frentes: ocorreu uma progressiva desinflação que interrompeu a trajetória hiperinflacionária; acelerou-se o nível de atividade da economia brasileira, com ampliação do emprego e queda das taxas de desemprego; o crescimento da renda promoveu uma ligeira desconcentração e, ao mesmo tempo, uma queda da pobreza, principalmente após a elevação do salário mínimo, em maio de 1995.

Porém, essa fase de prosperidade encerrou-se após a primeira crise gerada pela sobrevalorização da moeda nacional. Em março de 1995, para interromper uma fuga de capitais provocada pela crise mexicana, o governo adota medidas recessivas como o corte no crédito e choque de juros, além de uma mudança no regime cambial. Os efeitos dessas medidas foram imediatos sobre o comportamento do emprego e da produção industrial, que inicia uma longa queda, mas demoraram em atingir outros setores, devido à inércia do intenso crescimento do PIB, que chega a 10% no primeiro semestre de 1995.

O quadro modificou-se a partir de 1996. A desinflação continuou, mas a trajetória de crescimento e desconcentração da renda foi interrompida. O desemprego passou a evoluir de forma dramática, agravando-se a cada implantação de choques de juros. A estabilidade monetária não foi acompanhada por uma efetiva estabilidade econômica, pois o nível de atividade passou por várias mudanças abruptas. Em outubro de 1997, novo choque de juros foi realizado para manter a

política de sobrevalorização da moeda, abalada pela crise asiática, que atingiu a Tailândia, Coréia, Indonésia e Hong Kong. Passado esse momento, menos de um ano depois, a crise da moratória russa atingiu novamente a economia brasileira, a partir de agosto de 1998. O governo seguiu o mesmo caminho e realizou, a partir de novembro, outro choque de juros. Desta vez, a política não funcionou e a fuga de capitais não foi interrompida. Mas os efeitos sobre a renda e o desemprego foram drásticos: o PIB cai pela primeira vez desde o início do Plano, o rendimento médio dos ocupados regrediu e o desemprego superou os recordes dos últimos quinze anos.

O governo articulou, então, um acordo com o FMI e países desenvolvidos e conseguiu uma linha de crédito de US\$ 41 bilhões para impedir o ataque à moeda nacional. Esse acordo, que submeteu o Brasil ao controle do FMI, não impediu o colapso da política cambial e, a partir de janeiro, após uma mal sucedida tentativa de mudar o regime cambial, o mercado impôs a adoção da flutuação do real. Na prática, isso significou uma máxi desvalorização que pôs fim a sua âncora cambial e, do ponto de vista de sua racionalidade, ao próprio Plano Real.

Em julho de 1999, o momento foi de absorção do ajuste cambial. O salto nas taxas de inflação, mesmo não tendo uma evolução explosiva, foi suficiente para corroer os salários de forma significativa, que voltam rapidamente aos níveis reais anteriores ao Plano Real.

Iniciou-se então, a construção de uma nova âncora da estabilização, através da política monetária orientada

por metas inflacionárias (*inflation targeting*). Uma nova fase da política econômica é inaugurada, caracterizada pelo câmbio flutuante, por metas de inflação e por uma promessa de ajuste fiscal, ainda a ser equacionada por uma reforma tributária em discussão no Congresso Nacional.

A palavra de ordem na condução da política econômica do novo governo iniciado em 2003 é “arrumar a casa”: entenda-se, combater à inflação e promover as reformas estruturais que reduzam a necessidade de financiamento do setor público, a fim de se gerar as condições para a economia crescer com estabilidade, sustentabilidade e com maior justiça social.

A estabilidade macroeconômica é um elemento central no projeto de desenvolvimento sustentável para o país, tendo como pilares: i) a consistência fiscal (uma trajetória sustentável da dívida pública); ii) inflação baixa e estável; e iii) contas externas sólidas (com o fortalecimento das exportações e a substituição competitiva das importações, de molde a reduzir a vulnerabilidade externa).

O equilíbrio de longo prazo das contas públicas é essencial para impulsionar os investimentos privados. A redução da necessidade de financiamento do setor público amplia a poupança nacional (uma vez que o governo deixa de absorver parte da poupança privada para cobrir desequilíbrios fiscais), tornando possível uma diminuição do prêmio de risco dos títulos da dívida pública e, desse modo, a redução da taxa de juros, com efeitos positivos sobre o nível de investimentos e a geração de empregos.

A estabilidade macroeconômica é um meio e não um fim em si mesma. A retomada do crescimento da economia em bases sustentáveis e sua tradução em maior desenvolvimento econômico e social requer a formulação e implementação de toda uma estratégia de desenvolvimento de longo-prazo, com maior racionalidade e eficácia às ações do governo federal.

Esta estratégia está expressa no Plano Pluri-Anual 2004-2007 - “Um Brasil para Todos”, cujo objetivo consiste na: Criação de emprego e desconcentração da renda por via de inclusão social e de vigoroso crescimento, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa e viabilizado pela expansão competitiva das atividades superadoras da vulnerabilidade externa.

Trata-se de inaugurar um processo de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa (consumo popular), baseado na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas. A expansão do mercado interno amplia o espaço de acumulação, implicando em ganhos de produtividade.

Os ganhos de produtividade, por sua vez, podem ser transmitidos aos rendimentos das famílias trabalhadoras, por intermédio da redução dos preços dos bens e serviços, da elevação salarial e da elevação da arrecadação fiscal que pode ser destinada a gastos sociais.

Consolida-se, assim, um círculo virtuoso entre os rendimentos das famílias trabalhadoras e os investimentos produtivos: o aumento dos rendimentos das famílias

trabalhadoras amplia a base de consumo popular, possibilitando maiores investimentos produtivos, que, por sua vez, impactam positivamente os níveis de produtividade e competitividade da economia, o que conduz a maiores aumentos da renda das famílias trabalhadoras. Nesse modelo, a geração de emprego e a melhor distribuição da renda são elementos essenciais, na medida em que aumenta o espaço de acumulação interno, via expansão do mercado consumidor.

Mais que compreender a relação virtuosa entre a renda das famílias trabalhadoras e os investimentos produtivos, o importante é identificar que medidas são necessárias para se inaugurar tal “dinâmica virtuosa”. O círculo virtuoso entre investimento e consumo, originado no aumento do poder aquisitivo das famílias trabalhadoras, depende da elevação dos salários reais e demais rendimentos diretos e indiretos auferidos pelas mesmas. Portanto, políticas ativas de trabalho e políticas sociais de inclusão e redução das desigualdades são indispensáveis à viabilização do modelo de consumo de massa. Tais políticas promovem o consumo popular ao aumentar o poder aquisitivo das famílias e reduzir a pressão de oferta de mão-de-obra sobre o mercado de trabalho. Senão:

- O microcrédito e o crédito para micro e pequenas empresas, que dá suporte ao auto-emprego e à geração de postos de trabalho em micro e pequenas empresas, criando emprego, trabalho e renda;
- Programas de acesso à moradia e à infra-estrutura e serviços sociais, pois geram empregos e ampliam a renda familiar;

- A reforma agrária e o fomento à agricultura familiar, que retêm mão-de-obra no campo e geram renda;
- Políticas sociais de transferência de renda vinculadas à educação, redução do trabalho infantil e de combate à fome;
- Elevação do poder de compra do salário mínimo nacional, que amplia os rendimentos das famílias mais pobres e reduz os desequilíbrios.

Uma das questões centrais para estimular tal processo dinâmico está na incorporação de novos trabalhadores na força produtiva, por meio da criação de novas oportunidades de emprego, trabalho e renda, bem como na melhor preparação da força de trabalho.

Tal dinâmica de crescimento tem por inspiração o modelo preconizado pela CEPAL, em meados dos anos 80, denominado “Transformação Produtiva com Equidade”. De acordo com este modelo, as economias menos desenvolvidas deveriam buscar investir em “competitividade autêntica”, qual seja, sustentar padrões de eficiência compatíveis aos vigentes no resto do mundo, que elevassem a capacidade de incrementar a participação no mercado internacional com uma alta simultânea nos níveis de vida de suas populações. Ou seja, adotar um estilo de desenvolvimento com melhoria sustentada na distribuição da renda e redução gradativa da pobreza.

Nesse modelo, a geração de emprego e a melhor distribuição da renda são elementos essenciais, na medida em que aumentam o espaço de acumulação interno, via expansão do mercado consumidor e da renda das famílias trabalhadoras. Dessa forma, o mercado de

trabalho e o crédito destinado à geração de emprego, trabalho e renda assumem um papel destacado para a viabilização desse modelo de desenvolvimento.

Melhor estruturação e funcionamento do mercado de trabalho e a concessão de crédito para empreendimentos produtivos de pequeno porte são questões que conferem maior centralidade ao Ministério do Trabalho e Emprego, que pode e deve assumir um papel protagonista na promoção do modelo de desenvolvimento baseado na inclusão social e na distribuição de renda. E quais são as ações específicas que este Ministério pode promover para estimular o desenvolvimento centrado na geração de emprego, trabalho e renda?

O Ministério do Trabalho e Emprego se propõem promover, no âmbito do PPA 2004-2007, um conjunto de ações destinadas a apoiar, por intermédio da concessão de crédito, os empreendimentos produtivos de pequeno porte, no âmbito do Programa “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda”, bem como medidas destinadas a apoiar e estimular atividades econômicas orientadas pelos princípios da auto-gestão, cooperação e solidariedade, reunidas no Programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”.

A geração de emprego, trabalho e renda é elemento fundamental do processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país. Nesse sentido, o programa de “Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda” buscará estimular o desenvolvimento econômico e social do país por meio da

geração de emprego, trabalho e renda, utilizando, para tanto, os seguintes instrumentos:

- a) A democratização do crédito produtivo assistido, inclusive o crédito popular ou microcrédito;
- b) O apoio a setores intensivos em mão-de-obra e/ou com elevado potencial de geração de emprego;
- c) O desenvolvimento de infra-estrutura que propicie aumento da competitividade do país e/ou melhore as condições de vida dos trabalhadores, em especial os de baixa renda;
- d) O estímulo às exportações do país e a promoção do adensamento das cadeias produtivas, com impacto positivo no equilíbrio das contas externas e na manutenção e geração de empregos de qualidade.

Essas diretrizes vão nortear a estruturação dos programas do governo federal que utilizam recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Outra importante linha de atuação do Ministério voltada à inclusão social por meio da geração de trabalho e renda consiste no programa “Economia Solidária em Desenvolvimento”, a ser implementado pela recém-criada Secretaria Nacional de Economia Solidária.

O programa fomentará o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, visando a geração de trabalho e renda e a inclusão social, por meio de iniciativas nas quais os trabalhadores sejam associados, realizando o planejamento, a produção, a comercialização e o compartilhamento dos resultados da atividade produtiva, como forma de organização alternativa ao modo de produção convencional, baseado na dicotomia capital x trabalho.

A economia solidária contribui para desconcentrar a propriedade e a renda e, dessa forma, para que se promova uma sociedade mais homogênea.

Tão importante quanto as ações destinadas a estimular o empreendedorismo e as formas de trabalho baseadas na autogestão e nos princípios da Economia Solidária, de molde a promover o potencial humano e a inclusão social, são as políticas do Ministério que buscam o melhor funcionamento do mercado de trabalho, ao diálogo social e à garantia dos direitos fundamentais do trabalho. São diretrizes nessa linha:

- a consolidação de um efetivo Sistema Público de Emprego, promotor e integrador das políticas ativas e passivas de mercado de trabalho (qualificação profissional, intermediação de mão-de-obra e orientação profissional, seguro-desemprego e primeiro emprego);
- a promoção de maior democratização das relações de trabalho, através da instalação do Fórum Nacional do Trabalho, com vista à criação de um ambiente favorável à geração de emprego e renda;
- medidas para assegurar maior proteção dos trabalhadores (segurança e saúde no trabalho) e a garantia dos direitos trabalhistas (combate ao trabalho infantil, à discriminação no trabalho, erradicação do trabalho escravo, redução da informalidade).

A inclusão social por meio do emprego, do trabalho e da renda, que contribua para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária e solidária, é o objetivo maior das ações do Ministério do Trabalho e Emprego.

É preciso contemplar as diversas formas de trabalho encontradas na economia informal e nas pequenas empresas, a fim de promover o desenvolvimento centrado no potencial humano. Fazer dos pequenos empreendedores os “arquitetos do futuro”.

## **30. O ATELIER DAS MÃOS**

(12/06/2015)

*“A Escola Tradicional não serve ao povo e não serve porque está montada para uma concepção já vencida senão morta de todo. A cultura, bem ou mal, vinha servindo os indivíduos que se destinavam às carreiras liberais”.*

*(LOURENÇO FILHO, 1961)*

A educação vai mal, diz uma parcela ponderável da nossa sociedade, inclusive os educadores. Não é verdade, as boas escolas particulares que representam minoria da matrícula da educação básica vão muito bem. As outras representam parte de razoáveis escolas e parte de escolas muito ruins. A educação pública, esta sim, no todo vai muito mal, com raras exceções.

Poderíamos ter um desempenho socialmente muito melhor.

Senão vejamos, a maioria vê o Ensino Técnico como porta de entrada para o Mercado de Trabalho.

Segundo IBOPE, 90% da sociedade tem a opinião de que ensino profissional facilita o início de carreira. A maioria vê o Ensino Técnico como porta de entrada para o Mercado de Trabalho.

Pesquisa do IBOPE, encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta que a sociedade brasileira tem a percepção de que a Educação Profissionalizante é uma excelente escolha para o jovem.

De acordo com o estudo, 90% dos entrevistados concordam que quem tem Ensino Técnico encontra mais oportunidades no mercado de trabalho do que quem não faz nenhum curso relativo às profissões normais de produção econômica.

A percepção também é positiva com relação aos salários: 82% afirmam que os profissionais com certificado de qualificação profissional têm salários maiores do que os que não têm.

O levantamento foi feito com 2002 pessoas acima de 16 anos em 143 municípios. No entanto, segundo Censo da Educação 2013, apenas 7,8% dos brasileiros optam pela educação profissional contra 76,8% dos australianos, 69,7% entre os finlandeses e 51,5% dos alemães (CEDEFOP - *European Centre for the Development of Vocational Training*).

De acordo com Felipe Morgado, gerente executivo de Educação Profissional e Tecnológica do SENAI Nacional, a educação profissional facilita o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. “O estudante conquista uma profissão e, com isso, se desejar, a oportunidade de custear mais facilmente o ensino superior”.

Um pouco de história ajuda na reflexão sobre o tema.

Uma instituição típica da Sociedade Medieval foi a Corporação de Ofício. Eram associações que reuniam profissionais do mesmo ramo, como por exemplo os

Sapateiros, Ferreiros, Alfaiates. As corporações atuavam como incentivo para o aumento da produção.

Os comerciantes manufatureiros foram obtendo cada vez mais lucros o que gerou um crescente acúmulo de capitais, nas mãos de uma nova classe, que passou a ser denominada de “burguesia”. A grande finalidade das corporações era evitar a concorrência entre os artesãos, tanto locais como de outras cidades, e adequar a produção ao consumo local. As corporações fixavam o preço do produto, controlavam a qualidade das mercadorias, a quantidade de matérias primas e fixavam os salários dos trabalhadores algo como um modelo de sindicalismo

As origens das corporações de ofício são controvertidas, mas as razões para o agrupamento são claras, com a plebe de artesãos tentando se organizar diante do patriciado mercador que detinha o poder.

A “Revolução Industrial” na Inglaterra e a “Revolução Francesa” constituíram-se em movimentos que marcaram a história do Ocidente determinando profundas mudanças no processo de desenvolvimento social e histórico da nossa sociedade.

Alteraram o modo de produção material e simbólico, deslocando o trabalho e o conhecimento de uma esfera a outra, ou seja, do campo para a cidade, do feudo para o burgo, do ateliê para a indústria, da igreja para o estado.

As ideias educacionais, a partir do final do século XVIII orientaram-se a partir de duas correntes opostas de pensamento:

O Positivismo representado por Augusto COMTE (1798-1857) e o Materialismo Histórico Dialético representado por Karl MARX (1818-1883).

Após Marx e Engels terem anunciado os princípios da educação pública socialista, estes foram desenvolvidos anos depois por Vladimir Lênin e Moisey Pistrak no processo de implantação da teoria materialista de educação, que se apresentou com uma formulação teórico-pedagógica, a qual compreende a formação integral do homem a partir da vinculação do ensino com o trabalho produtivo.

Tal debate, inseriu-se no contexto entre a crítica à escola tradicional aristocrática que formulou as propostas de uma Escola Ativa e Pragmática apoiada nas teses de John Dewey e a da classe trabalhadora e seus intelectuais orgânicos, a partir das ideias de Marx e Engels, que colocaram em discussão uma educação para os trabalhadores numa perspectiva politécnica.

A Escola do Trabalho foi implantada tomando o trabalho como ponto de partida para concretizar a denominada Educação Politécnica.

Tal experiência conta com a contribuição de vários teóricos e pedagogos socialistas e, estende-se nas décadas de 1920 e 1930 como experiência teórico-prática de educação socialista posterior à “Revolução Russa” de 1917.

Pistrak apresenta, a partir de sua experiência como pedagogo na Escola de Lepechinsky, a Escola do Trabalho, que se constitui como a primeira experiência de formação Integral do Trabalhador e se orienta no materialismo histórico dialético para guiar uma prática

pedagógica que vise a educação do trabalhador com condições de intervir tecnicamente e politicamente nos processos produtivos e sociais.

Por outros caminhos semelhantes, quem pretender pesquisar as origens da Educação Profissional, certamente irá encontrá-las na Reformpädagogik da virada do século, nos estudos de Georg Kerchensteiner e sua “Arbeitschule”, nas controvérsias com Hugo Gaudig, Robert Seidel, Paul Oestreich, P. P. Blonantesskij, Otto Sheibner e Alois Fisher, todos envolvidos com as questões da “Escola Nova” onde merecem especiais citações Pestalozzi e Dewey.

As próprias origens metodológicas da formação profissional no Brasil, foram muito influenciadas pelas ideias “revolucionárias” dos pesquisadores citados e, muito especialmente, pela Escola do Trabalho de Kerchensteiner, na Baviera, polo pedagógico da formação profissional na Alemanha, na Áustria e na Suíça e Maria Montessori, na Itália.

O conceito reformista de Educação e Trabalho, de Kerchensteiner, buscava uma relação melhor entre o social da educação e o econômico do trabalho, sendo a escola a passarela pedagógica entre os dois entes de mesma grandeza.

Do ponto de vista um tanto pragmático, o que de fato ocorreu, no entanto, foi o processo de levar-se a Escola para o Trabalho, restringindo-se a sua função formadora aos aspectos circunstanciais do negócio, das habilidades, conhecimentos e capacidades de uso imediato e direto.

Ao contrário, nos pedagogos reformistas clássicos, como Maria Montessori, a formulação é inversa, ou seja, trazer o Trabalho para a Escola, segundo o princípio de que o homem se forma mais precisamente por meio do trabalho, cujo significado educativo permite a sua transposição para o ambiente da escola.

A necessidade de se criar uma cultura própria dos trabalhadores, por outro lado, relaciona-se com o apelo de Antonio Gramsci, italiano da Sardenha, por um tipo de educação que permite o surgimento de intelectuais que partilhem das paixões das massas de trabalhadores.

Neste aspecto, identifica-se com os princípios dos que consideram Gramsci como uma referência para a formação profissional. Seu sistema educacional pode ser considerado como popular e foi de algum modo pregado pelo brasileiro Paulo Freire.

Na França e na União Europeia, nos dias atuais, o modelo adotado é inspirado nestes princípios quando o Conselho Europeu de Lisboa, em março de 2000, afirmou que a Europa deve dotar-se com a “economia do conhecimento mais concorrencial e mais dinâmica do mundo”.

A França fez evoluir o respectivo sistema de formação e certificação profissionais nessa perspectiva europeia.

No Brasil, o emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc., afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como *coisa sua*.

Por isso, dentre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países.

Com efeito, numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica "contaminava" todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos.

Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social.

Aí está a base do preconceito contra o trabalho manual, inclusive e principalmente, daqueles que estavam socialmente mais próximos dos escravos: mestiços e brancos pobres.

Foi dos Positivistas que partiu a primeira manifestação havida no regime republicano brasileiro com respeito à formação da força de trabalho, particularmente no tocante à aprendizagem de ofícios manufatureiros.

Logo após a proclamação da República, ainda em dezembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes, um dos principais dirigentes do Apostolado Positivista, entregou ao "cidadão ministro da guerra" Benjamin Constant um memorial em nome de cerca de 400 operários das oficinas do governo no Rio de Janeiro.

Ele continha todo um plano, calcado no positivismo de Augusto Comte, para "incorporar à sociedade o proletariado a serviço da República", como modelo a ser seguido por todos os empregadores.

Propunha medidas como o estabelecimento do salário mínimo, a remuneração adicional em função da produtividade, o descanso semanal, as férias remuneradas, a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho para sete horas, as licenças para tratamento de saúde, a regulamentação da aprendizagem de ofícios, e outras.

Viveu-se um período de estagnação até 1942, quando o então Ministro da Educação do Governo Vargas, Gustavo Capanema, iniciou uma nova Reforma, intitulada de Leis Orgânicas do Ensino, constituída de quatro decretos que são seguidos no Governo José Linhares, após a queda de Vargas, por outros três, pelo então Ministro da Educação, Raul Leitão da Cunha, implantados entre 1942 e 1946 e que, verdadeiramente, promoveram profundas mudanças na educação brasileira.

Os quatro primeiros instituíram o Ensino Industrial, a implantação de Escolas Técnicas Federais em todo o País, o Ensino Comercial, o Ensino Secundário e a criação do SENAI e outros três, o Ensino Primário, o Ensino Normal e o Ensino Agrícola.

Os ensinos, industrial, comercial e agrícola por sua vez foram organizados com quatro anos de fundamental e três ou quatro de técnico e um ano de formação pedagógica para a preparação de professores neste caso em caráter opcional.

Ao SENAI e ao SENAC coube o papel de treinamento e formação profissional, como obrigação dos empregadores e preferencialmente para os jovens concluintes do ensino primário e aos trabalhadores empregados.

Em 20 de dezembro de 1961 é aprovada a Lei 4024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) consagrando a estrutura anterior com pequenas alterações como a criação do ensino pré-primário com maternais e jardins de infância e o ensino médio subdividido em ginásial de 4 anos e colegial com 3 anos. De fato, nada mudou.

Com o período ditatorial instalado a partir de 1964 e as crises estudantis frequentes, decorrentes da contestação ideológica e da defasagem entre a demanda por cursos superiores e a oferta de um sistema universitário envelhecido, gerando a figura dos excedentes, conluentes do ensino médio sem perspectivas de qualificação profissional e um ensino profissional sem prestígio junto à população e a classe empresarial.

Na mesma vertente e sob o impacto das ideias tecnicistas é aprovada a Lei 5692, de 1971, de diretrizes e bases do ensino de 1º e 2º graus, com obrigatoriedade de iniciação ao trabalho no 1º grau e profissionalização no 2º. Um outro fracasso, uma vez que, nem o sistema de ensino público e nem o privado, tinham recursos e infraestrutura compatíveis com a proposta e muito menos professores preparados, além de uma centralização metodológica impraticável.

Finalmente chegamos ao ano de 1996, com a nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei 9.394/96), que, depois de mais de dez anos de discussões, alterações e emendas, tornou-se fruto de uma proposta substitutiva, do Senador Darcy Ribeiro, alterada em alguns dos seus artigos, mas imaculada no seu propósito principal e que

introduz profunda revisão conceitual da educação brasileira.

Embora importante em sua proposta global verifica-se que toda a dissertação moderna da nova Lei de Diretrizes e Bases defronta-se com uma pedagogia conservadora quando, por exemplo, resolve determinar a obrigatoriedade de conclusão do Ensino Médio para a obtenção da Habilitação Profissional de Nível Técnico.

Tal determinação fundamenta-se no preconceito cultural de que a possibilidade de prosseguimento de estudos na Graduação Superior, aos técnicos somente ocorre quando associada ao Ensino Médio.

De certo, ao Ensino Técnico deve corresponder um currículo programático independente, ainda que equivalente ao Ensino Médio, que por seu turno, precisa ser revisto, oferecendo, por exemplo, oportunidades de ênfases distintas no seu terceiro ano, nos saberes clássicos humanistas, nos tecnológicos e nos biomédicos, em função dos interesses vocacionais do alunado.

Cabe aos Congressistas e aos gestores federais a missão de alterar os artigos da Educação Profissional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, corrigindo o preconceito e colocar o Ensino Técnico no seu lugar de construtor de uma classe social ainda excluída do desenvolvimento brasileiro.

O Ensino Técnico foi denominado por Dom Lourenço de Almeida Prado, notável educador beneditino, de O Atelier das Mãos, com a propriedade

de quem conhece o que recomendava Gustavo Capanema, ou seja, a sua autonomia pedagógica e a condição de equivalência ao Ensino Médio.

## **31. A REFORMA DO ENSINO SUPERIOR NA UNIÃO EUROPÉIA**

(10/12/2015)

*“Ser grande, é abraçar uma  
grande causa”.*

*(WILLIAM SHAKESPEARE)*

Em março de 1995, o Parlamento Europeu aprovou uma nova ação no campo da educação superior denominada SÓCRATES que incorporava o programa ERASMUS - *“European Action Scheme for Mobility of University Students”* que de uma certa forma operava desde 1987 e tornou possível o alcance de 200.000 estudantes e 15.000 Instituições de Ensino Superior (IES).

A criação do ERASMUS teve razões políticas e econômicas no sentido de estimular uma identidade européia e promover uma competitividade interna entre as instituições e os países, por meio da educação. O ERASMUS estimulava, com fundos financeiros, os estudantes a freqüentarem um semestre ou um ano em outra instituição européia com o nítido propósito de concorrer com o Japão e os EUA na atração de alunos.

O ERASMUS tornou-se exemplar e foi seguido pelo TEMPUS no Leste Europeu e pelo MEDCAMPUS entre os países do Mediterrâneo e do ALFA na América Latina.

O SÓCRATES motivou também a criação do COMENIUS em níveis de ensino fundamental e médio.

A União Européia, ainda assim, encontrou inúmeras dificuldades na interação entre os países no campo da educação superior, particularmente originadas na diversidade das propostas curriculares dos seus integrantes, nas dificuldades decorrentes quanto à mobilidade, atratividade e integração com um mercado de trabalho intensamente globalizado.

Em junho de 1999, em Bolonha, na Itália, teve origem um processo de implantação de uma proposta comum de ensino superior para a Europa, baseada no que se denominou a “ Declaração de Bolonha” firmada pelos Ministros da Educação de 32 países e que tinham os seguintes objetivos:

- 1- Graduação com séries e currículos comparáveis, incluindo a figura do “Suplemento do Diploma”.
- 2- Estrutura curricular de dois ciclos (graduação em dois ou três anos e pós-graduação (mestrado e doutorado). Modelo dos cursos de graduação em tecnologia-Tecnólogos.
- 3- Estabelecimento de um sistema único de créditos (180 e 240 para graduação e 60 e 120 para o mestrado).
- 4- Promoção da mobilidade e da atratividade entre os alunos dos países.
- 5- Estudo para implantação de metodologias visando a avaliar e assegurar a qualidade do ensino
- 6- Currículos comuns

O processo se projeta, por outro lado, no conjunto de reformas como segue;

- reformas de sistemas nacionais
- reformas nas universidades

- reformas a nível europeu nas disciplinas/campos profissionais.

Trata-se de uma oportunidade única de renovar os formatos dos currículos, de implantar a qualidade global (resultados, eficiência), de rever os conteúdos dos currículos com ênfase nas habilidades, destrezas e atitudes, não apenas no conhecimento e visando a uma dimensão social, cidadã e econômica com enfoque na aprendizagem mais do que no ensino.

Neste sentido o que se pretende quanto aos currículos é que sejam

- Mais curtos (duração efetiva) -Tecnólogos.
- Mais flexíveis (créditos, cursos opcionais, validação de habilidades adquiridas fora do sistema formal)
- Mais pertinentes com o mercado de trabalho
- Mais diversos: mais gerais ou mais especializados
- Mais “europeus” no conteúdo
- Mais cursos conjuntos, inclusive com dupla titulação.

Em resumo o Processo de Bolonha pretende;

- Um quadro europeu de referência, não uma norma imposta.
- Um quadro coerente articulado em 3 níveis (vários tipos de graduação- de 180 a 240 ECTS; vários tipos de mestrado- de 60 a 120 ECTS; e de doutoramento- com ou sem ECTS)
- Sistema baseado no número de créditos e não na duração
- Flexibilidade.
- Acesso à Europa para estudar e trabalhar
- Atrativo para o mundo.

Como dificuldades imediatas verifica-se que não existem experiências consolidadas de Acreditação e Avaliação da Qualidade. Neste campo de atividades algumas iniciativas foram adotadas pela França com o Comité National d'Evaluation, com a Espanha na Agencia Nacionale de Evaluación, Calidade y Acreditación - ANECA e o ECA- Consórcio de Acreditação e também em Portugal no Conselho de Avaliação/Fundação Universidade Portuguesa. O Reino Unido com bastante tradição é uma exceção e uma referência especial.

A Declaração de Bolonha foi projetada na Sorbonne, Paris, em 1998, pelos Ministros da Educação da França, Alemanha, Inglaterra e Itália.

Em maio de 2001, em Praga os Ministros reuniram-se novamente, agora acompanhados de outros da Croácia, de Chipre e da Turquia, com o propósito de avaliar o progresso das ações. Ficou evidente que havia um consenso geral sobre o processo iniciado em Bolonha, indicando a rapidez dos passos e a definição das prioridades adotadas visando ao alcance dos objetivos.

Outros encontros foram realizados em Berlin, em 2003 e em abril de 2005 outro em Glasgow-EUA.

O encontro de Glasgow promoveu importantes debates durante a 3º Convenção Americana de Instituições de Ensino Superior, no período compreendido entre 31 de março e 2 de abril de 2005 e a Declaração de Glasgow foi formalizada em 15 de abril pelo Conselho das Instituições de Ensino Superior

Americanas e Européias totalizando cerca de 400 instituições.

A Declaração, por sua vez, foi a base da mensagem encaminhada aos Ministros de Educação de Países da União Européia em reunião realizada em Bergen, em maio de 2005, dando continuidade às discussões sobre os próximos passos do Processo de Bolonha.

Em síntese propõe que seja a base de um diálogo político de alto nível entre as universidades e as autoridades governamentais.

Que assegure a contribuição da Universidade para uma nova Europa.

Que seja uma Universidade forte e criativa exercendo um relevante papel na construção da sociedade com ênfase na tecnologia.

Que as múltiplas missões da universidade forte envolvem criatividade, preservação, avaliação, disseminação e pesquisa do conhecimento requerendo fortes academias e valores sociais que sublinhem a sua contribuição para a sociedade.

Muitos outros aspectos fazem parte da Declaração de Glasgow, mas que poderão ser abordadas em outro artigo.

A previsão é de que em 2010 os planos estivessem concluídos e implantados nos 40 países que até 2005 já haviam aderido às propostas de mudanças no ensino superior.

Os Tecnólogos foram considerados como prioridades em função das demandas mundiais do mercado de trabalho por profissionais habilitados nas

áreas tecnológicas e de outro lado pelas necessidades dos jovens de se empregarem mais cedo e que não encontram nos cursos superiores de longa duração oportunidades adequadas.

No Brasil embora com algumas rejeições iniciais os Tecnólogos desde o ano 2000 têm gradativamente adquirido respeito e consideração nas empresas que vêm nos seus conhecimentos e habilidades adequação às suas demandas.



## EPÍLOGO

A crescente expansão do sistema de ensino superior privado, iniciada com a reforma de 1968, durante um período de ausência de política para a área, levou o Estado, como órgão fiscalizador, a alternar momentos de permissividade com outros de caráter restritivo.

Por meio de sua estrutura consultiva, em especial o Conselho Federal de Educação, compensando as deficiências de uma proposta de ação mais efetiva, o MEC estabeleceu um conjunto de normas e decretos que sinalizavam a necessidade de controlar a expansão do sistema, mas que, na prática, revelaram-se inócuas.

Com a reorganização da sociedade civil a partir dos anos 80 do século XX, o tema ensino superior e as suas relações com o Estado voltou à discussão, nos âmbitos público e privado.

Em 1985, mesmo antes da promulgação da Constituição, foi instalada, por iniciativa do Ministro da Educação, uma comissão especial constituída por personalidades educacionais de reconhecida competência, para promover um diagnóstico do ensino superior brasileiro.

Essa avaliação, cujos relatórios foram extensos e minuciosos, não resultou em providências concretas, mas funcionou como referência para o MEC nos sucessivos governos que se seguiram, até os dias de hoje.

A opção por um papel modelador do Estado foi consequência do próprio esgotamento do modelo vigente

e da necessidade de redefinição das suas atribuições em relação à educação.

Do ponto de vista governamental, o ensino superior público tornou-se um quadro de questões relacionadas com os gastos ou a realocação de prioridades.

A nova política vinculou-se diretamente à discussão de um modelo baseado no conceito de universidade de ensino e pesquisa, bem como de um sistema diferenciado internamente.

Questões que associam financiamento e qualidade foram destacadas para uma reavaliação, e as relações entre o Estado e o mercado foram cogitadas.

As mudanças no ensino superior brasileiro foram profundas, principalmente no ensino privado, em que é possível analisá-las em três dimensões, a saber:

- quanto ao papel do Estado, este passou da ênfase de fiscalizador para a de modelador segundo a moldura legal de uma nova Constituição, de uma nova LDB e de uma parafernália de leis, decretos, resoluções, portarias, etc.;
- quanto ao mercado, a tendência expansionista das universidades, a desconcentração regional com a interiorização dos estabelecimentos, a ampliação da oferta de cursos, a fragmentação das carreiras e as questões da qualidade;
- no campo político, a reorganização dos grupos de interesse, o Conselho Nacional de Educação e o

surgimento de novos atores e estratégias no processo decisório.

Por seu turno, a Constituição de 1988, manteve o princípio segundo o qual

“o ensino é livre à iniciativa privada..., desde que avaliado pelo poder público”.

O texto incorporou, ainda:

- a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais;
- a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão das universidades, que devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- recursos públicos, que podem ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Esses três enunciados reportam-se a pressões da sociedade civil: o primeiro aos movimentos estudantis e docentes; o segundo, aos princípios da autonomia, fruto das reações às ingerências do regime militar; e, finalmente, o terceiro como consequência do atendimento aos interesses dos grupamentos privados.

A nova LDB, Lei no 9.394, de 1996, pôs fim a uma longa jornada política de debates no Congresso Nacional que durou mais de vinte anos e, mesmo depois de promulgada, foi objeto de críticas e manifestações contrárias aos seus 15 artigos relativos ao ensino superior.

Muitas e significativas alterações foram introduzidas pelo texto legal, a começar pela própria definição de instituição universitária, suas atribuições e prerrogativas de autonomia.

O referido texto legal, de um lado, destacou a pluridisciplinaridade dela e abriu perspectivas, posteriormente regulamentadas, para uma categorização das instituições de ensino superior com distintos níveis de autonomia, tais como universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades isoladas bem como institutos e escolas superiores.

De outro, estabeleceu condições para a autorização e reconhecimento dos cursos assim como credenciamento e credenciamento de instituições, além de muitas outras normas regulamentadoras.

Neste sentido, surge a avaliação como instrumento regular e condicionante dos processos citados, construída por uma sucessão de resoluções, portarias e pareceres emanados do CNE.

A questão da qualidade no ensino superior do setor privado assume uma figura central devido à sua expansão nos últimos anos e no contexto da nova legislação, que se propõe a ampliar os mecanismos de controle, embora com muitas indefinições.

A política de atendimento às demandas do mercado foi atribuída pelo Estado à iniciativa privada, a fim de preservar para o ensino público a universidade de pesquisa, o que de fato não ocorreu e possivelmente nem seja viável e desejável. Atualmente cerca de dez universidades públicas podem ser denominadas de universidades de pesquisa.

O que resultou foi uma estagnação da universidade pública com o crescimento restrito da oferta de cursos de graduação, embora com qualidade aceitável em muitos deles.

À instituição de ensino superior privada, coube atender à crescente demanda de concluintes do ensino médio, com visíveis deficiências de formação básica.

Estabeleceu-se, em consequência, um desvio conceitual de que o ensino oferecido pelo setor privado é, em geral, de má qualidade, embora o modelo de avaliação adotado pelo MEC não favoreça conclusões dessa natureza.

Cláudio de Moura Castro, analisando os efeitos do Provão salienta:

“É errado dizer que as IES públicas são melhores, por haver mais cursos públicos com ‘A’, tanto quanto é errado dizer que as IES privadas são melhores do que as públicas, pois têm muitos menos cursos de nível ‘E’”. E mais adiante: “Fica bastante claro pelo perfil das curvas que as comparações entre escolas privadas e públicas não podem ser resumidas em duas ou três palavras”.

Os indicadores de desempenho selecionados no contexto da avaliação oficial não levam em conta as metas e os objetivos institucionais, e nem mesmo o valor agregado dos resultados obtidos, induzindo a uma inevitável e inapropriada comparação com o setor público.

O PAIUB, embora descontinuado, parece ter reunido como foi mencionado anteriormente, melhores condições de distinguir o rumo do processo do ensino superior privado. Do exposto, verifica-se uma relação de complementaridade entre o setor público e o privado decorrente das pressões do mercado e da expansão do último, tendo em vista a visão de um acordo não formal em que a qualidade deverá expressar a viabilidade da proposta.

Neste sentido, as metodologias de auto-avaliação e a implantação de modelos de acreditação, poderão contribuir para a estruturação de uma nova face do ensino superior brasileiro. O ensino público, sob os efeitos das tensões resultantes do conflito entre autonomia e avaliação, e, o privado, a mercê de um julgamento mais adequado às suas propostas expansionistas.

Finalmente, compreendida a função de avaliação qualitativa dos métodos quantitativos, poder-se-á atingir aos desejados níveis de desempenho acadêmico, administrativo e financeiro que favorecerão a compreensão da heterogeneidade do setor privado, suas naturezas institucionais, a definição de suas propostas e a qualidade do seu desempenho, expressando as desigualdades regionais, as expectativas de seus

consumidores, as características dos cursos oferecidos, a qualificação do seu corpo docente e suas potencialidades.

Na medida da percepção das distinções, os setores público e privado poderão merecer do Estado e da sociedade, um entendimento equitativo de que a qualidade pode ser construída dentro das definições e dos referenciais de suas vocações e das declarações democráticas de suas missões sociais e econômicas.



## OUTRAS OBRAS DO AUTOR

LE SYSTÈME SENAI. INSTITUT INTERNATIONAL DE PLANIFICATION DE L'ÉDUCATION: BRESIL. Roberto Guimarães Boclin - 1975.

LE SYSTÈME SENAC. INSTITUT INTERNATIONAL DE PLANIFICATION DE L'ÉDUCATION: BRESIL. Roberto Guimarães Boclin - 1975.

UM CERTO DIA DE AGOSTO - SENAI - RJ - 1992.

CONVERSANDO SOBRE EDUCAÇÃO - ABE - 2002.

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: QUEM ACREDITA? Editora e Livraria Espaço do Saber - 2003.

SENSE E CONSENSE-SENAI - DN - 2005.

RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS INDUSTRIAIS BRASILEIRAS - SENAI - DN - 2006.

FICANDO PARA TRÁS: O ENSINO MÉDIO NO RIO DE JANEIRO. Com Mello e Souza, Alberto; Urani, André; Squeff, Gabriel Coelho; Leal, Maria Cristina; Klein, Ruben; Reis, Thiago Cabral. Instituto Unibanco - 2007.

**A INDÚSTRIA DO MARANHÃO: UM NOVO CICLO.** Autoria com José Ribamar Dourado. IEL DN - 2008.

**ONDE ANDA VOCÊ - FAETEC - 2010.**

**RESGATANDO O CAPITAL HUMANO - 2015.**

2016

Educação à Deriva reúne artigos do autor, publicados na imprensa, em revistas científicas ou mesmo por distribuição selecionada entre educadores e gestores de instituições públicas e privadas.

São reflexões e pensamentos que buscam, no conjunto, revelar o quadro pouco animador da educação brasileira e de algum modo apresentar propostas de melhoria do desempenho institucional da gestão educacional.

Seus textos instigantes e provocativos despertam o interesse dos leitores que frequentemente se incorporam nas ideias sempre indicadoras de ações futuras desejáveis.



ISBN 978-85-464-0890-2



LIVRO - IMPRESSO

